



TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

2019

**RELATÓRIO DE GESTÃO
E
CONTAS CONSOLIDADAS**

RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO
2019

ÍNDICE

1. GOVERNO DA SOCIEDADE	4
2. PRINCIPAIS INDICADORES	15
3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2019	16
3.1. SUMÁRIO	16
3.2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL	18
3.3. PERFORMANCE OPERACIONAL E ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	19
3.4. PRINCIPAIS DESENVOLVIMENTOS DO PLANO ESTRATÉGICO EM 2019	28
3.5. PRINCIPAIS EVENTOS DE 2019	32
4. EVENTOS SUBSEQUENTES	35
5. PERSPETIVAS PARA 2020	36
6. GESTÃO DE RISCO.....	39
ANEXOS:	44
I – MENÇÕES OBRIGATÓRIAS.....	44
II – GLOSSÁRIO	46
III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	47

1. GOVERNO DA SOCIEDADE

TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”, “TAP”, “Grupo TAP”, “Empresa”, “Companhia” ou “Sociedade”).

1.1 Órgãos Sociais

Nos termos do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TAP SGPS, são órgãos sociais da Sociedade, a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas ou a sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Triénio 2018-2020

Por deliberação em Assembleia Geral de 31 de janeiro de 2018

Mesa da Assembleia Geral

Presidente Diogo Patrício de Melo Perestrelo

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro

Nos termos do nº 1 do artigo 14.º dos Estatutos da Sociedade

Competências da Assembleia Geral

A Assembleia Geral delibera sobre todos os assuntos para os quais a lei e os estatutos lhe atribuem competência, bem como, sobre quaisquer outros que não se encontrem abrangidos na esfera de competências de outros órgãos da sociedade.

Constituem, nomeadamente, competências da Assembleia Geral as seguintes, nos termos do disposto no artigo 13.º dos Estatutos da TAP SGPS:

- Apreciar e deliberar sobre o relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço, as contas do exercício e os pareceres do órgão de fiscalização, e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Eleger e destituir os membros da mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, bem como os respetivos presidentes e vice-presidentes, se os houver, e o Revisor Oficial de Contas ou sociedade de Revisores Oficiais de Contas, neste caso sob proposta do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre quaisquer alterações aos estatutos da Sociedade, incluindo aumentos e reduções de capital social, fusão, cisão, transformação e/ou dissolução da Sociedade;
- Deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais e definir a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração, incluindo os critérios e os parâmetros de avaliação de desempenho para aferição da componente variável da remuneração, no caso dos administradores com funções executivas, podendo para o efeito, designar uma comissão de vencimentos;
- Fixar o limite máximo anual de emissão de obrigações ou de outros valores mobiliários;
- Decidir sobre a realização e reembolso de prestações acessórias e todas as condições com elas relacionadas, incluindo sob a forma de suprimentos, sem prejuízo das condições impostas nos termos do Artigo 10º dos Estatutos da Sociedade, relativamente a prestações acessórias a realizar pelas acionistas Párpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e Atlantic Gateway, SGPS, Lda.;
- Decidir sobre matérias de gestão da Sociedade, quando tal lhe seja requerido pelo Conselho de Administração;

- Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

Reuniões da Assembleia Geral

A Assembleia Geral da TAP SGPS reuniu uma vez (em 29 de abril de 2019) ao longo de 2019.

Conselho de Administração

Presidente	Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Vogal	Ana Maria Almeida Leite de Pinho Macedo Silva
Vogal	António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
Vogal	Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal	Bernardo Luís Amador Trindade
Vogal	David Gary Neeleman
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
Vogal	Esmeralda da Silva Santos Dourado
Vogal	Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal	Maximilian Otto Urbahn (*)
Vogal	Raffael Guarita Quintas Alves

() Na sequência de renúncia apresentada pelo Vogal Li Neng, o Conselho de Administração em reunião de 21 de março de 2019, deliberou proceder à cooptação de Maximilian Otto Urbahn, em sua substituição, para o período remanescente do triénio 2018-2020, deliberação que foi ratificada em Assembleia Geral de 29 de Abril de 2019.*

Competências do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 12 (doze) membros, todos eles eleitos pela Assembleia Geral, que designa, também, de entre estes, o respetivo presidente.

Ao Conselho de Administração compete a representação da TAP SGPS e a prática de todos os atos necessários a assegurar a gestão dos negócios daquela. Constituem, nomeadamente, competências do Conselho de Administração, nos termos do disposto no artigo 19.º dos Estatutos da TAP SGPS:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência conferida a outros órgãos da Sociedade;
- Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir por qualquer forma e alienar ou onerar direitos ou bens, móveis ou imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, a título originário ou derivado, onerar e alienar participações sociais;
- Contrair empréstimos no mercado financeiro nacional ou estrangeiro;

- Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, dentro dos limites para tanto anualmente fixados pela Assembleia Geral, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 2. do artigo 13.º dos Estatutos da Sociedade, e dentro dos limites legais;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julguem convenientes, incluindo os de substabelecer;
- Designar o Secretário da Sociedade;
- Fixar os objetivos e as políticas de gestão da Empresa;
- Elaborar os planos de atividade e os orçamentos anuais, incluindo as componentes de exploração, de investimento e financeiro, bem como promover a participação dos serviços da Empresa na elaboração do relatório de sustentabilidade;
- Preparar o plano estratégico do Grupo TAP e as suas revisões ou atualizações;
- Exercer as demais competências que lhe sejam conferidas por lei, pelos Estatutos ou pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente, ou devidamente representada, a maioria dos seus membros. Sem prejuízo desta regra, os administradores podem participar e intervir nas reuniões do Conselho de Administração através de meios de comunicação, como a videoconferência e a teleconferência, que assegurem, em tempo real, a transmissão e receção de voz e imagem.

Ainda, nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos, ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas as seguintes competências:

- Representar o Conselho de Administração;
- Convocar e presidir às respetivas reuniões;
- Zelar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração.

Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente ou, no caso de este não existir, pelo membro do Conselho de Administração por si designado para o efeito.

Conforme disposto no nº 2 do artigo 24.º dos Estatutos da Sociedade, o Presidente do Conselho de Administração tem voto de qualidade nas deliberações do Conselho de Administração, nos termos do disposto no número 3 do Artigo 395.º do Código das Sociedades Comerciais.

De acordo com o disposto no número 1 do artigo 21.º dos Estatutos da TAP SGPS, relativamente à Delegação de Poderes, *“O Conselho de Administração pode delegar, nos limites estabelecidos na lei, a gestão corrente da Sociedade num ou mais administradores delegados ou numa Comissão Executiva”*.

Reuniões do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 23.º dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração deve reunir, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e reúne extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, por dois Administradores ou a pedido do órgão de fiscalização. Ao longo de 2019, o Conselho de Administração realizou 9 reuniões, sendo 4 ordinárias e 5 extraordinárias.

Comissão Executiva

Por deliberação do Conselho de Administração da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A, em reunião de 31 de janeiro de 2018

Presidente Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves

Vogal David Humberto Canas Pedrosa

Vogal Raffael Guarita Quintas Alves

Competências da Comissão Executiva

O Conselho de Administração deliberou aprovar a delegação na Comissão Executiva da Sociedade da gestão corrente da Sociedade, a qual inclui, nomeadamente, e no quadro das políticas gerais aprovadas pelo Conselho de Administração, a prática dos seguintes atos:

- Direção da atividade da Sociedade de acordo com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração da Sociedade;
- Preparação do orçamento anual da Sociedade para efeitos de aprovação pelo Conselho de Administração da Sociedade;
- Contratação e exercício do poder disciplinar, de direção e de supervisão do pessoal da Sociedade e, bem assim, representação da Sociedade nas suas relações com os trabalhadores;
- Preparação e apresentação aos administradores da Sociedade, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias, de todos os elementos necessários às deliberações a tomar pelo Conselho de Administração da Sociedade, de acordo com a agenda da respetiva reunião;
- Apresentação, ao Conselho de Administração da Sociedade, dos assuntos que requeiram estudos técnicos específicos;
- Gestão financeira, operacional, comercial, administrativa, publicitária e promocional da Sociedade;
- Negociação e celebração de todos os contratos necessários ou convenientes para a prossecução do objeto social da Sociedade, exceto contratos que impliquem (ou relativos) a contração, alteração ou cessação de quaisquer empréstimos ou emissão de títulos de dívida, de que sejam parte a TAP SGPS e/ou qualquer uma das sociedades por ela participadas, de montante individual superior a 30% dos ativos totais da TAP SGPS e do Grupo TAP; a concessão de garantias pela TAP SGPS e/ou qualquer uma das suas participadas; a aprovação de investimentos ou outras despesas de capital da TAP SGPS e/ou das suas participadas de valor individual superior a 30% das receitas consolidadas do Grupo TAP; a aprovação, alteração ou cessação de contratos de parceria ou de joint-venture de que sejam parte a TAP SGPS e /ou qualquer sua participada, de valor individual superior a 30% das receitas consolidadas do Grupo TAP; a aquisição, oneração ou venda de ativos da TAP SGPS e/ou de qualquer uma das suas participadas, de valor individual superior a 30% das receitas consolidadas do Grupo TAP; a aquisição ou alienação de controlo sobre outras sociedades pela TAP SGPS; a transmissão de ações representativas de qualquer sociedade do Grupo TAP.
- Abrir contas bancárias, negociar condições financeiras com os bancos, efetuar pagamentos, fazer depósitos ou levantar dinheiro das contas bancárias da Sociedade;
- Representar a Sociedade perante quaisquer Ministérios, Direções Gerais, Departamentos Governamentais, Câmaras Municipais e perante quaisquer Repartições Públicas ou outras entidades, públicas ou privadas; e

- Representar a Sociedade perante todos os Tribunais, nomeadamente civis, penais, administrativos, de trabalho e fiscais em todas as instâncias, apresentando petições, pedidos, requerimentos, contestações, reconvenções, apresentando provas e interpondo recursos tanto ordinários como extraordinários; transigir em todo o tipo de casos e diferendos, desistir de ações ou recursos, definindo livremente as condições, acordos e obrigações consideradas convenientes; transigir e desistir em qualquer Tribunal, em todos os pleitos de natureza civil, penal, administrativa e fiscal, com as mais amplas faculdades, em nome da Sociedade.

Reuniões da Comissão Executiva

Nos termos do artigo 5.º do Regulamento do funcionamento da Comissão Executiva, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2018, a Comissão Executiva reúne sempre que convocada pelo seu Presidente ou por dois dos seus membros, com uma antecedência mínima de 5 (cinco) dias, devendo ter uma periodicidade mínima mensal.

A Comissão Executiva não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros e dos que votem por correspondência.

As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria simples dos votos, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate.

Comissões especializadas do Conselho de Administração

Conforme previsto no Artigo 4.º do Regulamento do Conselho de Administração, aprovado na reunião de 18 de junho de 2018, o Conselho de Administração pode deliberar a constituição de uma comissão de estratégia e de uma comissão de auditoria e matérias financeiras.

Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras

Por deliberação do Conselho de Administração da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A em reunião de 18 de junho de 2018

Presidente	Esmeralda da Silva Santos Dourado
Vogal	António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa
Vogal	Raffael Guarita Quintas Alves

Competências da Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras

A Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras é instituída com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração nas matérias que lhe estão especialmente confiadas.

Sem prejuízo das competências legais atribuídas ao Conselho Fiscal, constituem competências, da Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras, nos termos do disposto no artigo 2.º do Regulamento da Comissão de Auditoria

e Matérias Financeiras, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 18 de junho de 2018, o acompanhamento, aconselhamento e reporte ao Conselho de Administração sobre:

- atividade da Comissão Executiva no âmbito das funções cometidas a esta Comissão;
- observância das disposições legais e dos Estatutos;
- evolução da situação económico-financeira da Sociedade;
- processo de preparação da informação financeira, designadamente a constante dos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- procedimento de análise e escolha do auditor externo, zelando pela sua independência;
- revisão de contas e auditoria aos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- preparação do plano anual de auditoria e controlo interno;
- trabalho da auditoria interna, através da tomada de conhecimento dos seus relatórios e informações;
- sistema de auditoria interna, controlo interno, compliance e de gestão de riscos.
- Compete ainda aos membros da Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras:
- Emitir nota informativa ou relatório não vinculativo sobre qualquer matéria que lhe seja apresentada pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva;
- Colocar ao Conselho de Administração qualquer assunto que por ele deva ser ponderado em matéria das suas funções;
- Propor eventuais alteração ao Regulamento da Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras.

Atividade da Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras

Ao longo do período em análise, a Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras realizou 4 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias, em cumprimento do estipulado no Regulamento que a rege. Participaram, igualmente, em reuniões desta Comissão, outros membros do Conselho de Administração, bem como, através de convite ou convocatória, diversos membros de outros órgãos sociais, quadros e colaboradores do Grupo TAP, consultores e terceiros de reconhecida competência e especialização, de molde a prestar assessoria, esclarecimentos, e aduzir contributos técnicos sobre assuntos relevantes.

No âmbito das duas grandes áreas de competência, vários foram os temas abordados nas reuniões desta Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras.

No que respeita à vertente da Auditoria, de destacar a preparação e monitorização do plano anual (e das auditorias fora do plano), do Corporate Risk Management (CRM) da Sociedade, e do compliance. Vários temas específicos como cibersegurança, TAP ME Brasil, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), entre outros, também mereceram uma atenção particular por parte desta Comissão.

No que concerne à vertente das Matérias Financeiras, de registar o acompanhamento, aconselhamento e reporte regular da evolução da situação económico-financeira da Sociedade, com o envolvimento frequente do Auditor Externo, bem como do processo de preparação e respetiva monitorização do Orçamento e posteriores projeções, bem como dos temas relacionados com a evolução dos fluxos de caixa, bem como outros temas específicos, como seja, políticas contabilísticas e IFRS16.

Reuniões da Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras

Nos termos do artigo 4.º do Regulamento da Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras, a Comissão deve reunir trimestralmente e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por qualquer dos seus membros. Ao longo de 2019, a Comissão de Auditoria e Matérias Financeiras realizou quatro reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias.

Comissão de Estratégia

Por deliberação do Conselho de Administração da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A em reunião de 18 de junho de 2018

Presidente Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves

Vogal Bernardo Luís Amador Trindade

Vogal Raffael Guarita Quintas Alves

Competências da Comissão de Estratégia

A Comissão de Estratégia é instituída com o objetivo de apoiar o Conselho de Administração nas matérias que lhe estão especialmente confiadas.

Constituem competências da Comissão de Estratégia, nos termos do disposto no artigo 2.º do Regulamento da Comissão de Estratégia, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 18 de junho de 2018:

- Acompanhar o cumprimento das metas parcelares definidas no Projeto Estratégico,
- Emitir nota informativa ou relatório não vinculativo sobre as metas parcelares definidas no Projeto Estratégico ou sobre temas específicos do âmbito das suas funções, quando tal lhe seja solicitado pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva;
- Elaborar nota informativa ou relatório não vinculativo sobre o cumprimento das metas do Projeto Estratégico, sempre que oportuno;
- Elaborar anualmente um relatório ao Conselho de Administração com um balanço do trabalho da Comissão desenvolvido no exercício anterior.

Atividade da Comissão de Estratégia

Ao longo do período em análise, a Comissão de Estratégia realizou 4 reuniões ordinárias, em cumprimento do estipulado no Regulamento que a rege. Participaram, igualmente, em reuniões desta Comissão, outros membros do Conselho de Administração, bem como, através de convite ou convocatória, diversos membros de outros órgãos sociais, quadros e colaboradores do Grupo TAP, consultores e terceiros de reconhecida competência e especialização, de molde a prestar assessoria, esclarecimentos, e aduzir contributos técnicos sobre assuntos relevantes.

Nas reuniões da Comissão de Estratégia foram abordados mais de duas dezenas de temas com cariz e/ou relevância estratégica para o Grupo TAP. Dossiers como Acordos de Cooperação, a verificação do cumprimento dos Compromissos Estratégicos assinados entre Acionistas, a evolução da frota, a operacionalidade e expansão do Aeroporto Humberto Delgado e a construção do novo Terminal do Montijo, o desenvolvimento do novo

“campus” TAP, e a análise da concorrência, das tendências, dos riscos e das oportunidades, foram alguns dos assuntos mais frequentemente analisados e debatidos, entre outros temas específicos com impacto estratégico.

Reuniões da Comissão de Estratégia

Nos termos do artigo 3.º do Regulamento da Comissão de Estratégia, a Comissão deve reunir trimestralmente e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por qualquer dos seus membros. Ao longo de 2019, a Comissão de Estratégia realizou 4 reuniões ordinárias.

Comissão de Recursos Humanos

Por deliberação do Conselho de Administração da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A, em reunião de 27 de junho de 2019

Presidente	Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Vogal	Ana Maria Almeida Leite de Pinho Macedo Silva
Vogal	Bernardo Luís Amador Trindade
Vogal	David Humberto Canas Pedrosa

Competências da Comissão de Recursos Humanos

- Nos termos do disposto no Artigo 2.º do Regulamento da Comissão de Recursos Humanos, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 3 de setembro de 2019, constituem competências, entre outras, da Comissão de Recursos Humanos, as seguintes:
- Apoiar o Conselho de Administração nas matérias que lhe estão especialmente confiadas;
- Analisar e acompanhar as estratégias e políticas de recursos humanos adotadas pela Sociedade e suas participadas;
- Emitir recomendações relativas a estratégias e políticas de remuneração e benefícios dos trabalhadores da Sociedade e das suas participadas;
- Emitir recomendações que promovam a cultura organizacional de performance desejada, alinhada com a missão, visão e valores do Grupo TAP, e focada na construção de resultados sustentáveis;
- Emitir nota informativa ou relatório não vinculativo sobre qualquer matéria que lhe seja apresentada pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva;
- Elaborar Relatório Anual sobre as atividades desta Comissão.

Atividade da Comissão de Recursos Humanos

Ao longo do período em análise, e tendo esta Comissão sido criada em junho de 2019, a Comissão de Recursos Humanos realizou 1 reunião ordinária. Para além da totalidade dos seus membros, participaram, igualmente, na reunião desta Comissão, outros membros do Conselho de Administração, bem como, através de convite ou convocatória, quadros e colaboradores do Grupo TAP, consultores de reconhecida especialização, de molde a prestar assessoria, esclarecimentos, e aduzir contributos técnicos sobre os assuntos relevantes abordados. Na reunião da Comissão de Recursos Humanos foram abordados temas como o modelo de gestão de performance, benchmark retributivo e estudo de clima organizacional.

Reuniões da Comissão de Recursos Humanos

Nos termos do artigo 3.º do Regulamento da Comissão de Recursos Humanos, a Comissão deve reunir duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente, por sua iniciativa, ou a pedido de qualquer um dos outros membros. Ao longo de 2019, a Comissão de Recursos Humanos realizou 1 reunião ordinária.

Secretário da Sociedade

Por designação do Conselho de Administração da Sociedade, em reunião de 31 de janeiro de 2018

Secretário da Sociedade Ana Maria Sirgado Malheiro

Secretário da Sociedade Suplente Carlos Neves de Almeida

Fiscalização da Sociedade

Por deliberação em Assembleia Geral de 31 de janeiro de 2018

Conselho Fiscal

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	Mandatos exercidos	
				Nº	Data da 1.ª designação
2018-2020	Conselho Fiscal	Sérgio Sambade Nunes Rodrigues	Assembleia Geral de 31.jan.2018	2	12.nov.2015
		Baker Tilly, PG & Associados, SROC, S.A.	Assembleia Geral de 31.jan.2018	2	12.nov.2015
		Susana Nereu de Oliveira Ribeiro	Assembleia Geral de 31.jan.2018	1	31.jan.2018
	Suplente	Maria Helena Maia Ferreira de Vasconcelos	Assembleia Geral de 31.jan.2018	1	31.jan.2018

Revisor Oficial de Contas

Os Revisores Oficiais de Contas Efetivo e Suplente apresentaram a renúncia ao cargo em 21 de outubro de 2019. Os novos Revisores Oficiais de Contas Efetivo e Suplente, António Joaquim Brochado Correia ou Hugo Miguel Patrício Dias em representação da PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., e Carlos José Figueiredo Rodrigues, respetivamente, foram nomeados para o período remanescente do triénio 2018-2020 na Assembleia Geral de 2 de março de 2020.

Efetivo Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda., representada por Joaquim Oliveira de Jesus

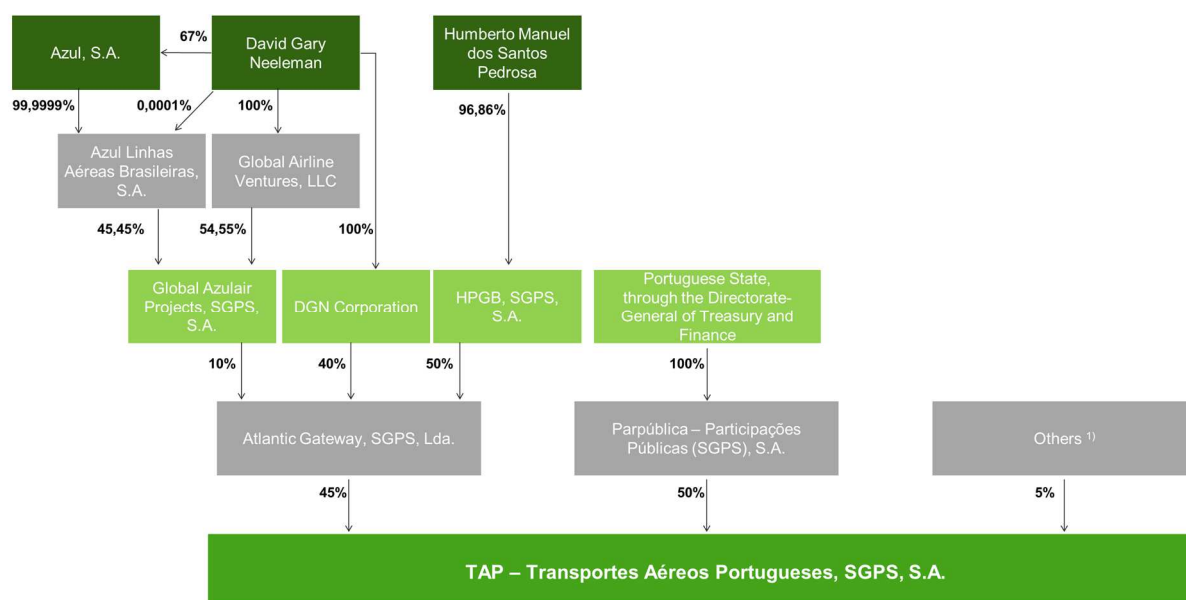
Suplente Fernando Marques Oliveira

1.2 Estrutura Acionista

A 31 de dezembro de 2019, a estrutura acionista da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. era a seguinte:

- A Parpública detém 750.000 ações da categoria B, representativas de 50% do capital social e direitos de voto da TAP SGPS e 5% dos direitos económicos;
- A Atlantic Gateway detém 675.000 ações da categoria A, representativas de 45% do capital social e direitos de voto da TAP SGPS e 90% dos direitos económicos; e
- Um conjunto de acionistas, incluindo trabalhadores do Grupo TAP detêm um total de 75.000 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social, direitos de voto e direitos económicos da TAP SGPS.

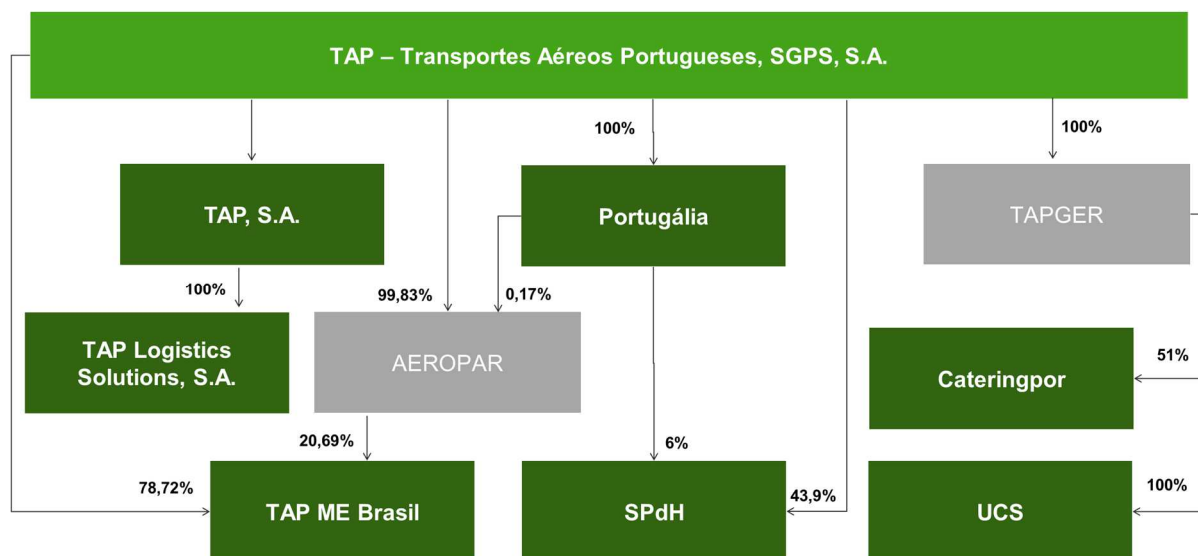
Estrutura Acionista da TAP SGPS



1) Em 10 de abril de 2017, foi lançada uma oferta pública de venda de ações da TAP SGPS reservada a trabalhadores do Grupo TAP (TAP SGPS e outras sociedades do Grupo TAP), no âmbito do processo de reprivatização indireta do capital social da TAP, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março de 2017, na sequência da qual trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS, tendo já parte dessas ações sido alienada a favor de terceiros.

1.3 Estrutura do Grupo TAP e Metodologia de Consolidação

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo TAP tinha a seguinte estrutura:



Foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2019 pelo método integral as seguintes empresas:

- TAP–Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP”, “Grupo TAP” or “Grupo”)
 - Transportes Aéreos Portugueses S.A. (“TAP, S.A.”)
 - TAP Logistics Solutions, S.A.
 - TAPGER–Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. (“TAPGER”)
 - CATERINGPOR–Catering de Portugal, S.A. (“Cateringpor”)
 - U.C.S.–Cuidados Integrados de Saúde, S.A. (“UCS”)
 - PORTUGÁLIA–Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugália”)
 - AEROPAR Participações, S.A. (“AEROPAR”)
 - TAP–Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (“TAP ME Brasil”).

Foi qualificada como associada e contabilizada pelo método de equivalência patrimonial:

- SPdH–Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”).

Em 2 de maio de 2019 deu-se a fusão da Megasis – Sociedade de Serviços e Engenharia informática, S.A. (“Megasis”) na TAP, S.A., produzindo efeitos contabilísticos e fiscais à data de 1 de janeiro de 2019.

Em 30 de dezembro de 2019 foi criada a TAP Logistics Solutions, S.A. para operar na atividade de carga e correio.

2. PRINCIPAIS INDICADORES

Grupo TAP	2019	2018 ¹⁾	Variação	
			Abs.	%
Passageiros ('000)	17.052	15.763	1.289	+8,2%
RPK (milhões)	42.065	38.048	4.017	+10,6%
ASK (milhões)	52.527	47.000	5.527	+11,8%
Load Factor	80,1%	81,0%	-0,9p.p.	
Frota Operacional (final do período) ²⁾	105	93	12	+12,9%
Block Hours	409.522	390.544	18.977	+4,9%
Número de Partidas	136.705	134.718	1.987	+1,5%
Etapa média (km)	1.956	1.874	82	+4,4%
Yield (€ cêntimos) ³⁾	6,85	7,08	-0,23	-3,2%
PRASK (€ cêntimos) ³⁾	5,49	5,73	-0,24	-4,3%
CASK ³⁾ (€ cêntimos)	6,19	6,79	-0,60	-8,8%
CASK ex-fuel ³⁾ (€ cêntimos)	4,70	5,14	-0,44	-8,6%
CASK fuel ³⁾ (€ cêntimos)	1,49	1,64	-0,16	-9,6%
Pontualidade até 15'	63,9%	58,4%	+5,5p.p.	
Regularidade	99,2%	98,2%	+1,0p.p.	
Quadro do Pessoal Ativo total (final do período) ⁴⁾	10.952	10.363	589	+5,7%
Pessoal Ativo - TAP SA	9.006	8.145	861	+10,6%
Pessoal Ativo - TAP ME Brasil	559	742	-183	-24,7%
Pessoal Ativo - Outras Empresas	1.387	1.476	-89	-6,0%
Rendimentos Operacionais (milhões €)	3.345,1	3.250,8	94	+2,9%
Rendimentos de Passagens (milhões €)	2.913,9	2.782,3	131,6	+4,7%
EBITDAR (milhões €) ⁵⁾	477,3	211,4	265,9	+125,8%
Margem EBITDAR	14,3%	6,5%	+7,8p.p.	
Resultado Operacional (EBIT) (milhões €)	58,6	-44,0	102,6	s.s.
Margem EBIT	1,8%	-1,4%	+3,1p.p.	
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS (milhões €)	-105,6	-118,0	12,4	s.s.
Resultado líquido das Empresas do Grupo (milhões €) ⁶⁾				
Resultado Líquido TAP, S.A.	-95,6	-58,1	-37,6	n.m.
Resultado Líquido SPdH	5,8	6,0	-0,2	-3,7%
Resultado Líquido TAPGER	1,7	1,8	-0,2	-8,2%
Resultado Líquido Portugalá	7,1	1,1	6,0	n.m.
Resultado Líquido Aeropor e TAP ME Brasil	-14,7	-51,6	36,9	n.m.

1) A TAP adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas pelos efeitos da IFRS 16 não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019.

2) Inclui aeronaves operadas em regime de *wet-lease*. Pode diferir da frota total em alguns períodos devido a aeronaves em processo de *phase-in* ou *phase-out*.

3) Ajustado pela etapa média.

4) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo.

5) EBITDAR = Resultado Operacional + Rendas de aeronaves + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.

6) Os valores apresentados para estas empresas respeitam às demonstrações financeiras estatutárias, ajustadas para fins de consolidação por forma a uniformizar as políticas contabilísticas.

3. EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2019

3.1. Sumário

Nota IFRS 16: A TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas pelos efeitos da IFRS 16, não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019. Para informação adicional sobre a IFRS 16 e os seus impactos deverá ser consultada a nota explicativa 2 das demonstrações financeiras consolidadas.

Destaques de 2019

- O EBITDAR atingiu EUR 477,3 milhões em 2019 (um aumento de EUR 265,9 milhões face ao ano anterior) e o Resultado Operacional (EBIT) EUR 58,6 milhões, um aumento de EUR 102,6 milhões quando comparado com o ano anterior. O 2º semestre de 2019 confirma a tendência positiva com uma melhoria de resultados e margem. Durante a segunda metade do ano, assistiu-se a uma melhoria progressiva na atividade, permitindo uma forte expansão do Resultado Operacional (EBIT) e da margem operacional, com resultado líquido positivo no período.
- Transformação da Frota com o reforço da estratégia de renovação e expansão da frota. Em 2019, 30 aviões Airbus de última geração da família NEO entraram em operação, permitindo à TAP a expansão para 11 novos mercados, dos quais se destacam a expansão nos EUA, com o contributo das novas rotas que começaram em junho (São Francisco, Chicago e Washington), o início das operações no Médio Oriente (Tel Aviv), e novas rotas em África (Conacri e Banjul).
- Número recorde de passageiros transportados em 2019, atingindo os 17,1 milhões (+8,2% face ao ano anterior). Estratégia de diversificação bem sucedida, com o mercado Norte-Americano a representar já 14% das receitas de passagens, um aumento de 3 pontos percentuais quando comparado com 2018 e mais do que duplicando o peso deste mercado face a 2015.
- Total de rendimentos operacionais aumentou em EUR 94,3 milhões em 2019 (+2,9% face ao ano anterior) para EUR 3.345,1 milhões, com as receitas de passageiros a aumentar em EUR 131,6 milhões (+4,7%) para EUR 2.913,9 milhões, em resultado do aumento das receitas operacionais no segundo semestre, sendo de realçar o comportamento das rotas da América do Norte e das rotas domésticas (continente e ilhas), que aumentaram as receitas de passagens em 2019 em 33,4% e 13,2% respetivamente, em comparação com o ano anterior. As receitas de passagens das rotas do Brasil registaram um decréscimo de EUR 50 milhões (-6,3%) em 2019 face a 2018, com o 1º semestre a ser responsável por um decréscimo de EUR 43,1 milhões face à primeira metade do ano anterior, impactado pela instabilidade política e económica no país, sobretudo no primeiro trimestre.

- Decréscimo dos custos operacionais unitários totais. Num contexto de aumento de capacidade (com um crescimento de ASK de 11,8%), os custos unitários operacionais totais por ASK (CASK) registaram uma diminuição de 8,8% face ao ano de 2018, apesar dos custos associados à renovação e expansão da frota.
- Decréscimo dos custos unitários com combustível por ASK (CASK fuel). O CASK fuel registou um decréscimo de 9,6% em 2019, refletindo uma maior eficiência dos novos aviões, um custo médio mais baixo do jet fuel quando comparado com o ano anterior e a política de *hedging* implementada.
- Consolidação do *turnaround* implementado em 2018 na ME Brasil que permitiu atingir, pela primeira vez desde a aquisição, EBITDAR positivo nesta subsidiária em 2019 e sem qualquer transferência de recursos monetários de Portugal para o Brasil.
- Investimento na frota e decréscimo nas receitas de passagens das rotas brasileiras no 1º semestre de 2019 com impacto negativo no Resultado Líquido Anual. Resultado líquido do ano negativo em EUR 105,6 milhões, uma melhoria de EUR 12,4 milhões face ao ano anterior, sendo os custos relacionados com o processo de transformação da frota de aproximadamente EUR 55 milhões. Recuperação do resultado líquido no 2º semestre de 2019, o qual atingiu EUR 14,1 milhões, representando uma melhoria de EUR 42,1 milhões quando comparado com o segundo semestre de 2018.
- Forte posição de liquidez com caixa e equivalentes de EUR 435,0 milhões no final do ano. Adicionalmente, considerando o montante disponível de recebíveis de cartões de crédito no Brasil de EUR 105,9 milhões, o total de liquidez foi de EUR 540,9 milhões, representando 16,2% do total de rendimentos operacionais.
- Conclusão com sucesso de diversas transações de financiamento, prosseguindo a estratégia da TAP de diversificação das suas fontes de financiamento e aumento da maturidade média da dívida. A maturidade média da dívida financeira da TAP (excluindo locações sem opção de compra) aumentou de 2,9 anos no final de 2018 para 4,6 anos no final de 2019. Também a percentagem da dívida com taxa fixa aumentou de forma significativa de 22% no final de 2018 para 69% no final de 2019.

3.2. Enquadramento Macroeconómico e Setorial

Enquadramento Macroeconómico

Indicadores Macro Var %	2018	2019E	2019E vs 2018
Crescimento Real do PIB			
Global	+3,6%	+2,9%	-0,7 pp
Zona Euro	+1,9%	+1,2%	-0,7 pp
Portugal	+2,4%	+2,0%	-0,4 pp
América do Norte	+2,7%	+2,1%	-0,6 pp
América Latina	+1,0%	+0,2%	-0,8 pp
África	+3,8%	+3,2%	-0,6 pp
Médio Oriente	+0,1%	-1,2%	-1,3 pp
Ásia-Pacífico	+5,3%	+4,8%	-0,5 pp
Crescimento do Comércio			
Global	+3,7%	+1,0%	-2,7 pp

Fonte: Comissão Europeia (dados para Portugal e Zona Euro) – Fevereiro 2020, FMI (dados para Resto do Mundo) – Janeiro 2020

Em 2019, a economia global continuou a tendência de abrandamento do ano anterior, com o crescimento do PIB mundial a desacelerar de 3,6% para 2,9%, juntamente com o crescimento do comércio, de 3,7% para 1.0% em 2019.

Evolução Cambial EUR 1 em	FY 2018	1T 2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	FY 2019	FY2018 vs FY2019
USD	1,181	1,136	1,124	1,112	1,107	1,119	-5,2%
BRL	4,308	4,278	4,407	4,408	4,559	4,413	+2,4%

Fonte: BCE (via Bloomberg), preço médio diário.

No decurso de 2019, o EUR desvalorizou face ao USD, com o câmbio médio a cair 5,2% face ao ano anterior. Ao longo do ano, o par cambial atingiu o mínimo de 1,089 no início do 3º trimestre, longe dos 1,149 máximos registados no 1º trimestre. Contrariamente, o EUR apreciou face ao BRL em 2019, com o câmbio médio a aumentar 2,4% face ao ano anterior. O fraco desempenho do Real Brasileiro foi atribuído à política monetária expansionista, bem como aos receios de um abrandamento do crescimento nos mercados emergentes, causado por uma maior incerteza e tensões comerciais.

Evolução do Petróleo e Derivados em USD	FY 2018	1T 2019	2T 2019	3T 2019	4T 2019	FY 2019	FY2018 vs FY2019
Brent, (USD/bbl)	71,2	63,1	68,5	61,9	62,6	64,0	-10,1%
Jet Fuel (USD/mT)	687,5	625,4	645,8	629	627,1	631,7	-8,1%

Fonte: Bloomberg (dados Brent), Platts (dados Jet Fuel), preço médio diário.

Os preços do Brent caracterizaram-se por alguma volatilidade em 2019, variando entre 52,8 USD/bbl e 73,9 USD/bbl. O preço médio do Brent caiu de 71,2 USD/bbl em 2018 para 64,0 USD/bbl em 2019, o que representa uma queda de 10%. Da mesma forma, o preço médio do Jet Fuel em 2019 foi 8,1% menor face ao ano anterior. Apesar de a OPEC+ ter concordado em reduzir a produção numa tentativa de estabilizar o mercado, os preços do petróleo ainda caíram devido ao crescimento económico mais lento do que o esperado e às graduais revisões em baixa do crescimento da procura mundial de petróleo.

Setor da Aviação Comercial

Receita USD mil milhões	2018	2019E	2019E vs 2018
Global	812	838	+3,2%
Europa	202	207	+2,5%
América do Norte	254	265	+4,3%
América Latina	33	37	+12,1%
África	14	15	+7,1%
Médio Oriente	55	56	+1,8%
Ásia-Pacífico	254	258	+1,6%
Passageiros	561	567	+1,1%
Yield, Var %	-2,1%	-3,0%	-0,9 pp
Load Factor, %	81,9%	82,6%	+0,7 pp
RPK, Var %	7,4%	4,2%	-3,2 pp
Carga	111,3	102,3	-8,1%
Yield, Var %	12,3%	-5,0%	-17,3 pp
Load Factor, %	49,3%	46,7%	-2,6 pp
FTK, Var %	3,4%	-3,3%	-7,7 pp

Fonte: Airline Industry Economic Performance - Dezembro 2019 (IATA)

Em resultado do arrefecimento económico global, 2019 revelou-se um ano de abrandamento para a indústria da aviação comercial, que registou uma desaceleração generalizada da maioria das suas métricas de desempenho. A procura de passageiros, medida por RPKs, cresceu 4,2% em 2019 (contra 7,4% em 2018), enquanto a procura de carga, medida por FTKs, diminuiu 3,3% (contra +3,4% em 2018). O crescimento global de ASKs também desacelerou de 6,9% para 3,5% em 2019. Assim, em linha com os anos anteriores, os ASKs cresceram a uma taxa inferior à dos RPKs, traduzindo-se numa melhoria de 0,7 pp do Load Factor de Passageiros, que atingiu o máximo histórico de 82,6%. No entanto, assistiu-se a uma deterioração da *yield* de passageiros, que diminuiu 3,0% em 2019.

No segmento de Carga, o Load Fator diminuiu 2,6 pp, para 46,7%, enquanto a *yield* diminuiu 5,0% em 2019. Isto levou a uma diminuição das receitas de Carga de 8,1%, enquanto a receita de passageiros ainda aumentou 1,1%.

3.3. Performance Operacional e Económico-Financeira

Adoção da IFRS 16

A TAP adotou na data efetiva de aplicação obrigatória, 1 de janeiro de 2019, a IFRS 16 – Locações, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores.

Os principais impactos na demonstração da posição financeira na data de transição decorrentes da adoção da IFRS 16 são (1) o reconhecimento do ativo correspondente aos direitos de uso (na sua maioria associados a aeronaves em regime de locação sem opção de compra), (2) o reconhecimento do passivo correspondente às obrigações contratuais assumidas, (3) a reclassificação das reservas de manutenção para o ativo e, (4) o aumento do capital próprio no montante correspondente aos efeitos da IFRS 16 no tratamento dos gastos com manutenção de aeronaves em regime de locação sem opção de compra.

A adoção da IFRS 16 em 1 de Janeiro de 2019, teve os seguintes impactos nas principais rubricas da Demonstração da Posição Financeira:

Grupo TAP EUR milhões	31-dez-18	Impacto da adoção da IFRS 16	1-jan-19
ATIVO			
Ativo não corrente	895,1	1.009,1	1.904,2
Ativos fixos tangíveis	542,6	940,0	1.482,5
Outras contas a receber	105,9	69,1	175,1
Outras rubricas do Ativo não corrente	246,6	0,0	246,6
Ativo corrente	732,4	0,0	732,4
Total do ativo	1.627,5	1.009,1	2.636,6
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital e reservas			
Resultados transitados	-670,9	110,6	-560,3
Outras rubricas de Capital e reservas	53,0	0,0	53,0
Total do capital próprio	-617,9	110,6	-507,3
Passivo não corrente	902,1	720,7	1.622,8
Provisões	22,4	32,2	54,6
Passivo locação sem opção de compra	0,0	692,0	692,0
Passivos por impostos diferidos	19,0	46,3	65,3
Outras contas a pagar	50,0	-49,7	0,2
Outras rubricas de Passivo não corrente	810,7	0,0	810,7
Passivo corrente	1.343,3	177,9	1.521,1
Passivo locação sem opção de compra	0,0	232,0	232,0
Outras contas a pagar	665,6	-54,2	611,5
Outras rubricas de Passivo corrente	677,6	0,0	677,6
Total do passivo	2.245,4	898,6	3.143,9
Total do capital próprio e passivo	1.627,5	1.009,1	2.636,6

No que respeita à demonstração de resultados de períodos subsequentes à data de transição, os principais impactos da adoção da IFRS 16 são: (1) a redução dos custos com rendas de aeronaves e outros custos operacionais de tráfego pelo desreconhecimento dos custos associados aos contratos de locação sem opção de compra ou outras obrigações contratuais semelhantes; (2) aumento das despesas de depreciação e amortização pelo efeito da amortização dos direitos de uso e da capitalização de eventos de manutenção estruturais; (3) diminuição dos gastos com manutenção de aeronaves e custos com o pessoal pela capitalização dos custos com grandes manutenções de equipamentos em regime de locação sem opção de compra e (4) aumento das despesas de juros pelo efeito da atualização dos passivos com obrigações contratuais e eventuais variações cambiais pelo efeito das alterações nas taxas de câmbio usadas para reconhecer os passivos com obrigações contratuais.

O reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação sem opção de compra e o reconhecimento do passivo correspondente, originou um incremento nos custos com depreciação no montante de, aproximadamente, 333,3 milhões de Euros e das despesas com juros no valor de, aproximadamente, 103,8 milhões de Euros. As diferenças de câmbio reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, relacionadas com os passivos com obrigações contratuais, ascenderam a, aproximadamente, 13,7 milhões de Euros. Por outro lado, os custos com rendas e outras obrigações contratuais (reconhecidos até 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de “Rendas de aeronaves” e “Custos operacionais de tráfego”) reduziram no montante de, aproximadamente, 346,0 milhões de Euros.

Adicionalmente, a apresentação dos pagamentos das despesas relacionadas com contratos de locação sem opção de compra resultou numa reclassificação de, aproximadamente, 338,9 milhões de Euros de fluxos de caixa das atividades operacionais para fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Performance Operacional

Grupo TAP	2019	2018	Variação	
			Abs.	%
Passageiros ('000)	17.052	15.763	1.289	+8,2%
RPK (milhões)	42.065	38.048	4.017	+10,6%
ASK (milhões)	52.527	47.000	5.527	+11,8%
Load Factor	80,1%	81,0%	-0,9p.p.	
Frota Operacional (final do período) ¹⁾	105	93	12	+12,9%
Block Hours	409.522	390.544	18.977	+4,9%
Número de Partidas	136.705	134.718	1.987	+1,5%
Etapa média (km)	1.956	1.874	82	+4,4%
Pontualidade até 15'	63,9%	58,4%	+5,5p.p.	
Regularidade	99,2%	98,2%	+1,0p.p.	
Quadro do Pessoal Ativo total (final do período) ²⁾	10.952	10.363	589	+5,7%
Pessoal Ativo - TAP SA	9.006	8.145	861	+10,6%
Pessoal Ativo - TAP ME Brasil	559	742	-183	-24,7%
Pessoal Ativo - Outras Empresas	1.387	1.476	-89	-6,0%

1) Inclui aeronaves operadas em regime de *wet-lease*. Pode diferir da frota total em alguns períodos devido a aeronaves em processo de *phase-in* ou *phase-out*.

2) Não inclui pessoal sem colocação e não ativo.

Em 2019, a TAP alcançou um novo valor recorde de passageiros transportados, com um aumento de 1,3 milhões de passageiros face ao período homólogo do ano anterior (+8,2%), para 17,1 milhões de passageiros. Após um ligeiro decréscimo no número de passageiros transportados no primeiro trimestre do ano (-0,3% face ao período homólogo), verificou-se uma tendência de recuperação e consolidação do crescimento nos últimos 3 trimestres do ano, a qual se traduziu no significativo crescimento do tráfego face ao ano anterior. O aumento do número de passageiros foi transversal a todas as regiões operadas pela rede da TAP.

De destacar a performance do mercado Norte Americano, em virtude do aumento de frequências e abertura de novas rotas. Em 2019, os passageiros das rotas do Brasil aumentaram 3% em relação ao ano anterior, apesar do decréscimo de 2% observado no primeiro semestre face ao período homólogo do ano anterior.

Este crescimento sustentado da TAP foi possível graças à renovação da frota, aumento da oferta, diversificação de rotas e mercados, com destaque para a consolidação do investimento na América do Norte e por práticas de negócio cada vez mais competitivas.

A capacidade em 2019, medida em ASKs, aumentou 11,8% em termos homólogos, em virtude do aumento do número de frequências para muitas das rotas que a TAP já operava e da introdução de 11 novas rotas (Tel Aviv e Dublin em março, Chicago, Washington, S. Francisco, Nápoles e Tenerife em junho, Porto-Bruxelas e Conacri em julho, Porto-Munique em agosto e Banjul em outubro). A procura em termos de tráfego de passageiros, expressa em RPKs, aumentou 10,6%, ligeiramente abaixo do aumento da capacidade, o que resultou num *load factor* de 80,1% em 2019, comparado com os 81,0% do ano anterior. Durante o 2º semestre de 2019 o *load factor* atingiu os 80,4%, uma melhoria face aos 79,8% verificados no período homólogo do ano anterior.

Em 2019, os indicadores de pontualidade e regularidade da TAP melhoraram face ao ano anterior. A pontualidade global da Empresa melhorou 5,5 pontos percentuais em termos homólogos, em 2019, destacando-se a ponte aérea Lisboa-Porto, que registou uma melhoria de 22 pontos percentuais na pontualidade, passando de 52% em 2018 para 74% em 2019. O número de voos cancelados diminuiu 56% face ao ano anterior, com este número a corresponder a 0,8% do total de voos da Companhia, valor que compara com 1,8% em 2018.

A melhoria da pontualidade e regularidade em 2019 resulta da implementação de múltiplas medidas, tais como o novo centro integrado de controlo de operações (iOCC – *integrated Operations Control Center*), a utilização de aeronaves sobressalentes, contratação de pilotos e comissários/assistentes de bordo adicionais, a alteração do processo de embarque, a criação de uma nova função de coordenador de *turnaround* no *hub* e de novos sistemas operativos e comités de pontualidade.

A Satisfação do Cliente, medida através do Net Promoter Score (D15 NPS), apresentou uma evolução muito positiva em 2019, aumentando 12 pontos percentuais. Em virtude da forte aposta no atendimento ao Cliente envolvendo toda a Empresa e da renovação da frota, todas as principais dimensões NPS avaliadas pelos Clientes aumentaram em 2019, destacando-se o Conforto e o Entretenimento a bordo. Adicionalmente, em resultado das medidas implementadas na ponte aérea Lisboa-Porto, nomeadamente a alteração para aeronaves a jato, registou-se um aumento de 20 pontos percentuais neste indicador.

Performance Económico-Financeira

Grupo TAP EUR milhões	2019	2018 ¹⁾	Variação	
			Abs.	%
Rendimentos operacionais	3.345,1	3.250,8	94,3	+2,9%
Passagens	2.913,9	2.782,3	131,6	+4,7%
Manutenção	234,3	280,7	-46,4	-16,5%
Carga e Correio	137,4	134,7	2,7	+2,0%
Ganhos e perdas em associadas	1,7	3,7	-2,1	-54,9%
Outros rendimentos	57,9	49,4	8,5	+17,1%
Gastos operacionais	3.286,5	3.294,8	-8,3	-0,3%
Combustível para aeronaves	789,7	798,6	-8,9	-1,1%
Custos Operacionais de Tráfego	743,2	777,8	-34,6	-4,4%
Custos com o Pessoal	751,9	702,8	49,1	+7,0%
Rendas de aeronaves	0,0	177,9	-177,9	s.s.
Gastos com manutenção de aeronaves	60,8	111,7	-50,9	-45,6%
Custo dos materiais consumidos	185,2	207,4	-22,2	-10,7%
Custos comerciais, marketing e comunicação	153,1	186,6	-33,5	-18,0%
Imparidade de contas a receber, inventários e Provisões	-2,5	9,6	-12,1	s.s.
Outros gastos	179,7	170,1	9,6	+5,6%
Reestruturação	6,0	54,5	-48,5	-89,0%
Outros itens não recorrentes	0,7	20,3	-19,6	-96,6%
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	418,7	77,5	341,2	+440,2%
EBIT (Resultado Operacional)	58,6	-44,0	102,6	s.s.
Margem EBIT	1,8%	-1,4%	+3,1 p.p.	
Juros e rendimentos similares obtidos	3,2	6,0	-2,8	-46,1%
Juros e gastos similares suportados	-178,3	-57,9	-120,4	+208,0%
Diferenças de câmbio líquidas	-22,9	-49,4	26,5	-53,6%
Resultado antes de impostos	-139,3	-145,3	6,0	s.s.
Imposto sobre o rendimento	34,1	28,0	6,1	s.s.
Resultado líquido do período	-105,2	-117,2	12,0	s.s.
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS	-105,6	-118,0	12,4	s.s.
EBITDAR ²⁾	477,3	211,4	265,9	+125,8%
Margem EBITDAR	14,3%	6,5%	+7,8 p.p.	

1) A TAP adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas pelos efeitos da IFRS 16 não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019. Para informação adicional sobre a adoção da IFRS 16 e os seus impactos, deverá consultar-se as demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas explicativas.

2) EBITDAR = Resultado Operacional + Rendas de aeronaves + Depreciações, amortizações e perdas por imparidade.

Rendimentos Operacionais

Em 2019, os rendimentos operacionais totais atingiram os EUR 3.345,1 milhões, um aumento de EUR 94,3 milhões (+2,9%) face ao ano anterior, principalmente explicado pelo aumento dos rendimentos de passagens em EUR 131,6 milhões. Este comportamento foi suportado pelo aumento de EUR 152,2 milhões (+8,8%) dos rendimentos operacionais totais, verificado no 2º semestre de 2019 face ao período homólogo do ano anterior.

Os **rendimentos de passagens** atingiram EUR 2.913,9 milhões, um aumento de 4,7% face ao ano anterior, representando 87,1% dos rendimentos operacionais totais. Depois de um fraco primeiro trimestre de 2019, com os rendimentos de passagens a serem particularmente impactados pela instabilidade política e económica no

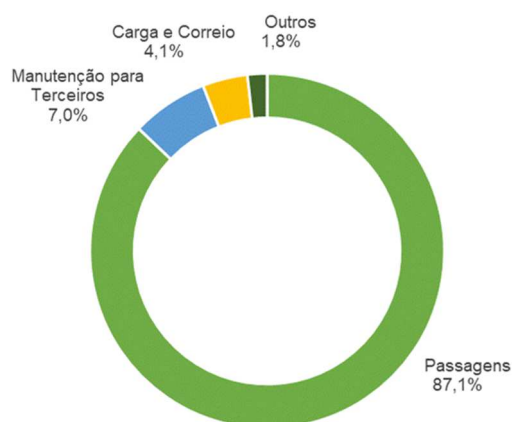
Brasil, resultando numa diminuição de EUR 47 milhões (-8,1%) face ao trimestre homólogo de 2018, a TAP registou três trimestres consecutivos de crescimento significativo dos rendimentos de passagens (6,2%, 5,9% e 13,3% no segundo, terceiro e quarto trimestres de 2019, respetivamente).

Analisando a performance dos rendimentos de passagens por região em comparação com o ano anterior, destacam-se as rotas Norte Americanas que cresceram EUR 101,2 milhões (+33,4%), em virtude do foco neste mercado e da abertura de novas rotas em junho (Chicago, Washington e S. Francisco). Em 2019, a América do Norte já representou 14% do rendimento total de passagens, um aumento de 3 pontos percentuais face a 2018 e 8 pontos percentuais face a 2015, indo de encontro à estratégia de diversificação dos mercados que tem vindo a ser seguida pela TAP. Os rendimentos de passagens provenientes das rotas Brasileiras registaram um decréscimo de EUR 50 milhões (-6,3%) em 2019 face ao ano anterior, a maior parte em resultado da performance do primeiro semestre, ainda impactado pela instabilidade económica e política no Brasil e pela desvalorização do BRL. No 2º semestre de 2019 registou-se um aumento dos rendimentos de passagens de EUR 135,6 milhões (+9,0% YoY) com os rendimentos das rotas da América do Norte a aumentarem em EUR 80,4 milhões (+51,4% YoY) e mostrando uma tendência de recuperação do mercado Brasileiro. De destacar também a melhoria do PRASK verificada no último trimestre de 2019, que em termos globais aumentou 2% na rede da TAP face ao período homólogo do ano anterior.

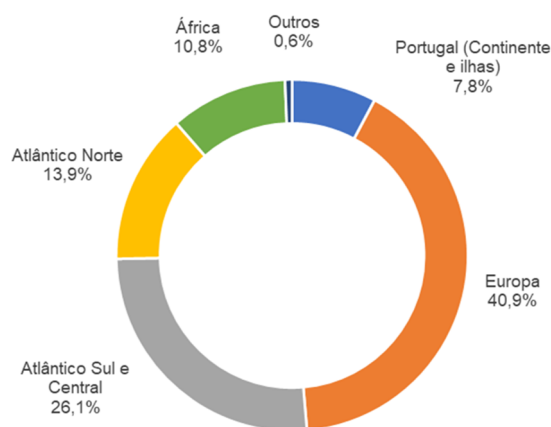
Os **rendimentos da manutenção para terceiros** diminuíram EUR 46,4 milhões face ao ano anterior (-16,5%). Em Portugal verificou-se um decréscimo de EUR 17,9 milhões dos rendimentos de manutenção para terceiros em 2019 (-7,9% YoY), refletindo essencialmente a renovação da frota da TAP e o *phase-out* de aeronaves mais antigas, o que resultou em menos *slots* de hangar disponíveis para terceiros e um foco em eventos de manutenção de motores mais rentáveis. Apesar da diminuição de receitas, a margem operacional melhorou em comparação com 2018. A TAP ME Brasil, a operação de manutenção no Brasil, registou um decréscimo de receitas de EUR 28,5 milhões (-53,7% YoY) em resultado da significativa diminuição da dimensão da operação. Esta subsidiária apresentou um EBITDAR positivo de EUR 3,1 milhões pela primeira vez desde a sua aquisição, sem necessidade de qualquer transferência de recursos monetários do Grupo. Este resultado espelha o *turnaround* bem sucedido implementado em 2018, quando uma das duas unidades da ME Brasil foi encerrada e o número de colaboradores foi reduzido de forma correspondente.

Por último, os **rendimentos de carga e correio** atingiram EUR 137,4 milhões em 2019, um aumento de EUR 2,7 milhões (+2,0%) face ao ano anterior. Em termos de volumes, a TAP Air Cargo, unidade de negócio de carga da TAP, apresentou um crescimento de 16% face ao ano anterior, apesar da diminuição de mais de 3% nos volumes de carga aérea e correio observados no mercado a nível global. A estratégia desta unidade em torno do *time-to-market*, da competitividade das tarifas e do reforço comercial resultou na antecipação da captura de um maior volume de carga, por forma a adaptar-se a um mercado global em declínio. No 2º semestre de 2019 os rendimentos de carga e correio aumentaram 5,5% face ao período homólogo do ano anterior, para EUR 71,6 milhões.

Rendimentos Operacionais por Atividade (2019)



Receitas de Passagens por Região (2019)



Gastos Operacionais

Os gastos operacionais totais ascenderam a EUR 3.286,5 milhões em 2019, uma diminuição de EUR 8,3 milhões (-0,3%) face ao ano anterior, enquanto os ASK cresceram 11,8% no ano, traduzindo-se numa redução dos custos operacionais unitários por ASK (CASK) de 8,8%, comparativamente com o ano anterior. Esta tendência foi ainda mais positiva durante o 2º semestre de 2019 verificando-se um decréscimo de CASK em 10,0% face ao período homólogo do ano anterior.

Os custos com combustíveis e licenças de emissão de CO2 diminuíram 1,1%, em 2019, face ao ano anterior, apesar do crescimento das *block hours* (+4,9%), e representando um decréscimo do custo unitário de combustíveis por ASK (CASK fuel) de 9,6%, refletindo a maior eficiência de combustível das novas aeronaves, o preço médio de *jet fuel* nos mercados internacionais mais baixo durante 2019, quando comparado com o ano anterior (-3,2% em EUR considerando o CIF NWE Platts) e a política de *hedging* implementada. Com o peso crescente dos NEOs na frota durante o 2º semestre de 2019, o CASK fuel registou um decréscimo de 13,3% face ao período homólogo de 2018.

A diminuição dos custos operacionais de tráfego em EUR 34,6 milhões (-4,4%), em 2019 face ao ano anterior, decorre essencialmente da melhoria da eficiência operacional com menos cancelamentos, o que reduziu a necessidade de realização de *wet-leases*, bem como dos efeitos da adoção da IFRS 16.

O aumento dos custos com pessoal em EUR 49,1 milhões (+7,0%), deve-se às novas contratações de colaboradores para fazer face ao crescimento de atividade com a expansão da frota, novas rotas e mais frequências, bem como aos aumentos salariais acordados com os sindicatos em 2018.

A inexistência de valores reconhecidos como rendas de aeronaves em 2019 resulta da adoção da IFRS 16.

A diminuição em EUR 50,9 milhões (-45,6%) dos gastos com manutenção de aeronaves, em 2019 face ao ano anterior, decorre essencialmente da capitalização de custos com manutenções estruturais de aeronaves em regime de locação sem opção de compra, ao abrigo da IFRS 16.

A diminuição dos custos dos materiais consumidos em EUR 22,2 milhões (-10,7%) em 2019, resulta essencialmente do decréscimo da atividade de manutenção para terceiros, nomeadamente no que se refere a substituição de peças de vida limitada de elevado valor, comparando com o ano anterior.

A diminuição dos custos comerciais, marketing e comunicação em EUR 33,5 milhões (-18,0%), inclui o efeito da diminuição dos *booking fees* em virtude do aumento das vendas através de canais diretos e de negociações comerciais.

O aumento das Depreciações, Amortizações e Perdas por Imparidade em EUR 341,2 milhões, inclui o impacto decorrente do efeito da adoção da IFRS 16, em resultado do reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação sem opção de compra e do passivo correspondente.

Resultados Operacionais

O EBITDAR atingiu os EUR 477,3 milhões em 2019 (+125,8% face ao ano anterior), correspondendo a uma margem EBITDAR de 14,3%, dos quais EUR 372,7 milhões gerados durante o 2º semestre de 2019 correspondendo a uma margem EBIDAR de 19,9%.

O Resultado Operacional (EBIT) atingiu os EUR 58,6 milhões em 2019, uma melhoria de EUR 102,6 milhões comparado com o ano anterior, resultando numa margem EBIT de 1,8%, graças ao comportamento do 2º semestre que gerou EUR 137,2 milhões, uma melhoria de EUR 133,8 milhões face ao período homólogo de 2018, correspondendo a uma margem EBIT de 7,3% no período.

Resultados Não Operacionais

O aumento de juros e gastos similares suportados em 2019 é explicado sobretudo pelo aumento da componente de juros de locações sem opção de compra, em resultado do investimento na renovação da frota e da adoção da IFRS 16 em 2019.

As diferenças de câmbio líquidas desfavoráveis devem-se sobretudo à apreciação do USD, considerando o montante do passivo nesta moeda, em consequência da introdução da IFRS 16, sendo a maior parte sem impacto em tesouraria, já que está dependente da taxa de câmbio vigente no final do ano. Adicionalmente, esta rúbrica reflete também a desvalorização do BRL.

Posição Financeira

Grupo TAP EUR milhões	31-dez 2019	1-jan 2019 ¹⁾	31-dez 2018 ²⁾
Total do Ativo	4.449,8	2.636,6	1.627,5
Ativo Não Corrente	3.381,2	1.904,2	895,1
Ativo Corrente	1.068,5	732,4	732,4
Capital Próprio	-580,8	-507,3	-617,9
Total do Passivo	5.030,6	3.143,9	2.245,4
Passivo Não Corrente	3.340,5	1.622,8	902,1
Passivo Corrente	1.690,0	1.521,1	1.343,3

Financiamentos e Passivos de Locação

Grupo TAP EUR milhões	31-dez 2019	1-jan 2019 ¹⁾	31-dez 2018 ²⁾
Dívida Financeira ³⁾	1.479,6	888,5	888,5
Empréstimos bancários	401,2	645,8	645,8
Passivos de locação com opção de compra	275,3	132,5	132,5
Empréstimos obrigacionistas	684,3	0,0	0,0
Obrigações Convertíveis	118,8	110,2	110,2
Caixa e equivalentes	435,0	233,2	233,2
Dívida Líquida Financeira	1.044,5	655,2	655,2
Passivos de locação sem opção de compra	2.095,7	924,0	0,0

1) Reflete o impacto da adoção da IFRS 16.

2) A TAP adotou em 1 de janeiro de 2019 a IFRS 16, tendo optado pelo modelo retrospectivo modificado na data da transição, o qual não prevê a reexpressão das demonstrações financeiras de exercícios anteriores. As demonstrações financeiras consolidadas de 2018 não foram ajustadas pelos efeitos da IFRS 16 não sendo como tal comparáveis com as demonstrações financeiras consolidadas de 2019. Para informação adicional sobre a adoção da IFRS 16 e os seus impactos, deverá consultar-se as demonstrações financeiras consolidadas e as respetivas notas explicativas.

3) Exclui leasings operacionais, os quais estão incluídos nos Passivos de locação sem opção de compra.

No final de 2019, a TAP apresentava uma posição de caixa e equivalentes de EUR 435,0 milhões. Para além da posição de caixa e equivalentes no Balanço, a TAP detinha no final do ano, um montante disponível de recebíveis de cartões de crédito no Brasil de BRL 478,2 milhões (equivalente a EUR 105,9 milhões considerando a taxa de câmbio do final do ano). A liquidez total considerando o montante de caixa e equivalentes e o montante disponível de recebíveis de cartões de crédito no Brasil representou 16,2% do total de rendimentos operacionais de 2019.

Durante 2019, a TAP continuou a concretizar o objetivo de diversificação das suas fontes de financiamento e alargamento do prazo médio da dívida, sendo de realçar durante este período as seguintes operações:

- Em janeiro, financiamento com maturidade final em 2034, no montante de aproximadamente EUR 137 milhões, colocado junto de investidores institucionais internacionais;
- Em Junho, oferta pública de subscrição de Obrigações TAP 2019-2023 com prazo de 4 anos, no montante de EUR 200 milhões, que contou com um total de 6.092 investidores de retalho e institucionais. As obrigações encontram-se admitidas à negociação na Euronext Lisbon;
- Em dezembro, oferta dirigida a investidores institucionais de obrigações TAP com maturidade em 2024 (prazo de 5 anos), no montante de EUR 375 milhões.

A maturidade média da dívida financeira da TAP (excluindo locações sem opção de compra) aumentou de 2,9 anos, no final de 2018, para 4,6 anos, no final de 2019. Também a percentagem da dívida com taxa fixa aumentou de forma significativa de 22% no final de 2018 para 69% no final de 2019.

Em novembro de 2019, foi atribuído à TAP o rating BB- (Preliminar, *Outlook* Estável) pela Standard & Poor's e o rating B2 (*Outlook* Estável) pela Moody's Investors Service.

3.4. Principais Desenvolvimentos do Plano Estratégico em 2019

Em 2019, a TAP continuou a dar passos significativos na concretização do seu Plano Estratégico conforme se descreve de seguida.

Investimentos Estratégicos

O ano de 2019 ficará marcado como o ano de transformação da frota da TAP, com um total de 30 novas aeronaves de última geração a entrar em operação, substituindo 18 aeronaves mais antigas que saíram de operação. Tratou-se de um claro investimento em nova tecnologia para melhoria da eficiência operacional, do produto oferecido e modernização da imagem, por forma a enaltecer a oferta da TAP aos seus passageiros atuais e futuros. Em 2019 a TAP investiu mais de EUR 1,5 mil milhões na renovação da sua frota.

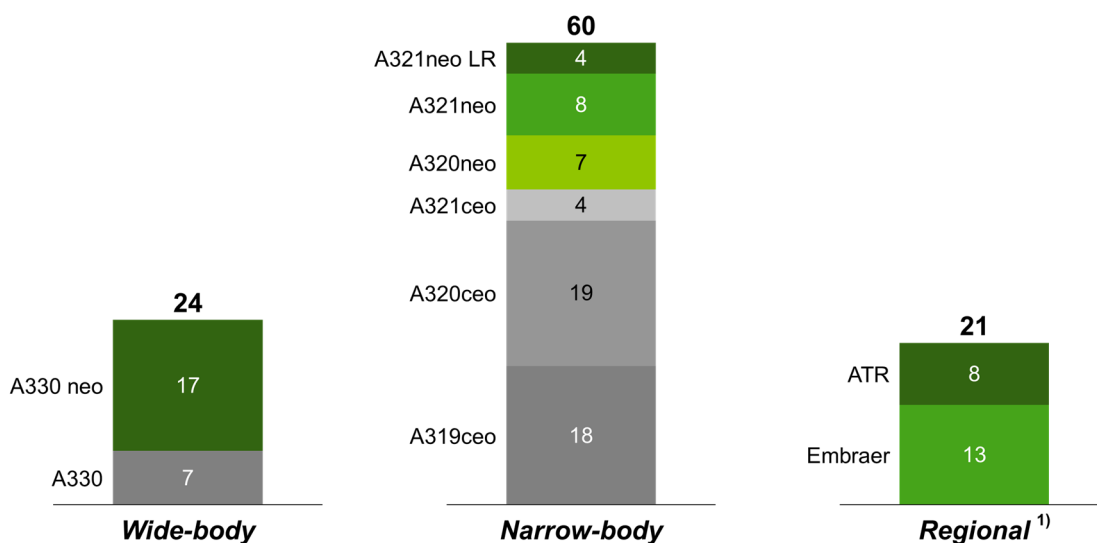
Depois de ter iniciado as operações do seu primeiro novo A330neo no final de 2018, para o qual a TAP foi a operadora de lançamento, durante 2019, a TAP adicionou mais 16 A330neo à sua frota, sendo de longe o maior operador do modelo no final de 2019. A adição destas aeronaves permitiu à TAP executar uma transformação massiva na sua frota de longo curso, substituindo os mais antigos A340 e A330 por novas aeronaves, melhorando significativamente a sua oferta. Outra transformação primordial na frota de longo curso foi a introdução do A321LR. Esta aeronave *narrow-body* oferece aos passageiros um produto similar às aeronaves *wide-body* da TAP, alavancando na localização única de Lisboa para voar para a costa este dos EUA e Canadá, nordeste do Brasil e África. A TAP foi a primeira companhia aérea a operar este modelo em voos transatlânticos. A introdução do A321LR permite à TAP abrir novos mercados, aumentar as frequências para destinos existentes e aumentar o nível de flexibilidade das operações de longo curso. No final de 2019, todas as aeronaves de longo curso estavam equipadas com lugares completamente reclináveis em Classe Executiva, entretenimento de última geração a bordo e 75% da frota com capacidade para oferecer ligação a internet de alta velocidade e mensagens gratuitas aos passageiros. A idade média da frota de longo curso foi reduzida de 15,2 anos, no final de 2018, para 3,9 anos, no final de 2019, destacando o investimento significativo em nova tecnologia. A TAP tem atualmente uma das frotas de longo curso mais jovens do mercado, oferecendo aos passageiros uma experiência inovadora com tecnologia de última geração.

Na frota de médio curso, com base nas melhorias significativas em termos de eficiência de combustível e CO₂, a TAP continuou a substituição da geração mais antiga de aeronaves A320fam pela nova geração de A320neos e A321neos. Esta renovação não só traz uma melhoria ao nível da eficiência, como permite ainda um aumento do número de lugares oferecidos. Além da renovação da frota, a TAP acrescentou ainda unidades adicionais à sua frota de médio curso, contando com um total de 56 aeronaves no final do ano. Tal como acontece com a frota de longo curso, também na de médio curso, o investimento em nova tecnologia resultou na redução da idade média da frota de 15,1 anos, no final de 2018, para 13,2 anos, no final de 2019.

Em 2019, a TAP reforçou ainda a operação com aeronaves sobressalentes na frota *wide-body* e *narrow-body*, num esforço para melhorar a performance ao nível da pontualidade, especialmente protegendo as operações de entrada e saída do *hub* de Lisboa.

A frota regional manteve-se estável durante 2019.

A 31 de dezembro de 2019, a frota da TAP era composta por 105 aeronaves, tal como se segue:



1) Inclui frota da White operada em regime de *wet-lease*

Estratégia da Rede

Em 2019, a TAP manteve o seu compromisso de aumentar a rentabilidade global da sua rede, garantindo um crescimento sustentável. A Empresa continuou a prosseguir uma estratégia de expansão focada nas Américas e em África, alavancando a localização geográfica de Lisboa para fornecer uma conectividade superior para vários destinos. A expansão do número de frequências e de destinos permitiu à TAP reduzir a sua dependência de um número limitado de mercados, diversificando o seu portfólio.

A Companhia serviu 95 destinos em 38 países em 2019, mais 4 do que em 2018, operando mais de 130 mil voos, com um aumento da capacidade de mais de 11% (medida por ASKs), o que resultou em mais de 17 milhões de passageiros transportados em 2019, crescendo 8% em relação a 2018.

A TAP consolidou a sua posição como companhia aérea líder no transporte aéreo de passageiros entre a Europa e o Brasil. Com 85 voos semanais operados de, e para o Brasil, a TAP transportou mais de 1,7 milhões de passageiros nas suas 12 rotas entre o país e a Europa. Durante 2019 aumentaram as frequências para São Paulo, Salvador e Belém.

Nos EUA, a Companhia continuou a sua forte expansão em 2019, crescendo de 6 para 9 rotas com o lançamento de operações para Chicago, Washington e São Francisco. Além disso, as frequências do Porto para Nova Iorque (Newark) aumentaram. Com estas alterações, o número de voos semanais para os EUA cresceu para 49 (um aumento de 63%), reforçando a relevância deste mercado para a TAP. As rotas para a América do Norte representam agora 14% do rendimento total das passagens da Companhia, valor que compara com menos de 6% em 2015.

Em 2019, a TAP aumentou também a sua rede em África, aumentando o número de frequências semanais de 94 para 101. De destacar o lançamento de novos destinos como Banjul e Conacri, reforço das operações em Angola com operações duplas diárias nos dias da semana com mais procura e 3 novas frequências semanais para Cabo Verde.

Foi também lançado um novo voo diário para Tel Aviv, marcando o regresso da TAP ao Médio Oriente.

Ao longo de 2019, continuaram a ser introduzidas melhorias de produto significativas, com a TAP a começar a operar a ponte aérea Lisboa-Porto em aeronaves *E-jet* da Embraer. Operar o maior e mais rápido E90 em vez dos anteriores *turboprops*, permitiu aumentar o número de lugares diários oferecidos em aproximadamente 400. Este novo equipamento não só permite viagens mais rápidas, como também melhor conforto a bordo e maior pontualidade. Em 2019, a TAP transportou mais de 821 mil passageiros na ponte aérea, um aumento de 5% face a 2018.

Com a renovação da frota de longo curso, em dezembro de 2019, 70% dos voos para o Brasil foram operados por aviões de nova geração, enquanto para a América do Norte este número atingiu os 95%. A renovação da frota de médio curso resultou também numa melhoria da eficiência e no aumento da capacidade para os principais mercados da rede da TAP na Europa e África.

Apesar das restrições no *hub* de Lisboa, a TAP continuou comprometida com a melhoria da qualidade de serviço.

Adicionalmente, a TAP iniciou várias iniciativas com o objetivo de otimizar a gestão de receitas, investindo no desenvolvimento de novas capacidades e ferramentas, focando-se na competitividade, qualidade do produto e melhoria de receitas.

Foco nos Trabalhadores e na Melhoria da Gestão

O ano de 2019 foi caracterizado por um grande esforço no recrutamento, seleção e contratação de candidatos para várias posições no Grupo TAP, tendo sido contratados um total de 992 novos colaboradores, incluindo 249 pilotos, 320 comissários/assistentes de bordo, 72 técnicos de manutenção aeronáutica, 65 profissionais para reforçar as operações em terra no *hub* de Lisboa e 41 funcionários para o *call center*.

Em 2019, foi ainda implementado um novo modelo de gestão de desempenho para toda a Equipa de Gestão da TAP, o qual foi aplicado de modo transversal por forma a potenciar uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos os trabalhadores. Este novo modelo baseado na definição e gestão de objetivos (KPIs) e avaliação de 360 graus, bem como na implementação de painéis de moderação, permitiu uma melhor avaliação da performance dos elementos da Equipa de Gestão, bem como estimular o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Rentabilidade

No contexto do processo de transformação da Empresa, 2019 foi ainda impactado ao nível da rentabilidade por diversos fatores, dos quais se realçam a diminuição da atividade no mercado brasileiro, especialmente durante o primeiro semestre, o dimensionamento da operação da TAP para um patamar mais elevado de atividade com o *phase-in* de 30 novas aeronaves e o *phase-out* de 18 aeronaves mais antigas, bem como os constrangimentos que continuaram a afetar o aeroporto de Lisboa.

Assim, como referido, no primeiro semestre de 2019 assistiu-se a uma queda das receitas de passagens no mercado brasileiro (EUR 43,1 milhões face ao período homólogo do ano anterior) em resultado não só da má performance económica do país, mas também da desvalorização cambial ocorrida. Note-se que, apesar da perda de peso que tem vindo a sofrer, fruto da estratégia de diversificação de mercados, o Brasil continua ainda a ser um dos principais mercados da TAP pelo que a recuperação da economia Brasileira constituirá um fator fundamental para a melhoria da rentabilidade das rotas da América Latina.

Por outro lado, o crescimento e renovação da frota por forma a permitir o aumento de frequências e abertura de novas rotas, implica necessariamente custos resultantes do desfasamento entre os custos incorridos e o momento

em que se inicia a geração de receitas. O momento de *phase-out* das aeronaves mais antigas não é inteiramente coincidente com o *phase-in* das novas aeronaves, levando a que exista uma duplicação e consequente aumento de custos durante a fase inicial. De forma similar, também ao nível dos recursos humanos, os novos colaboradores contratados para fazer face ao crescimento do transporte aéreo, necessitam no geral de períodos relativamente prolongados de formação antes de entrarem ao serviço, sem que exista durante esse período geração de receitas associadas a essas contratações. Adicionalmente, de referir que o *phase-out* de equipamentos mais antigos da frota TAP tem exigido maior envolvimento da área de manutenção, diminuindo a capacidade de prestação de serviços de manutenção para terceiros de revisões periódicas, não afetando no entanto a capacidade de manutenção de motores. Estima-se em EUR 55 milhões os custos extraordinários totais associados ao processo de *phase-in* e *phase-out* de aeronaves em 2019.

Capitalização e Dívida

Durante 2019, registaram-se três grandes operações de financiamento num montante agregado de EUR 712 milhões, permitindo à TAP diversificar as suas fontes de financiamento e alargar o prazo médio da sua dívida, bem como reforçar significativamente a posição de liquidez da Companhia.

A maturidade média da dívida remunerada da TAP (excluindo locações sem opção de compra) aumentou de 2,9 anos no final de 2018, para 4,6 anos no final de 2019.

Em novembro de 2019, a TAP obteve pela primeira vez uma notação de risco de crédito por parte de duas agências de rating internacionais, tendo-lhe sido atribuído um rating BB- (Preliminar, *Outlook* Estável) pela Standard & Poor's e B2 (*Outlook* Estável) pela Moody's Investors Service.

Durante o 4º trimestre de 2019, a TAP amortizou na totalidade um financiamento bancário de mais curto prazo, com garantia, o qual tinha um montante em dívida à data de 30 de setembro de 2019 de EUR 58,8 milhões.

Por último, importa dar nota que, no contexto do Acordo de Adaptação e Acompanhamento das Responsabilidades Financeiras relativas ao Grupo TAP, assinado com várias instituições bancárias Portuguesas no âmbito do processo de privatização, o Grupo TAP amortizou em 2019 um total de aproximadamente EUR 164 milhões deste financiamento, incluindo uma amortização antecipada em dezembro. Tal como descrito na secção de eventos subsequentes, em Fevereiro de 2020, o Grupo TAP amortizou um montante adicional deste financiamento de EUR 160 milhões e contratualizou a extensão da sua maturidade final de Novembro de 2022 para Maio de 2024. Ajustada pelo montante amortizado em Fevereiro de 2020 e pela extensão de maturidade deste financiamento, a maturidade média da dívida financeira do Grupo TAP à data de 31 de dezembro de 2019 teria aumentado ainda mais, para 5,1 anos.

O Compromisso da TAP com Portugal

Enquanto elemento fundamental na mobilidade de pessoas e carga em Portugal Continental e Ilhas, a TAP continuou a desenvolver esforços para melhorar o serviço na sua rede doméstica. Em 2019, além do renovado serviço de ponte aérea entre Lisboa e Porto, com 13 voos diários, a Companhia continuou a servir Faro e aumentou os lugares oferecidos em voos para as Ilhas em mais de 10%, apesar da forte concorrência.

Relativamente à diáspora Portuguesa, as operações para todos os países de Língua Portuguesa continuaram com aumentos de capacidade em algumas rotas (por exemplo, Cabo Verde registou um aumento dos lugares

oferecidos em 15% face a 2018). Os importantes mercados de Luanda e Maputo são agora servidos pelas novas aeronaves A330neo, melhorando a qualidade relativamente ao anterior A340.

Como um dos principais impulsionadores do crescimento significativo de turistas estrangeiros em Portugal nos últimos anos, a TAP contribuiu decisivamente para o aumento de turistas dos EUA e Canadá. A notoriedade angariada pela TAP nestes mercados tem alavancado Portugal como um destino turístico para os Norte Americanos, enquanto o premiado programa Portugal Stopover introduziu o conceito popular para viajantes transatlânticos, permitindo uma paragem em Lisboa ou no Porto até 5 dias a caminho de outros países Europeus. A TAP tenciona adicionar ainda mais destinos ao programa Stopover do Porto.

A criação de emprego e o contributo para o PIB português são também uma forte prova do compromisso do Grupo TAP com Portugal. Em 2019, a Companhia continuou a contratar alguns dos melhores talentos do país (992 novas contratações) e gerou uma contribuição de impostos significativa. Em 2019, os custos com os trabalhadores do Grupo TAP totalizaram EUR 751,9 milhões, colocando a TAP entre os maiores empregadores do país.

O Grupo TAP contribui também significativamente para as receitas fiscais e as contribuições sociais em Portugal, tendo pago em 2019 cerca de EUR 277,7 milhões em impostos e contribuições sociais (valor líquido dos impostos recebidos).

3.5. Principais Eventos de 2019

Janeiro 2019

- Conclusão de financiamento no montante de aproximadamente EUR 137 milhões, com maturidade final em 2034, coordenada pelo Macquarie Group.
- A TAP começa a operar 13 voos diários entre Porto e Lisboa, com voos a cada hora em horário de ponta, inteiramente operados por aeronaves a jato.
- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: um A321neo e dois A330neo, totalizando 9 NEO na frota.

Fevereiro 2019

- A TAP recebe em Lisboa um novo airbus A320neo, a primeira aeronave deste modelo a chegar à Companhia em 2019, progredindo no objetivo de modernização da sua frota.
- A TAP reforça as suas operações entre o Porto e o Brasil, adicionando mais voos entre a cidade portuguesa e São Paulo.
- A TAP adiciona novos benefícios ao seu programa de fidelidade Miles&Go, permitindo aos clientes TAP Miles&Go usar milhas para upgrades e beneficiar da nova funcionalidade *Plusgrade*.

Março 2019

- A TAP reporta resultados de 2018.
- A TAP celebra 74 anos e estende o Programa Stopover ao Brasil.
- A TAP realiza o primeiro voo comercial num A330neo nos EUA, num voo entre Lisboa e Miami.
- A TAP alcança o primeiro lugar em termos de pontualidade no mês entre as companhias europeias mais ativas no Aeroporto Humberto Delgado – Lisboa.
- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: um A321neo e dois A330neo, totalizando 13 NEO na frota.

Abril 2019

- A TAP realiza o voo inaugural entre Lisboa e Tel Aviv, bem como voos para Dublin.
- A TAP recebe o primeiro A321 Long Range, tornando-se a primeira companhia no mundo a operar simultaneamente o A330neo e o A321LR. O Airbus A321LR é a primeira aeronave *narrow-body* da TAP com capacidade para operar rotas transatlânticas, permitindo a expansão das conexões com a costa Este dos EUA e o Nordeste do Brasil.
- A TAP recebe mais duas novas aeronaves da Airbus: um A320neo e um A33neo, totalizando 16 NEO na frota.

Mai 2019

- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: dois A320neo e um A330neo, totalizando 19 NEO e, pela primeira vez nos seus 74 anos de história, alcança a marca das 100 aeronaves na frota.
- Em 2 de maio de 2019 deu-se a fusão da Megasis – Sociedade de Serviços e Engenharia informática, S.A. (“Megasis”) na TAP, S.A., produzindo efeitos contabilísticos e fiscais à data de 1 de janeiro de 2019.

Junho 2019

- A TAP conclui uma oferta inaugural no mercado obrigacionista português. A emissão de obrigações, no valor de EUR 200 milhões e maturidade em 2023, foi a maior oferta pública de subscrição de obrigações por um emitente *Corporate* no Mercado de Capitais Português desde 2012. A forte procura registada permitiu que o montante final da oferta fosse elevado para 4 vezes o valor inicial de EUR 50 milhões. Mais de 6.000 investidores (retalho e institucional) participaram na oferta.
- No mesmo mês em que inicia três novas rotas para os EUA (Chicago, São Francisco e Washington), a TAP também reforça a sua rede na Europa, com o início dos voos para Nápoles e Tenerife. Nápoles é a sexta rota da TAP para Itália e Tenerife é a décima primeira rota para Espanha e a segunda para as Ilhas Canárias.
- A TAP recebe quatro novas aeronaves da Airbus: um A321LR e três A330neo, totalizando 23 NEO na frota e alcançando a marca das 10 aeronaves A330neo.
- Novo simulador de voo instalado em Cascais.

Julho 2019

- A TAP começa a voar entre o Porto e Bruxelas, no âmbito do investimento nas operações a partir desta cidade do Norte de Portugal.
- A TAP começa a voar para Conacri (Guiné).
- A TAP recebe três novas aeronaves da Airbus: um A320neo e dois A330neo, totalizando 26 NEO na frota.

Agosto 2019

- A TAP anuncia plano de rotas para 2020, que inclui uma nova ponte aérea para Madrid (de Lisboa e Porto), um reforço das rotas norte-americanas e brasileiras, e novos destinos (como Santiago de Compostela, em Espanha).
- A TAP acolhe um novo A330neo totalizando 27 NEO na frota.
- A TAP começa a voar entre o Porto e Munique.

Setembro 2019

- A TAP recebe duas novas aeronaves da Airbus: um A321LR e um A330neo, totalizando 29 NEO na frota.

Outubro 2019

- A TAP alcança a marca dos 30 NEO na frota ao receber um novo A330neo, que é também a décima quinta aeronave deste modelo.
- A TAP lança o EconomyXtra, oferecendo total flexibilidade de escolha aos seus clientes e uma experiência a bordo que vai além da tradicional classe Económica e Executiva.
- A TAP começa a voar para Banjul (Gâmbia).
- A última aeronave A340 deixa de operar na frota da TAP depois de 25 anos a voar com a cores da Companhia.

Novembro 2019

- A TAP obtém pela primeira vez notação de rating de crédito de duas agências de rating internacionais, sendo-lhe atribuído um rating BB- (Preliminar, *Outlook* Estável) pela Standard & Poor's e B2 (*Outlook* Estável) pela Moody's Investors Service.
- A TAP recebe seis novas aeronaves da Airbus: um A321LR, um A320neo, dois A321neo e dois A330neo totalizando 30 novas aeronaves em 2019 e 36 NEO na frota.
- A TAP anuncia três novas rotas para 2020: Maceió (Brasil) e Montreal (Canadá), a partir de Lisboa, e Boston (EUA), a partir de Ponta Delgada (Açores).

Dezembro 2019

- A TAP conclui emissão de EUR 375 milhões de obrigações sénior com maturidade em 2024, no mercado de capitais internacional.
- A TAP anuncia ter concluído as autorizações internas necessárias para avançar com um acordo de cooperação comercial com a Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A..
- Em 30 de dezembro de 2019 foi criada a TAP Logistics Solutions, S.A..

DISTINÇÕES E PRÉMIOS

Portugal

- A TAP é considerada a segunda melhor empresa para trabalhar em Portugal pela Randstad Employer Brand Awards, depois de ter conquistado o terceiro lugar no ano anterior.
- A TAP ganha o ouro por *Employer Branding* nos Human Resources Awards.
- A TAP é eleita “Melhor Companhia Aérea” durante os Marketeer Awards.
- A TAP é a marca mais forte e valiosa de Portugal, liderando o ranking da Brand Finance.
- A TAP é eleita “Melhor Companhia Aérea” nos Publituris Awards.
- TAP Miles&Go eleito melhor programa de fidelização internacional pela revista ‘Melhores Destinos’.
- A TAP é considerada uma “Marca de Confiança” relativamente às melhores práticas ambientais, pelos leitores portugueses da Reader's Digest.
- Campanhas de marketing da TAP distinguidas nos Prémios Eficácia.
- A TAP Air Cargo recebe três prémios na cerimónia anual da revista Transportes & Negócios.

Internacional

- A TAP foi distinguida em Phoenix, nos MicroStrategy Awards 2019, pelos *dashboards* desenvolvidos para a Companhia, que lhe permitem continuar a melhorar o desempenho global, nomeadamente pontualidade e satisfação do cliente.
- A TAP é premiada nos World Travel Awards, ganhando nas três categorias para as quais foi nomeada. A TAP foi considerada i) Companhia Aérea Europeia líder nas conexões para África, ii) Companhia Aérea Europeia líder nas conexões para América do Sul e ainda iii) Companhia Aérea Europeia com a melhor revista de bordo, a UP Magazine.
- TAP Miles&Go o programa de fidelização da Companhia, foi premiado com o “210 Award” para a Europa e África nos prestigiados Freddie Awards, considerando que o programa tem o maior potencial de crescimento nessas regiões.
- A tripulação da TAP volta a ser eleita a mais bonita do mundo. A prestigiada revista britânica Monocle reforçou o prémio do ano passado enfatizando o profissionalismo da tripulação.
- TAP Miles&Go ganha três prémios nos Frequent Traveler People’s Awards. O programa de passageiro frequente da TAP foi considerado o melhor na Europa e África, nas categorias de Programa do Ano, Melhor Promoção Geral e Melhor Serviço ao Cliente.
- A TAP foi distinguida pela MSC Cruises como “Airline Partner” na cerimónia “All-stars of the Sea 2019”.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Acordo de Cooperação Comercial com a Azul

A 6 de fevereiro de 2020 a TAP, S.A. formalizou um acordo de cooperação comercial (“Acordo de Cooperação”) com a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (“Azul”). O Acordo de Cooperação tem por objetivo estabelecer um modelo de cooperação comercial entre a TAP e a Azul, comumente usado na indústria da aviação, para prestar serviços de transporte aéreo conjuntos, aumentando a eficiência e a diversidade de produtos e serviços que são disponibilizados aos passageiros, nomeadamente em termos de frequências, horários disponíveis e número de origens e destinos servidos em combinação. Este Acordo de Cooperação não implica qualquer alteração acionista ao nível da TAP ou da Azul. A implementação do Acordo de Cooperação fica condicionada à obtenção das autorizações e/ou não oposição e realização das comunicações necessárias junto das autoridades de regulação e da concorrência competentes.

Amortização Parcial de Financiamento e Extensão do Prazo

A 12 de fevereiro de 2020, o Grupo TAP efetuou uma amortização referente a um financiamento com um sindicato de Bancos Portugueses no montante de EUR 160 milhões. Com este montante, o Grupo TAP amortizou desde o início de 2019 um total de EUR 324 milhões referente a este financiamento, sendo o montante remanescente atualmente em dívida de EUR 142 milhões. Adicionalmente, em 28 de fevereiro de 2020, a TAP contratualizou a extensão da maturidade final deste financiamento de Novembro de 2022 para Maio de 2024. Ajustada pelo montante amortizado em Fevereiro de 2020 e pela extensão de maturidade deste financiamento, a maturidade média da dívida financeira da TAP à data de 31 de dezembro de 2019 teria aumentado ainda mais, para 5,1 anos.

Impacto do coronavírus (COVID-19)

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global. Os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação atual.

Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços de transporte aéreo a nível mundial, estando a Administração da TAP a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Considerando o contexto de incerteza acima descrito, a Administração da TAP, em articulação com as autoridades de saúde e da aviação civil, e demais entidades relevantes, nacionais e internacionais, implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e passageiros, bem como à adequação da sua oferta às constantes alterações da procura, incluindo a redução do número de voos para os meses de março (-7%), abril (-11%) e maio (-19%) de 2020 e diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo a suspensão ou adiamento de investimentos não críticos, renegociação de contratos e prazos de pagamento, corte de despesas acessórias, suspensão de contratações de novos trabalhadores, de progressões e de formações, bem como a implementação de programas de licenças sem vencimento temporárias.

As medidas implementadas para proteção da posição financeira da TAP foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se no entanto a existência de um contexto de incerteza associado à evolução futura da disseminação do Covid-19.

5. PERSPETIVAS PARA 2020

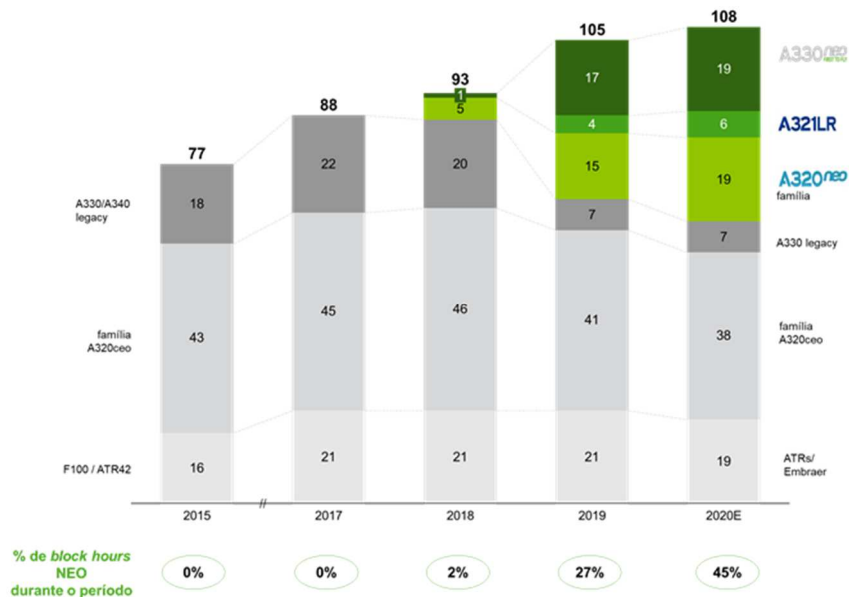
Frota

Com base na profunda transformação realizada na frota em 2019, continuará o compromisso da Empresa em introduzir aeronaves de nova geração, tanto no longo como no médio curso, embora a um ritmo mais lento e atenta a procura de mercado. Durante o ano de 2020, o Grupo espera reforçar a frota de longo curso com 2 A330neo e 2 A321LR que irão suportar o crescimento das operações e o lançamento de novas rotas.

Na frota de médio curso, a substituição dos A319 e A320 pelos novos A320neo e A321neo vai continuar, sendo expectável que no final do ano exista um total de 4 novas aeronaves na frota.

A frota regional deverá sofrer uma redução temporária devido à retirada progressiva de 2 E190 e que não serão substituídos em 2020.

Frota Operacional (final do ano) e Plano de Renovação¹⁾



- 1) Em alguns anos, a frota operacional pode diferir da frota total devido aos *phase-ins* e *phase-outs* de aeronaves. O Plano de Frota para 2020 poderá sofrer alterações em resultado de atrasos na entrega das novas aeronaves.

Transporte Aéreo de Passageiros

Em 2020, o Grupo TAP continuará a otimizar as suas operações e a sua rede por forma a melhorar a rentabilidade, ajustando frequências nas rotas atuais e lançando novos destinos. A Companhia continuará a seguir a sua estratégia de *hub*, com foco no robusto crescimento para a América do Norte e na melhoria da conectividade nas regiões servidas pela TAP. As principais alterações na rede da TAP incluem:

- Introdução do serviço duplo diário para Nova Iorque (Newark) a partir de Lisboa, adicionando às operações diárias Lisboa-JFK e Porto-Newark (apenas diariamente no verão);
- Aumento para 10 voos semanais para Miami (dos 7 atuais) e consolidação das rotas de Chicago e Washington, ambas aumentando para 7 voos semanais (dos 5 atuais);
- Lançamento de serviço sem escalas entre Lisboa e Montreal (Canadá), e entre Ponta Delgada (Açores) e Boston. A ligação aos Açores reforça o compromisso do GrupoTAP com a diáspora Açoriana, aumentando o potencial turístico da plataforma dos Açores;
- Manutenção da forte presença no Brasil, aumentando frequências para Natal e Belém, e adicionando novo serviço sem escalas para Maceió, com 3 voos semanais;
- Aumento de frequências em várias rotas, tais como Porto-Funchal (para 3 voos diários) e Lisboa-Ponta Delgada (para 5 voos diários). Melhoria do serviço para Tel Aviv e Casablanca, passando a duplo diário, aumentando significativamente a conectividade destes destinos com Lisboa.

Para além do aumento de destinos e frequências anunciado, a TAP irá continuar a otimizar o seu *hub* em Lisboa, por forma a alavancar o tráfego de ligação e oferecendo um melhor produto nas principais rotas entre Europa, África, Médio Oriente e Américas.

Para expandir a sua cobertura, particularmente na América do Sul e do Norte, a TAP continuará a suportar-se da sua extensa rede de parceiros, permitindo-lhe oferecer mais destinos e conectividade contínua para além dos

seus próprios destinos. A TAP irá também alavancar a sua *Joint Venture* com a Azul e fortalecer os laços com os seus parceiros da Star Alliance.

Finalmente, para melhorar a competitividade, o Grupo TAP irá focar-se na segmentação da sua procura e da sua oferta, por forma a atender às especificidades dos diferentes segmentos de mercado, otimizando o seu portfólio e aumentando a sua proposta de valor. A Companhia irá focar-se igualmente na maximização das receitas acessórias, através da melhoria das estratégias de preço dinâmicas e processos de venda.

Manutenção e Engenharia

Relativamente à atividade de Manutenção em Portugal, do ponto de vista comercial, as perspetivas para 2020 são de consolidação face aos anos anteriores, embora se preveja que algum crescimento no negócio dos motores compense a diminuição da atividade de manutenção de aeronaves a terceiros, devido à capacidade limitada de *slots* disponíveis nos hangares. Comercialmente, o foco está nos mercados asiáticos e os esforços mantêm-se para obter a certificação necessária da Autoridade Chinesa, CAAC. A atividade de manutenção de componentes a terceiros resultará principalmente de contratos de gestão de frotas, embora possam surgir algumas oportunidades resultantes de novos prestadores de serviços de manutenção da TAP. Por último, potenciais contratos com fabricantes de motores serão também avaliados.

Na TAP ME Brasil, depois dos bons resultados económicos de 2019, o foco será consolidar clientes, aumentar os lucros operacionais e melhorar os KPI operacionais, trabalhando com a equipa em Portugal na frota do Grupo.

Carga e Correio

Em 2020, as perspetivas de mercado para o transporte aéreo de carga permanecem incertas esperando-se de o nível de volumes de 2019 se mantenha, após 14 quedas mensais contínuas. No entanto, em 2020, a TAP Air Cargo deverá voltar a crescer em volume, nomeadamente durante a primeira metade do novo ano nas novas rotas comerciais dos EUA: Chicago e São Francisco.

O crescimento previsto para 2020 no negócio de carga da TAP deverá concretizar-se através da sua estratégia de reforço comercial em mercados-chave, considerando ainda o desenvolvimento dos destinos de carga *off-line* (*interline*), bem como a implementação dos produtos *express* porta-a-porta ao longo do ano, seguindo o programa de digitalização de processos e geração de receita.

O desempenho da TAP em 2020 irá naturalmente depender do ambiente económico doméstico e internacional e, em especial, da evolução dos seguintes fatores: i) procura por transporte aéreo nos principais mercados da TAP, nomeadamente Europa, Brasil e EUA; ii) preço do combustível (*jet fuel*) nos mercados internacionais; iii) taxa de câmbio das principais moedas a que o Grupo TAP está exposto, nomeadamente o Dólar Norte Americano (USD) e o Real Brasileiro (BRL) face ao Euro (EUR) e, adicionalmente; iv) da capacidade dos fornecedores de entregarem as novas aeronaves nas datas acordadas.

Adicionalmente, o ano de 2020 está a ser adversamente afetado por uma procura mais fraca em resultado do coronavírus (COVID-19), com a atividade de transporte aéreo a nível global a ser impactada pelo decréscimo quer de viagens de lazer, com cancelamentos de passagens previamente adquiridas ou adiamentos, quer de viagens

empresariais, sobretudo nos países afetados. As equipas da TAP encontram-se a tomar medidas mitigadoras, por forma a melhor adequar a oferta à procura, incluindo ajustes de capacidade em algumas rotas, em linha com o evoluir da situação e, iniciativas de receita e de custos estão a ser implementadas em toda a empresa. Com a atual incerteza quanto ao potencial impacto e duração do COVID-19, não é possível nesta fase aferir corretamente o impacto desta situação no exercício de 2020.

6. GESTÃO DE RISCO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A Direção de Auditoria Interna, através da avaliação dos sistemas de controlo interno, tem um papel ativo no desenvolvimento e robustez do processo de gestão de risco, supervisionando a sua efetividade, eficácia e adequação, alinhada com o objetivo da TAP de continuar a desenvolver controlos internos robustos e independentes, de forma a fortalecer a sua cultura de cumprimento e consciencialização regulamentar.

Tendo em conta os inúmeros riscos que podem pôr em causa a atividade da TAP, é fundamental a implementação de sistemas de controlo interno e de gestão de risco adequados que minimizem a exposição da empresa a essas incertezas.

O controlo interno é, assim, um instrumento de melhoria e aperfeiçoamento de processos, baseado nas normas, procedimentos e estruturas da TAP que permite à administração gerir a sua estratégia e objetivos de forma eficiente, otimizando os seus recursos.

O ambiente de controlo do Grupo TAP é suportado e incutido pela gestão de topo, sendo comunicada a todos os colaboradores a importância do cumprimento dos procedimentos instituídos, em linha com elevados padrões de conduta, refletindo um compromisso com os valores éticos, responsabilidades, políticas, normas e procedimentos.

PRINCIPAIS RISCOS

No contexto atual, as organizações encontram-se sujeitas a diversos acontecimentos que as poderão expor a eventos negativos, em termos de imagem ou de valor patrimonial.

Com base nos resultados apresentados no Relatório de Riscos Globais 2019 do Fórum Económico Mundial, foram enumerados diversos riscos que se agruparam em 5 categorias, designadamente, vulnerabilidades económicas, tensões geopolíticas, tensão política e social, fragilidades ambientais e instabilidade tecnológica.

O mercado em que o Grupo TAP está presente é diretamente afetado por qualquer uma destas categorias de risco, estando significativamente sujeita aos impactos negativos que deles podem advir.

Vulnerabilidades Económicas

O Grupo TAP, ao ter a sua atividade focada na Europa, Brasil, América do Norte e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), está particularmente sujeita a alterações económicas e geopolíticas que envolvam qualquer uma destas regiões, direta ou indiretamente.

Condições económicas desfavoráveis, como elevadas taxas de desemprego, difícil acesso ao crédito, baixas taxas de crescimento do PIB ou mesmo crescimento negativo, taxas de câmbio desfavoráveis ou diminuição da confiança dos consumidores e das empresas, podem ter um efeito negativo na procura por viagens, quer de lazer,

quer de negócios, com especial impacto em serviços premium, o que pode afetar de forma significativa as receitas e as margens da Empresa.

A recente saída do Reino Unido da União Europeia, é neste momento, um risco iminente para a estabilidade económica na Europa e com potencial impacto na indústria da aviação.

O Grupo TAP também enfrenta vários riscos Financeiros incluindo os associados ao preço do fuel e das licenças de CO₂, flutuações de taxas de câmbio, risco de taxa de juro, liquidez, crédito e gestão do capital. Para mais informação sobre riscos financeiros deverá ser consultada a nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas de 2019.

Adicionalmente surtos ou potenciais surtos de doenças tal como o exemplo recente do Coronavírus podem ter um impacto adverso na aviação a nível global. Surtos de doenças podem também resultar em períodos de quarentena do nosso pessoal ou na incapacidade para aceder a instalações ou aos nossos aviões, o que poderá ter consequências adversas na nossa reputação e situação financeira.

Tensões Geopolíticas

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento das tensões geopolíticas entre as principais potências mundiais, não sendo de esperar um abrandamento das mesmas num futuro próximo, sendo certo que a polarização e a má governança levantam sérias questões sobre a saúde política de alguns países, representando um sério risco para a estabilidade a nível mundial.

Um dos fatores de grande exposição do Grupo TAP às crises geopolíticas é a volatilidade do preço do combustível que tem impactos significativos nas contas da Empresa. Eventos adversos no médio oriente ou em outras regiões produtoras de petróleo, incluindo a suspensão da produção por qualquer produtor significativo pode resultar em aumentos substanciais de preços e impactar a disponibilidade futura de combustível, afetando negativamente os nossos custos e, conseqüentemente, o desempenho financeiro

Tensão Política e Social

Muitas vezes a instabilidade geopolítica é exacerbada pelas próprias tensões políticas domésticas, sendo a polarização das sociedades um dos motores potenciadores dos desenvolvimentos no cenário de riscos globais. Esta instabilidade, pode ter um impacto direto na vontade e disposição para viajar para destinos específicos, como é o exemplo do Brexit, cuja procura de e para o Reino Unido pode ser substancialmente afetada, ou da Venezuela, com a situação atual de crise social e económica, ou de qualquer outro país onde a empresa opere.

Adicionalmente, e uma vez que o nosso negócio assenta numa base de trabalho humano, é de referir que outras questões sociais, como aumentos nos benefícios aos trabalhadores, disputas sindicais, greves ou outras disrupções relacionadas com os trabalhadores podem afetar de forma significativa a operação da empresa.

Instabilidade Tecnológica

De uma perspetiva tecnológica, os ataques cibernéticos apresentam-se como uma preocupação crescente, sendo as fraudes relacionadas com dados e os roubos, riscos com uma probabilidade de ocorrência muito significativa.

O Grupo TAP depende de sistemas informáticos para toda a sua operação, incluindo o sistema de vendas, de reservas, de gestão de frota, entre outros. A interrupção ou mau funcionamento dos sistemas de gestão de voo pode provocar uma disrupção da atividade, provocando atrasos, cancelamentos, problemas no planeamento das

tripulações, entre tantos outros, que teriam um impacto direto e altamente negativo na nossa atividade. Assim, os custos associados a um ataque cibernético podem incluir valores avultados de compensações a pagar aos clientes, receitas perdidas, litígios e danos reputacionais, o que pode afetar significativamente a confiança dos nossos clientes e investidores.

Fragilidades Ambientais

Os riscos relacionados com o ambiente têm sido dos mais sonantes nos últimos anos, quer seja pela probabilidade de ocorrerem, quer pelo potencial impacto que apresentam.

Neste âmbito, as atividades da Empresa estão sujeitas a inúmeras leis e regulamentos de segurança e proteção ambiental aplicáveis ao transporte aéreo e à manutenção de aeronaves, motores e componentes, cada vez mais rigorosas, principalmente no que diz respeito às emissões de CO2 resultante do uso de combustível pelas aeronaves, o ruído gerado pela atividade, gestão de resíduos e emissão de gases.

Pela natureza do negócio da Empresa, alterações e maiores restrições nestas leis e regulamentos terão um impacto imediato no dia-a-dia operacional e financeiro do Grupo TAP.

METODOLOGIA DE ANÁLISE

O processo metodológico utilizado para antecipar o risco pelas organizações, traduz-se na utilização de um instrumental analítico como o Corporate Risk Management (“CRM”), metodologia através da qual os gestores, após identificarem os riscos a que estão sujeitas as áreas pelas quais são responsáveis, definem uma estratégia de gestão dos mesmos, que passa por:

- Aceitar - caso o nível de risco monitorizado se encontre no intervalo de variação em conformidade com o estabelecido pela organização;
- Partilhar/Transferir - através da constituição de contratos de seguro ou de outsourcing de funções;
- Mitigar - através de procedimentos que permitam minimizar o impacto, bem como controlar o processo no patamar de risco considerado como aceitável para a organização;

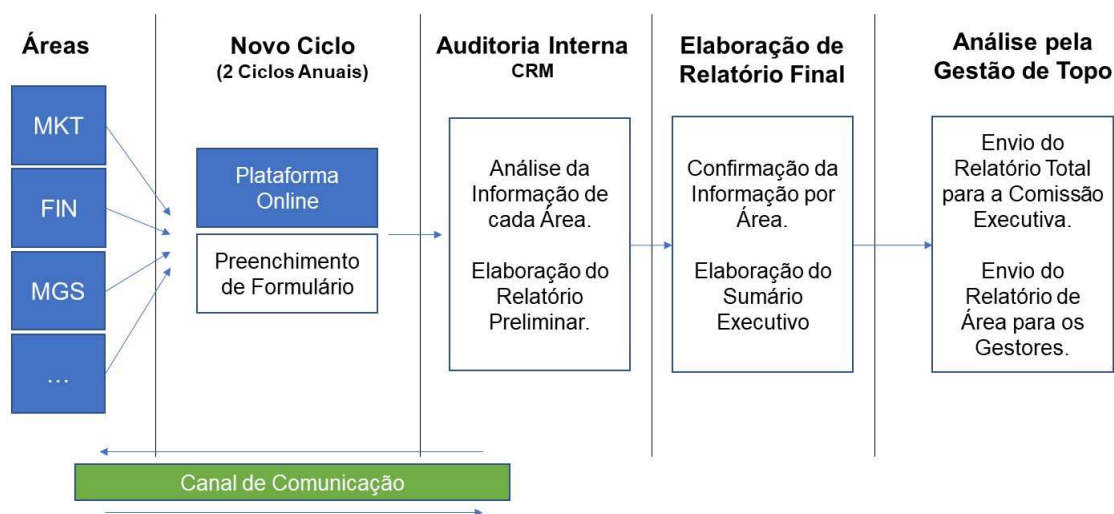
Outra estratégia possível é a de não-aceitação, “no go” do processo ou atuação, sempre que o nível de risco não é adequado à operação pretendida e ao perfil de “apetite” ao risco da organização.

A elaboração do relatório CRM pretende dar execução às indicações fornecidas por normas e processos internacionalmente aceites sobre gestão de risco, de que se salientam a Norma de Gestão de Riscos (2003) da FERMA, o documento “Enterprise Risk Management – An Integrated Framework” (2016) do COSO e a ISO31000:2009, “Risk Management-Principles and Guidelines” e insere-se no âmbito das melhores práticas, que auxiliam as organizações a delegar e coordenar as tarefas essenciais de gestão e de monitorização de riscos. Este documento abrange a realidade do Grupo TAP e aplica o instrumental metodológico denominado “Modelo das Três Linhas de Defesa”, decorrente da 8ª *EU Company Law Directive* da ECIIA/FERMA.

O processo de CRM foi iniciado no Grupo TAP em 2015, com o objetivo de identificar, avaliar e monitorizar os indicadores relevantes para a gestão, dos principais riscos da Organização, sendo este aplicável a todas empresas do Grupo, diretamente envolvidas na operação e na manutenção da atividade de transporte aéreo.

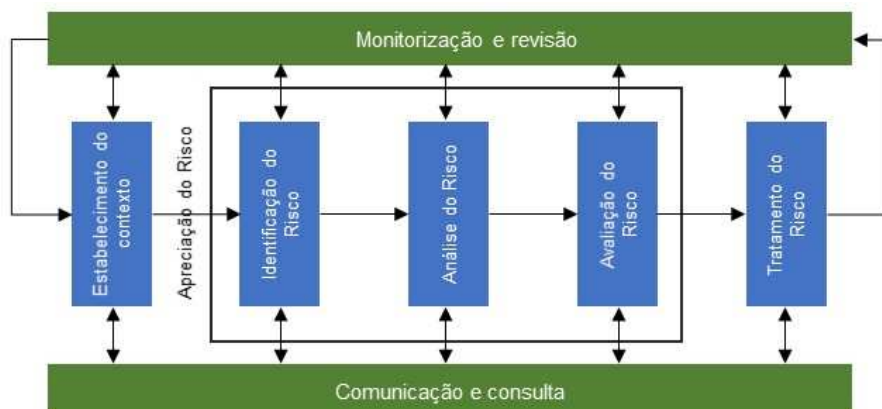
Em termos de fluxograma do processo de CRM podemos evidenciar as seguintes fases:

Funcionamento do Processo CRM



Subjacente a este ciclo descrito está a sua monitorização e revisão, uma vez que só assim se garante a efetividade do ciclo, e a comunicação e consulta de todos os envolvidos, dado só ser possível uma prevenção e mitigação efetiva em organizações onde todos se sentem comprometidos com a mitigação do risco, comunicando todas as situações que podem levar a perdas.

Ciclo do Processo de Gestão de Risco (ISO 31000)



Em conjunto com as áreas envolvidas, foi criada uma matriz de tipologia do risco, permitindo uma uniformização da informação na plataforma e garantindo desta forma um processo de análise coerente da informação enviada por parte das áreas, assim como a possibilidade de comparação entre períodos homólogos.

Tipologia de Risco

Interno							Externo	
Risco Jurídico	Risco em Instrumentos Financeiros	Risco Isolado	Risco no Negócio Base	Risco Processos Subsidiários	Riscos Contratuais	Riscos Operacionais	Risco Externo	Riscos de Mercado
Contencioso	Ativos	Compromissos Institucionais	Clientes	Segurança	Corrupção	Incêndio e prevenção	Fenómenos Naturais	Normativo Legal
Fiscal	Fusões / Aquisições	Projetos	Fornecedores	Informáticos	Fraude	Manutenção	Taxas de Câmbio	Evolução do Sector
Organização Comercial	Indeminizações	Responsabilidade Social		Infraestruturas	Garantias de Pagamento	Tecnologias Informação	Parcerias	Atratividade do Mercado
Jurídico	Liquidez	Subsidiárias		Proteção de Dados		Operacional	Impostos	Organização Comercial
Fraude / Corrupção	Preço Combustível			Fusões / Aquisições		Saúde e Segurança Trabalho	Epidemias	Novos Produtos
	Taxas de Câmbio			Indemnizações			Envolvente Social	Novas Tecnologias
	Tesouraria			Fatores Técnicos			Envolvente Económica	Distribuição
							Catástrofes	Concorrência
							Ataque Cibernético	
							Fornecedores	
							Taxa de Juro	
							Infraestruturas Aeroportuárias	
							Segurança (Security Providers)	

RESULTADOS

Em resultado da informação rececionada das áreas da Empresa que contou com o envolvimento da gestão de topo, apresenta-se de seguida o sumário das conclusões em 2019:

Posição	Riscos Internos	2019	2018
1	Operacional	22%	16%
2	Recursos Humanos	10%	12%
3	Proteção de Dados	5%	4%
4	Segurança	5%	5%
5	Fatores Técnicos	5%	3%
6	Instalações	4%	4%

Posição	Riscos Externos	2019	2018
1	Normativo Legal	12%	10%
2	Ataque Cibernético	10%	15%
3	Envolvente Económica	9%	10%
4	Evolução do Sector	8%	8%
5	Fornecedores	8%	5%
6	Parcerias	7%	6%

ANEXOS:

I – MENÇÕES OBRIGATÓRIAS

1. Ações Próprias

(Artigos 66.º, n.º 5 alínea d) e 325.º-A n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais)

Durante o exercício de 2019 a TAP não adquiriu nem alienou ações próprias.

A 31 de dezembro de 2019, a TAP não era detentora de ações próprias.

2. Indicação do número de ações e obrigações detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização, e todas as aquisições, onerações ou cessações de titularidade, por qualquer causa, de ações e obrigações da Empresa e de sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo

(Artigo 447.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais)

Os membros do Conselho de Administração da TAP a seguir indicados adquiriram obrigações da TAP, S.A. durante 2019:

- Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves, Vogal do Conselho de Administração da TAP e da TAP, S.A., adquiriu, em 24 de junho de 2019, um total de 20 (vinte) obrigações, no montante agregado correspondente a € 20.000,00 (vinte mil euros), no âmbito da oferta pública de subscrição de obrigações emitidas pela TAP, S.A. (“Obrigações TAP 2019-2023”), mantendo esta posição a 31 de dezembro de 2019;
- Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado, Vogal do Conselho de Administração da TAP, adquiriu, em 24 de junho de 2019, um total de 5 (cinco) obrigações, no montante agregado correspondente a € 5.000,00 (cinco mil euros), no âmbito da oferta pública de subscrição de obrigações emitidas pela TAP, S.A. (“Obrigações TAP 2019-2023”), mantendo esta posição a 31 de dezembro de 2019.

3. Crédito a entidades participadas e respetivas posições credoras ou devedoras

(Artigo 5.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 495/88 de 30 de dezembro, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n.º 318/94 de 24 de dezembro)

Sobre o crédito a entidades participadas e respetivas posições credoras e devedoras deverá ser consultada a nota 21 “Entidades Relacionadas” das demonstrações financeiras individuais.

4. Autorizações concedidas a negócios entre a Sociedade e os seus administradores

(Artigo 66.º n.º 5, alínea e) e 397.º do Código das Sociedades Comerciais)

Os termos ou condições praticadas entre a Sociedade e as partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Sobre os negócios entre a Sociedade e os seus administradores deverá ser consultada a nota 36 das demonstrações financeiras consolidadas.

II – GLOSSÁRIO

Ajustado pela etapa média: Utiliza-se os indicadores CASK, PRASK ou Yield ajustados pela etapa média para permitir comparações entre companhias aéreas com diferentes perfis de rede. Para este efeito, o CASK, PRASK ou Yield são normalizados pela etapa média (distância do voo) através da multiplicação pela raiz quadrada da divisão da etapa média pelo valor de normalização de 2.000 km.

ASK: Available seat kilometer/ Lugar-quilómetro; número total de lugares disponíveis para venda multiplicado pelo número de quilómetros voados.

Block Hours: Número de horas entre partida e chegada de um voo, medido o tempo a partir do momento em que são retirados ou colocados os calços.

CASK: Custos operacionais totais divididos por lugar-quilómetros (ASK), ajustados pela etapa média.

CASK excluindo fuel (CASK ex-fuel): Custos operacionais totais excluindo custos de fuel divididos por lugar-quilómetros (ASK), ajustados pela etapa média.

CASK fuel: Custos com combustível divididos por lugar-quilómetros (ASK), ajustados pela etapa média.

Code-Share: Acordo entre duas companhias a operar em parceria, mediante a qual oferecem serviços no mesmo avião, mantendo os respetivos códigos IATA, números de voo e marcas.

D15 NPS: Net Promoter Score considerando apenas os voos com partida até 15 minutos depois da hora programada.

EBITDAR: Resultado Operacional + Rendas de aeronaves + Depreciação, amortização e perdas por imparidade.

Hub: Termo utilizado para designar a base operacional de uma companhia aérea, em que chegadas e partidas são coordenadas, por forma a reduzir ao máximo, o tempo de trânsito.

IATA: International Air Transport Association.

Load Factor: Número total de RPK dividido pelo número total de ASK.

Net Promoter Score (NPS): Metodologia que mede o grau de fidelização dos consumidores de qualquer tipo de empresa.

PRASK: Receita de passagens dividida pelo número total de Lugar-quilómetros (ASK), ajustada pela etapa média.

Pontualidade: Standard da Indústria, medida pela percentagem do número de voos com partidas até 15 minutos após a hora da partida publicada em horário.

Regularidade: Percentagem de voos efetivamente realizados, do total de voos planeados.

RPK: Revenue passenger kilometer / Passageiro-quilómetro; número total de passageiros multiplicado pelo número de quilómetros voados.

Shop Visit: Evento de manutenção de um motor em oficina.

Wet-lease: Contrato em que uma companhia aérea disponibiliza o avião, a tripulação completa, efetua a manutenção e suporta o seguro do avião (ACMI – Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance), recebendo, em contrapartida, o pagamento pelas horas operadas. A companhia que contrata esse serviço suporta os restantes custos como combustíveis, taxas aeroportuárias e reservas.

Yield: Receita de passagens dividida pelo número total de passageiro-quilómetros (RPK), ajustada pela etapa média.

YoY: Year over Year, ou seja, uma variação face ao período homólogo do ano anterior.

III – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EXERCÍCIO DE 2019

TAP – TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES, SGPS, S.A.

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA.....	4
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS	7
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2019 E 2018.....	8
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2019	9
1 – Atividade económica do Grupo TAP	9
2 – Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos	13
2.1. Bases de preparação	13
2.2. Comparabilidade	13
2.3. Novas normas, alterações às normas e interpretações mandatárias.....	17
2.4. Perímetro de consolidação.....	22
2.4.1. Subsidiárias	22
2.4.2. Associadas	24
2.5. Relato por segmentos	25
2.6. Conversão cambial.....	25
2.6.1. Moeda funcional e de apresentação	25
2.6.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira	25
2.6.3. Empresas do Grupo	25
2.7. Ativos fixos tangíveis.....	26
2.8. Propriedades e investimento.....	28
2.9. Ativos intangíveis	28
2.10. Goodwill.....	28
2.11. Imparidade de ativos não financeiros	29
2.12. Ativos financeiros	29
2.13. Instrumentos financeiros derivados	31
2.14. Ativos e passivos ao justo valor	32
2.15. Imposto sobre o rendimento.....	33
2.16. Inventários	33
2.17. Clientes e outras contas a receber	34
2.18. Caixa e seus equivalentes	34
2.19. Capital social	34
2.20. Passivos remunerados e Locações com opção de compra	34
2.21. Encargos financeiros com empréstimos	35
2.22. Provisões.....	35
2.23. Benefícios pós-emprego aos colaboradores.....	36
2.24. Outras contas a pagar	36
2.25. Subsídios.....	37
2.26. Locações	37
2.27. Distribuição de dividendos	39
2.28. Rédito	39
2.29. Especialização dos exercícios	40
2.30. Ativos e passivos contingentes	40
2.31. Itens não recorrentes	40
2.32. Fluxos de caixa consolidada	41
2.33. Eventos subsequentes.....	41
2.34. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	42
3 – Políticas de Gestão do risco financeiro.....	44
4 – Ativos fixos tangíveis.....	53
5 – Propriedades de Investimento	57
6 – Goodwill.....	57
7 – Ativos Intangíveis	59
8 – Participações financeiras	59
9 – Outros ativos financeiros.....	62

10 – Ativos e passivos por impostos diferidos	63
11 – Outras contas a receber	66
12 – Inventários	69
13 – Imposto sobre rendimento a receber/pagar	70
14 – Outros ativos	70
15 – Caixa e equivalentes de caixa	71
16 – Capital Próprio	72
17 – Interesses não controlados	75
18 – Provisões	75
19 – Passivos remunerados, passivos de locação com e sem opção de compra	78
20 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego	82
21 – Outras contas a pagar	90
22 – Documentos pendentes de voo	91
23 – Outros passivos correntes	91
24 – Rendimentos e ganhos operacionais	92
25 – Ganhos e perdas em associadas	94
26 – Gastos por natureza	94
27 – Gastos com pessoal	97
28 – Imparidades de contas a receber, inventários e provisões	98
29 – Outros gastos	98
30 – Reestruturação	98
31 – Outros itens não recorrentes	99
32 – Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	100
33 – Resultados financeiros	100
34 – Impostos sobre o rendimento do exercício	101
35 – Relato por segmentos	102
36 – Partes relacionadas	103
37 – Contingências	105
38 – Ativos e passivos Financeiros	109
39 – Compromissos	110
40 – Eventos subsequentes	111

**DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Valores em milhares de Euros	Nota	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2.886.475	542.551
Propriedades de investimento	5	2.246	3.228
<i>Goodwill</i>	6	126.519	127.542
Ativos intangíveis	7	25.537	11.323
Participações financeiras	8	1.973	3.322
Outros ativos financeiros	9	846	846
Ativos por impostos diferidos	10	132.058	100.325
Outros ativos não correntes correntes	14	16.208	-
Outras contas a receber	11	189.370	105.937
		3.381.232	895.074
Ativo corrente			
Inventários	12	128.383	91.152
Outras contas a receber	11	452.766	321.414
Imposto sobre o rendimento a receber	13	231	8.464
Outros ativos correntes	14	47.263	64.976
Outros ativos financeiros	9	4.880	13.225
Caixa e seus equivalentes	15	435.024	233.204
		1.068.547	732.435
Total do ativo		4.449.779	1.627.509
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	16	15.000	15.000
Prestações suplementares	16	224.093	224.093
Outros instrumentos de capital próprio	16	36.297	36.297
Reservas legais	16	3.000	3.000
Reservas de conversão cambial	16	(76.359)	(74.495)
Reservas de justo valor	16	16.417	(29.132)
Ajustamentos em partes de capital		(2.260)	(2.260)
Resultados transitados	16	(689.323)	(670.874)
Resultado líquido do exercício do Grupo	16	(105.607)	(118.039)
Total do capital próprio do grupo		(578.742)	(616.410)
Interesses não controlados	17	(2.053)	(1.449)
Total do capital próprio		(580.795)	(617.859)
Passivo não corrente			
Provisões	18	94.545	22.381
Passivos remunerados	19	1.077.549	605.205
Passivo locação com opção de compra	19	239.271	102.010
Passivo locação sem opção de compra	19	1.743.388	-
Pensões e outros benefícios pós-emprego	20	109.951	103.523
Passivos por impostos diferidos	10	75.125	19.024
Outras contas a pagar	21	707	49.960
		3.340.536	902.103
Passivo corrente			
Passivos remunerados	19	126.735	150.762
Passivo locação com opção de compra	19	36.012	30.474
Passivo locação sem opção de compra	19	352.333	-
Outras contas a pagar	21	592.773	665.619
Imposto sobre o rendimento a pagar	13	17	19
Documentos pendentes de voo	22	480.762	393.466
Outros passivos correntes	23	101.406	102.925
		1.690.038	1.343.265
Total do passivo		5.030.574	2.245.368
Total do capital próprio e do passivo		4.449.779	1.627.509

O anexo faz parte integrante da demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Valores em milhares de Euros	Nota	2019	2018
Rendimentos e ganhos operacionais			
Receita			
Passagens	24	2.913.870	2.782.292
Manutenção	24	234.269	280.694
Carga e Correio	24	137.393	134.684
Ganhos e perdas em associadas	25	1.686	3.737
Outros rendimentos	24	57.895	49.419
Rendimentos e ganhos operacionais		3.345.113	3.250.826
Gastos e perdas operacionais			
Combustível para aeronaves	26	(789.677)	(798.624)
Custos operacionais de tráfego	26	(743.221)	(777.831)
Gastos com o pessoal	27	(751.927)	(702.795)
Rendas de aeronaves	26	-	(177.896)
Gastos com manutenção de aeronaves	26	(60.818)	(111.746)
Custo dos materiais consumidos	26	(185.166)	(207.354)
Custos comerciais, marketing e comunicação	26	(153.118)	(186.622)
Imparidades de contas a receber, inventários e provisões	28	2.511	(9.578)
Outros gastos	29	(179.704)	(170.110)
Reestruturação	30	(5.979)	(54.450)
Outros itens não recorrentes	31	(680)	(20.281)
Depreciações, amortizações e perdas por imparidade	32	(418.694)	(77.513)
Resultados operacionais		58.640	(43.974)
Juros e rendimentos similares obtidos	33	3.237	6.007
Juros e gastos similares suportados	33	(178.258)	(57.876)
Diferenças de câmbio líquidas	33	(22.924)	(49.427)
Resultado antes de impostos		(139.305)	(145.270)
Imposto sobre o rendimento	34	34.123	28.044
Resultado líquido do exercício		(105.182)	(117.226)
Resultado líquido atribuível aos acionistas da TAP SGPS		(105.607)	(118.039)
Resultado líquido atribuível aos interesses não controlados	17	425	813
Resultado básico por ação das atividades em continuação (Euros)	16	(70,4)	(78,7)
Resultado diluído por ação das atividades em continuação (Euros)	16	(64,8)	(72,4)
Resultado básico por ação (Euros)	16	(70,4)	(78,7)
Resultado diluído por ação (Euros)	16	(64,8)	(72,4)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

Valores em milhares de Euros	Nota	2019	2018
Resultado líquido		(105.182)	(117.226)
Elementos que poderão vir a ser reclassificados subsequentemente por resultados:			
Ganhos e perdas com conversão cambial	16	(1.789)	(15.357)
Ganhos e perdas em instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	16	65.289	(41.322)
Imposto diferido de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa	10	(19.740)	12.190
Elementos que não serão reclassificados por resultados:			
Remensurações de planos de benefícios definidos pós-emprego	20	(17.431)	(20.739)
Imposto diferido de remensurações	10	6.458	5.012
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		32.787	(60.216)
Rendimento integral		(72.395)	(177.442)
Atribuível a:			
Acionistas da TAP SGPS		(72.888)	(178.656)
Interesses não controlados		493	1.214
		(72.395)	(177.442)
Rendimento integral atribuível aos acionistas da TAP SGPS decorre de:			
Atividades em continuação		(72.888)	(178.656)
Unidades operacionais descontinuadas		-	-
		(72.888)	(178.656)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral em 31 de dezembro de 2019.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
DE 1 DE JANEIRO DE 2018 A 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

Valores em milhares de Euros

	Capital	Prestações Suplementares (Nota 16)	Outros instrumentos de capital próprio (Nota 16)	Reservas legais	Reservas de conversão cambial (Nota 16)	Reservas de justo valor (Nota 16)	Ajustamentos em partes de capital	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Subtotal	Interesses não controlados (Nota 17)	Total
Capital Próprio em 1 de janeiro de 2018	15.000	224.093	-	3.000	(58.649)	-	(2.260)	(676.459)	21.224	(474.051)	(1.870)	(475.921)
Transações com proprietários de capital em 2018	-	-	36.297	-	-	-	-	21.224	(21.224)	36.297	(793)	35.504
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	-	21.224	(21.224)	-	-	-
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	-	-	36.297	-	-	-	-	-	-	36.297	-	36.297
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(793)	(793)
Rendimento integral em 2018	-	-	-	-	(15.846)	(29.132)	-	(15.639)	(118.039)	(178.656)	1.214	(177.442)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(118.039)	(118.039)	813	(117.226)
Outro rendimento integral	-	-	-	-	(15.846)	(29.132)	-	(15.639)	-	(60.617)	401	(60.216)
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2018	15.000	224.093	36.297	3.000	(74.495)	(29.132)	(2.260)	(670.874)	(118.039)	(616.410)	(1.449)	(617.859)
Transações com proprietários de capital em 2019	-	-	-	-	-	-	-	(118.039)	118.039	-	(1.097)	(1.097)
Aplicação de resultados e distribuição de lucros e reservas	-	-	-	-	-	-	-	(118.039)	118.039	-	-	-
Distribuição de dividendos aos interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.097)	(1.097)
Rendimento integral em 2019	-	-	-	-	(1.864)	45.549	-	99.590	(105.607)	37.668	493	38.161
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(105.607)	(105.607)	425	(105.182)
Outro rendimento integral	-	-	-	-	(1.864)	45.549	-	(10.967)	-	32.718	68	32.786
Alteração de política contabilística - adoção IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	110.557	-	110.557	-	110.557
Capital Próprio em 31 de dezembro de 2019	15.000	224.093	36.297	3.000	(76.359)	16.417	(2.260)	(689.323)	(105.607)	(578.742)	(2.053)	(580.795)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 31 de dezembro de 2019.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2019 E 2018
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores em milhares de Euros	Nota	2019	2018
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		3.520.515	3.439.838
Pagamentos a fornecedores		(2.515.235)	(2.724.053)
Pagamentos ao pessoal		(700.059)	(677.600)
Pagamentos de rendas de locação de curto prazo e baixo valor		(7.408)	-
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		5.104	(15.704)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(38.485)	(12.751)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		264.433	9.730
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		50.025	46.929
Outros ativos financeiros	9	230.184	66.543
Participações financeiras		-	3.740
Juros e rendimentos similares		3.229	3.517
Dividendos	8	2.997	5.398
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(134.627)	(127.537)
Ativos intangíveis		(3.487)	(6.251)
Outros ativos financeiros	9	(287.094)	(7.498)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(138.773)	(15.159)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	19	702.046	70.000
Passivos de locação com opção de compra	19	77.014	96.397
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	19	(250.411)	(7.500)
Passivos de locação com opção de compra	19	(38.919)	(53.995)
Passivos de locação sem opção de compra	19	(235.032)	-
Juros e gastos similares		(58.739)	(30.547)
Dividendos (interesses não controlados)		(967)	(816)
Juros relacionados com contratos de locação sem opção de compra		(103.849)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		91.143	73.539
Variações de caixa e seus equivalentes		216.802	68.110
Efeito das diferenças de câmbio		(5.484)	(13.083)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	15	222.844	167.817
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	15	434.162	222.844

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO 2019

1 – Atividade económica do Grupo TAP

O Grupo, constituído pela TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“TAP SGPS”) e suas subsidiárias. (o “Grupo TAP” ou o “Grupo”) tem a sua sede no Aeroporto de Lisboa e dedica-se à exploração do setor de transporte aéreo de passageiros, carga e correio, execução de trabalhos de manutenção e engenharia para a sua frota e para terceiros, prestação de serviços de assistência em escala ao transporte aéreo e catering para aviação.

A principal atividade do Grupo consiste no transporte aéreo de passageiros, carga e correio, operando regularmente em Portugal Continental e Regiões Autónomas, Europa, África, Atlântico Norte, Atlântico Médio e Atlântico Sul. Tem 21 representações em países estrangeiros e 4 em Portugal.

Sede Social	Aeroporto de Lisboa, Edifício 25
Capital Social	15.000.000 Euros
N.I.P.C.	506 623 602

A TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. foi constituída ao abrigo do Decreto-Lei nº 87/2003, de 26 de abril e posteriormente matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, em 25 de junho de 2003. O seu capital foi integralmente realizado em espécie pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A. (“Parpública”), por entrada das ações representativas da totalidade do capital social da sociedade Transportes Aéreos Portugueses, S.A. (“TAP S.A.”).

No âmbito do processo de reprivatização do Grupo TAP (“Processo de Reprivatização”), foi celebrado no dia 24 de junho de 2015, entre a Parpública (como vendedora), a DGN Corporation (“DGN”) e a HPGB, SGPS, S.A. (“HPGB”) (como proponentes) e a Atlantic Gateway, SGPS, S.A. (“Atlantic Gateway”), que atualmente adotou o tipo de sociedade por quotas) (como compradora), o “Acordo de Venda Direta” da TAP SGPS, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, com a transmissão, pela Parpública a favor da Atlantic Gateway, de 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Para além do “Acordo de Venda Direta” já referido, importa ainda destacar, de entre os vários instrumentos contratuais também assinados em 24 de junho de 2015, o “Acordo de Compromissos Estratégicos” celebrado entre o Estado Português, a Parpública, a TAP SGPS, a TAP S.A., a DGN, a HPGB e a Atlantic Gateway, nos termos do qual as partes estabelecem os termos e condições gerais para a implementação do projeto estratégico, apresentado no âmbito do Processo de Reprivatização e a Atlantic Gateway, a HPGB, a DGN e a TAP S.A. assumem, perante o Estado e a Parpública, determinados compromissos estratégicos, entre os quais a promoção do hub nacional e a manutenção da sede da TAP S.A. e da Portugalá – Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. (“Portugalá”) em Portugal.

Em 12 de novembro de 2015, com a aquisição pela Atlantic Gateway das ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, entre outros instrumentos contratuais celebrados, importa destacar o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, entre a Parpública, a Atlantic Gateway, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalá, pelo

qual a Atlantic Gateway, como compradora, e a TAP S.A. e a Portugália, como mutuárias, assumiram determinado tipo de obrigações relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo TAP.

No âmbito do processo de notificação à Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”) da transação concluída em 12 de novembro de 2015, que conduziu à aquisição, pela Atlantic Gateway, de ações representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, importa destacar que, por deliberação de 19 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração da ANAC impôs um conjunto de medidas cautelares ao Grupo TAP. Este processo junto da ANAC ficou, no entanto, concluído de modo favorável em 23 de dezembro de 2016, tendo nessa data o Conselho de Administração da ANAC deliberado que a TAP S.A. preenchia as condições previstas no artigo 4º do Regulamento (CE) nº 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Adicionalmente, em dezembro de 2015, o Estado Português deu a conhecer à Atlantic Gateway o seu propósito de reconfigurar, por via negocial, os termos e condições da sua participação na TAP SGPS, designadamente através de um aumento da sua participação no capital social da TAP SGPS, tendo a Atlantic Gateway e as suas sócias, a HPGB e a DGN, manifestado disponibilidade para participar no processo negocial proposto pelo Estado Português.

Nesse sentido, em 6 de fevereiro de 2016, o Estado Português e a Atlantic Gateway celebraram um “Memorando de Entendimento”, posteriormente alterado em 26 de abril de 2016, tendo como objeto estabelecer os princípios, regras e condições a que deveria obedecer a reconfiguração da participação do Estado Português, através da Parpública, na TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto no Memorando de Entendimento, a Parpública, a HPGB, a DGN e a Atlantic Gateway celebraram um acordo de compra e venda de ações em 19 de maio de 2016, nos termos do qual, desde que verificadas determinadas condições prévias, a Atlantic Gateway se obrigou a vender ações representativas do capital social da TAP SGPS à Parpública, de modo a que a Parpública passe a ser titular de 50% do capital social da TAP SGPS (o “Acordo de Compra e Venda de Ações”). De entre as condições prévias a que ficou sujeita a conclusão deste Acordo, destacamos a conclusão da oferta de venda aos trabalhadores do Grupo TAP de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS, as necessárias autorizações de terceiros e a reestruturação financeira do Grupo TAP. Ficou anexa a este Acordo de Compra e Venda de Ações, a minuta do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS a ser celebrado entre a Parpública e a Atlantic Gateway na data da conclusão do Acordo de Compra e Venda de Ações (“Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS”).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 30/2016, de 19 de maio, que aprovou as minutas do Acordo de Compra e Venda de Ações e do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, também determinou, entre outros, (i) a cessação imediata dos efeitos do Acordo de Compromissos Estratégicos celebrado em 24 de junho de 2015, acima referido, na data de produção de efeitos do Acordo Parassocial e de Compromissos Estratégicos da TAP SGPS, sendo aquele substituído por este último Acordo, bem como (ii) a caducidade do regime de indisponibilidade previsto no caderno de encargos do Processo de Reprivatização – no que se refere ao número de ações da TAP SGPS e da TAP S.A. que sejam necessárias para assegurar a maioria dos direitos de voto e o controlo efetivo das referidas sociedades – na data de produção de efeitos da transmissão de ações representativas do capital social da TAP SGPS a favor da Parpública.

Dando cumprimento ao plano de capitalização do Grupo TAP definido no âmbito do Processo de Reprivatização, em 8 de março de 2016, foi deliberado em Assembleia Geral da TAP SGPS, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS, de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, convertível em até 130.800 ações especiais de conteúdo patrimonial da TAP SGPS no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul Linhas Aéreas Brasileiras, S.A. (“Azul S.A.”) em 16 de março de 2016, e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública em 14 de junho de 2016. A conversão das referidas obrigações em ações da TAP SGPS e a constituição de garantias no âmbito desta emissão ficaram condicionadas a aprovação expressa da ANAC, a qual se materializou em 23 de dezembro de 2016.

Na sequência da referida deliberação do Conselho de Administração da ANAC de 23 de dezembro de 2016, em 12 de janeiro de 2017, a Assembleia Geral da TAP SGPS deliberou, entre outros, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS, que foi deliberada pela Assembleia Geral da TAP SGPS em 8 de março de 2016, bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L. De referir que o pacote de garantias acordado, nos termos da documentação da emissão, não foi ainda constituído, tendo sido acordado com os subscritores das obrigações uma extensão do prazo para a constituição dessas mesmas garantias.

No âmbito da privatização da TAP SGPS foi determinada a realização e conclusão de uma oferta pública de venda destinada a trabalhadores do Grupo TAP, consistindo na venda, pela Parpública a trabalhadores da TAP SGPS e de outras sociedades do Grupo TAP, identificados no anexo II da Resolução do Conselho de Ministros n.º 4-A/2015, de 20 de janeiro, alterada pelo n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, de ações representativas de até 5% do capital social da TAP SGPS. Esta oferta pública de venda aos trabalhadores foi lançada em 10 de abril de 2017 de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017, de 23 de março, e na sequência da mesma, os trabalhadores do Grupo TAP adquiriram um total de 75.000 ações representativas de 5% do capital social e dos direitos de voto da TAP SGPS.

Em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2017, de 4 de julho, aprovada em 29 de junho de 2017, e com efeitos a contar dessa mesma data, a Parpública e a Atlantic Gateway concluíram no dia 30 de junho de 2017 a transmissão de ações prevista no Acordo de Compra e Venda de Ações, a qual foi notificada à ANAC, nos termos legalmente previstos. Em 20 de setembro de 2018, por deliberação do Conselho de Administração da ANAC, esta Autoridade decidiu que esta operação cumpria os requisitos constantes do Regulamento (CE) n.º 1008/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro de 2008, relativo a regras comuns de exploração dos serviços aéreos na Comunidade.

Ainda em 30 de junho de 2017, também teve lugar uma reunião da Assembleia Geral da TAP SGPS para deliberar, entre outros, sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração da TAP SGPS e sobre a alteração aos estatutos da TAP SGPS, em conformidade com o previsto no Acordo de Compra e Venda de Ações.

Na sequência desta transmissão de ações, o capital social da TAP SGPS passou a ter a seguinte composição:

- A Parpública detém 750.000 ações da categoria B, representativas de 50% do capital social e dos direitos de voto e 5% dos direitos económicos da TAP SGPS;
- A Atlantic Gateway detém 675.000 ações da categoria A, representativas de 45% do capital social e dos direitos de voto e 90% dos direitos económicos da TAP SGPS; e
- Um determinado número de acionistas detêm, em conjunto, um total de 75.000 ações ordinárias, representativas de 5% do capital social, dos direitos de voto e dos direitos económicos da TAP SGPS.

De acordo com o atual enquadramento societário da TAP SGPS, a TAP SGPS continua a não ser qualificada como uma empresa pública do setor público empresarial do Estado, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações subsequentes.

Ainda no dia 30 de junho de 2017, foi assinado o “Acordo de Adaptação e Monitorização de Passivo Financeiro Relativo ao Grupo TAP” entre diversas entidades bancárias, a TAP SGPS, a TAP S.A. e a Portugalia, como mutuárias e a Parpública e a Atlantic Gateway, como acionistas, tendo o Grupo TAP acordado com as entidades bancárias signatárias a alteração de determinadas condições dos respetivos contratos de financiamento, bem como das disposições relativas à dívida financeira e ao serviço da dívida do Grupo. Este acordo veio substituir o “Acordo Relativo à Estabilidade Económico-Financeira da TAP”, assinado em 12 de novembro de 2015, que foi, por sua vez, expressamente revogado.

Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública.

Estas demonstrações financeiras consolidadas, que incluem os ativos, os passivos, os gastos e rendimentos das empresas do Grupo TAP, conforme listadas na Nota 2.4.1., foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de março de 2020. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor.

Os membros do Conselho de Administração, que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2 – Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo.

2.1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia (“IFRS” – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – “IAS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e com as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), em vigor à data da preparação das referidas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 2.4.1.), e tomando por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros derivados e propriedades de investimento, que se encontram registados ao justo valor.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração recorreu ao uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos com impacto no valor de ativos e passivos e no reconhecimento de rendimentos e gastos de cada período de reporte. Apesar de estas estimativas terem por base a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As principais asserções que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou os pressupostos e estimativas mais significativas para a preparação das referidas demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 2.34.

O Grupo TAP, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

2.2. Comparabilidade

O Grupo adotou a IFRS 16 na data efetiva de aplicação obrigatória para o período do relatório anual com início em 1 de janeiro de 2019 por meio do modelo retrospectivo modificado, sem atualização das informações comparativas, e considerou as seguintes isenções:

- Definição de locação – aplicação da IFRS 16 apenas aos contratos anteriormente classificados como locação; e
- Mensuração dos ativos sob direito de uso – pelo mesmo valor apurado para o passivo da locação em 1 de janeiro de 2019, utilizando a taxa de juro implícita, sempre que disponível, ou a taxa de juro incremental.

Como tal, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não são comparáveis com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

As principais alterações decorrentes da adoção da IFRS 16 apresentam-se de seguida:

→ Capitalização de contratos de locação de aeronaves, reatores e ACMIs que cumprem os critérios de reconhecimento definidos na IFRS 16

O prazo da locação corresponde ao período não cancelável de cada contrato, exceto nos casos em que a Empresa tenha razoável certeza de exercer as opções de renovação previstas contratualmente. A taxa de desconto utilizada para avaliar o passivo da locação corresponde, para cada aeronave, à taxa implícita apurada através dos vários elementos contratuais, se disponível, ou pela taxa de juro incremental nas restantes circunstâncias.

→ Contabilização dos contratos de locação dos restantes ativos

Com base na análise realizada, os principais contratos de locação identificados correspondem a viaturas e alguns imóveis arrendados. O prazo da locação corresponde ao período não cancelável do contrato. A taxa de desconto utilizada para calcular o ativo do direito de uso e o passivo da locação é determinada, para cada ativo, de acordo com a taxa de juro incremental.

→ Contabilização da manutenção de aeronaves em regime de locação

No âmbito da adoção da IFRS 16 e considerando o reconhecimento do direito de uso dos ativos abrangidos por contratos de locação, a Empresa ajustou a contabilização dos custos de manutenção estruturais e das obrigações contratuais de manutenção na devolução (*redelivery*), a qual passou a ser contabilizada da seguinte forma:

- **Trabalhos de *redelivery* e restauração**

Os custos resultantes dos trabalhos de manutenção que serão realizados imediatamente antes da devolução da aeronave aos locadores (definidos como trabalhos de *redelivery* para efeitos da IFRS 16), são reconhecidos como provisões a partir do início do contrato, desde que possam ser estimados com fiabilidade, por contrapartida do direito de uso das aeronaves, o qual é depreciado linearmente ao longo do contrato de locação. Anteriormente as estimativas com despesas de *redelivery* eram registadas em custos ao longo do contrato de locação por contrapartida de um passivo com manutenção futura.

O cálculo das provisões para *redelivery* incluem estimativas significativas, nomeadamente no que concerne à utilização prevista da aeronave ao longo do contrato de locação (horas de voo, ciclos, etc.) e custos estimados das intervenções estruturais na data de *redelivery*.

- **Manutenção estrutural de aeronaves e motores**

As intervenções de manutenção estruturais, que incrementam a vida útil dos ativos subjacentes, são capitalizados e reconhecidas como um complemento ao direito de uso dos ativos. Subsequentemente são depreciados durante o período de uso respetivo ou até ao termo da locação. Anteriormente a estimativa de despesas com manutenções estruturais era registada em custos durante o contrato de locação por contrapartida de um passivo com manutenção futura.

Na data de adoção da IFRS 16, foram reconhecidos direitos de uso de ativos e passivos com obrigações contratuais no montante de 924 milhões de Euros. A reconciliação dos compromissos com locações operacionais divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 e da rubrica “Passivos de locação sem opção de compra” em 1 de janeiro de 2019, detalha-se como se segue:

<i>Valores em milhares de Euros</i>	
Pagamentos mínimos dos contratos de locação operacional divulgados em 31 de dezembro de 2018	1.182.402
Pagamentos mínimos dos contratos de ACMI, incluindo componentes de "não locação"	5.842
Efeito do desconto financeiro das rendas	(264.224)
Passivos de locação sem opção de compra a 1 de janeiro de 2019	924.020

A taxa de desconto média utilizada para descontar as rendas futuras em 1 de janeiro de 2019 é de 6,5% e a taxa de desconto utilizada para contratos iniciados em 2019 está entre 6% e 7%.

A adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019 teve os seguintes impactos nos principais títulos da demonstração da posição financeira:

Valores em milhares de Euros	31-dez-18	Impacto da adoção da IFRS 16	01-jan-19
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	542.551	939.992	1.482.543
Propriedades de investimento	3.228	-	3.228
<i>Goodwill</i>	127.542	-	127.542
Ativos intangíveis	11.323	-	11.323
Participações financeiras	3.322	-	3.322
Outros ativos financeiros	846	-	846
Ativos por impostos diferidos	100.325	-	100.325
Outras contas a receber	105.937	69.117	175.054
	895.074	1.009.109	1.904.183
Ativo corrente			
Inventários	91.152	-	91.152
Outras contas a receber	321.414	-	321.414
Imposto sobre o rendimento a receber	8.464	-	8.464
Outros ativos correntes	64.976	-	64.976
Outros ativos financeiros	13.225	-	13.225
Caixa e seus equivalentes	233.204	-	233.204
	732.435	-	732.435
Total do ativo	1.627.509	1.009.109	2.636.618
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital	15.000	-	15.000
Prestações suplementares	224.093	-	224.093
Ouros instrumentos de capital próprio	36.297	-	36.297
Reservas legais	3.000	-	3.000
Reservas de conversão cambial	(74.495)	-	(74.495)
Reservas de justo valor	(29.132)	-	(29.132)
Ajustamentos em partes de capital	(2.260)	-	(2.260)
Resultados transitados	(670.874)	110.557	(560.317)
Resultado líquido do exercício	(118.039)	-	(118.039)
Total do capital próprio do grupo	(616.410)	110.557	(505.853)
Interesses não controlados	(1.449)	-	(1.449)
Total do capital próprio	(617.859)	110.557	(507.302)
Passivo não corrente			
Provisões	22.381	32.176	54.557
Passivos remunerados	597.054	(102.010)	495.044
Passivo locação com opção de compra	-	102.010	102.010
Empréstimo obrigacionista	110.161	-	110.161
Passivo locação sem opção de compra	-	692.002	692.002
Pensões e outros benefícios pós-emprego	103.523	-	103.523
Passivos por impostos diferidos	19.024	46.261	65.285
Outras contas a pagar	49.960	(49.741)	219
	902.103	720.698	1.622.801
Passivo corrente			
Passivos remunerados	181.236	(30.474)	150.762
Passivo locação com opção de compra	-	30.474	30.474
Passivo locação sem opção de compra	-	232.018	232.018
Outras contas a pagar	665.619	(54.164)	611.455
Imposto sobre o rendimento a pagar	19	-	19
Documentos pendentes de voo	393.466	-	393.466
Outros passivos correntes	102.925	-	102.925
	1.343.265	177.854	1.521.119
Total do passivo	2.245.368	898.552	3.143.920
Total do capital próprio e do passivo	1.627.509	1.009.109	2.636.618

O reconhecimento do direito de uso dos ativos em regime de locação sem opção de compra e o reconhecimento do passivo correspondente, originou um incremento nos custos com depreciação no montante de, aproximadamente, 333,3 milhões de Euros e das despesas com juros no valor de, aproximadamente, 103,8 milhões de Euros. As diferenças de câmbio reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, relacionadas com os passivos com obrigações contratuais, ascenderam a, aproximadamente, 13,7 milhões de Euros. Por outro lado, os custos com rendas e outras obrigações contratuais (reconhecidos até 31 de dezembro de 2018 nas rubricas de “Rendas de aeronaves” e “Custos operacionais de tráfego”) reduziram no montante de, aproximadamente, 346,04 milhões de Euros.

Adicionalmente, a apresentação dos pagamentos das despesas relacionadas com contratos de locação sem opção de compra resultou numa reclassificação de, aproximadamente, 338,9 milhões de Euros de fluxos de caixa das atividades operacionais para fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Consultar adicionalmente a Nota 2.3.

2.3. Novas normas, alterações às normas e interpretações mandatárias

→ Novas normas, alterações às normas e interpretações mandatárias a 31 de dezembro de 2019

A aplicação das novas normas, interpretações e alterações a normas existentes identificadas abaixo, que se tornaram efetivas em 1 de janeiro de 2019, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Novas normas, alterações às normas e interpretações efetivas a 1 de janeiro de 2019		
• IFRS 16 – Locações	Nova definição de locação. Nova contabilização dos contratos de locação para os locatários. Não existem alterações à contabilização das locações pelos locadores	1 de janeiro de 2019
• IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Opções de tratamento contabilístico de ativos financeiros com compensação negativa	1 de janeiro de 2019
• IAS 19 – Benefícios dos empregados	Obriga a usar pressupostos atualizadas para o cálculo das responsabilidades remanescentes, com impacto na demonstração dos resultados, exceto quanto à diminuição de qualquer excesso enquadrado no âmbito do “asset ceiling”	1 de janeiro de 2019
• IAS 28 – Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	Clarificação quanto aos investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial	1 de janeiro de 2019
• Melhorias às normas 2015 – 2017	Clarificações várias: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11	1 de janeiro de 2019

Descrição	Alteração	Data efetiva
<ul style="list-style-type: none"> IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento de imposto sobre o rendimento 	Clarificação relativa à aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração da IAS 12 quando há incerteza sobre o tratamento fiscal de uma transação, em sede de imposto sobre o rendimento	1 de janeiro de 2019

Das normas acima mencionadas cumpre destacar a IFRS 16 – Locações, a qual foi adotada pelo Grupo na elaboração das suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com impactos significativos.

A alteração na definição de locação deve-se principalmente ao conceito de controlo. A IFRS 16 determina se um contrato contém uma locação com base na existência do direito concedido ao cliente para controlar a utilização de um ativo identificado por um dado período de tempo, por contrapartida de uma dada retribuição.

Até ao exercício de 2018, as locações de ativos fixos tangíveis eram classificadas como locações financeiras ou locações operacionais. Os pagamentos efetuados no âmbito de locações operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do locador) foram, até 31 de dezembro de 2018, reconhecidos nos resultados do período. Os ativos de locações financeiras eram contabilizados pelo menor entre o justo valor dos ativos locados e o valor presente dos pagamentos mínimos de locação no início do contrato, enquanto que os passivos de locações financeiras eram registados líquidos de encargos incrementais, enquanto “Passivos remunerados”. Os encargos financeiros incluídos na renda e as depreciações dos ativos locados eram reconhecidos nos resultados, ao longo do período contratual a que respeitavam.

A partir de 1 de janeiro de 2019, as locações, que cumpram os requisitos da IFRS 16, são reconhecidas enquanto ativos sob direito de uso, na rubrica “Ativos fixos tangíveis” (agregados à natureza do ativo objeto de locação), com os correspondentes passivos, apresentados na rubrica “Passivo locação sem opção de compra”, na data de início da locação. Cada pagamento de locação é alocado entre o passivo e o gasto financeiro. O gasto financeiro é reconhecido na demonstração dos resultados durante o termo da locação, de modo a que seja reconhecido com base numa taxa de juro constante sobre o saldo remanescente na demonstração da posição financeira, para cada período de relato. Os ativos sob direito de uso são depreciados linearmente ao longo do período da locação.

Os passivos da locação são inicialmente mensurados ao custo amortizado, na moeda contratual (essencialmente USD), incluindo o valor líquido presente dos seguintes pagamentos de locação: i) pagamentos fixos (incluindo pagamentos que em substância são fixos), deduzidos de quaisquer valores recebíveis por incentivos de locação; ii) pagamentos variáveis baseados num índice ou numa taxa; iii) valores expectáveis de serem pagos pelo locatário enquanto garantias de valor residual; iv) o preço de exercício de uma opção de compra caso o locatário esteja razoavelmente certo de exercer tal opção e v) pagamentos de penalizações para rescindir a locação, caso o termo de locação reflita o exercício da opção de terminar.

O valor presente dos pagamentos de locação são descontados usando a taxa de juro implícita na locação. Caso essa taxa não possa ser determinada, a taxa incremental de financiamento da Empresa é utilizada, correspondendo à taxa que a Empresa obteria para pagar os fundos necessários para obter um ativo de valor semelhante num ambiente económico com termos e condições comparáveis.

Os passivos da locação são subsequentemente atualizados utilizando o método da taxa de juro efetiva, aumento para refletir o efeito dos juros e sendo reduzidos, de modo a refletir os pagamentos efetuados.

A Grupo remensura o passivo da locação (e efetua ajustamentos correspondentes ao ativo sob direito de uso relacionado), sempre que:

- Os pagamentos de locação são alterados devido a alterações num índice, ou taxa, ou uma alteração de pagamentos esperados enquanto valores residuais garantidos, casos em que o passivo de locação é remensurado descontando os pagamentos de locação revistos à taxa incremental de financiamento (a menos que a alteração de pagamentos de locação se deva a alterações numa taxa de juro variável, o que motiva o uso uma taxa incremental de financiamento); e
- O contrato de locação é modificado e a modificação não qualifica como uma locação separada, sendo o passivo da locação remensurado com base nas novas rendas e a taxa incremental de financiamento determinada à data da modificação.

Os ativos sob direito de uso são mensurados ao custo, na moeda funcional da Empresa (Euros), o qual compreende: i) o valor de reconhecimento inicial do passivo da locação; ii) quaisquer pagamentos de locação efetuados à data de início da locação, ou antes desta, deduzidos de quaisquer incentivos de locação recebidos; iii) quaisquer custos diretos iniciais; e iv) custos de obrigações com desmantelamento ou restauração do ativo (*redelivery*).

Os ativos sob direito de uso são subsequentemente mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que a Empresa incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação (no caso concreto das aeronaves corresponde às condições de *redelivery* das mesmas), é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no ativo sob direito de uso relacionado e depreciados pelo período da locação.

Os custos subsequentes, nomeadamente com manutenção estrutural, são incluídos no direito de uso do ativo locado sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e subsequentemente depreciados durante o período de uso respetivo ou até ao termo da locação. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de locação sem rendas), se aplicáveis, são reconhecidos como elementos de mensuração de ativos sob direito de uso e passivos da locação, enquanto que ao abrigo da IAS 17 estes incentivos resultaram no reconhecimento de um passivo por incentivo de locação, depreciado em linha reta enquanto redução dos gastos com locações.

As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo da locação, nem do ativo sob direito de uso. Tais pagamentos são reconhecidos enquanto gastos no período no qual o evento ou condição que dá lugar aos pagamentos ocorre.

Nas operações de cedência de posição contratual com subsequente locação de aeronaves, a classificação da locação é determinada na *inception date* (data de assinatura do compromisso da locação), e o reconhecimento ocorre na *commencement date* (data de início efetivo da locação). Os rendimentos obtidos ou custos incorridos no período que decorre entre a *inception date* e a *commencement date* são incluídos no direito de uso e depreciados linearmente pelo contrato de locação.

As locações capitalizadas pela Empresa dividem-se, essencialmente, da seguinte forma:

- Contratos de locação de aeronaves e reatores;
- Contratos de ACMI (*Aircraft, Crew, Maintenance and Insurance*) ou *wet lease*;
- Contratos de locações de imóveis; e
- Outros contratos de locação.

Os pagamentos associados a locações de curto prazo e locações de ativos de valor imaterial são reconhecidos de forma linear, nos resultados do exercício. As locações de curto prazo são locações com um termo de locação de 12 meses ou menos. Os ativos de valor imaterial incluem entre outros equipamento informático e mobiliário de escritório.

Os fluxos de caixa relacionados com locações são apresentados do seguinte modo:

- a) Os pagamentos das componentes de capital dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades de financiamento;
- b) Os pagamentos das componentes de juros são classificados também como fluxos de caixa de atividades de financiamento; e
- c) Locações de curto prazo, pagamentos de locações de ativos de valor imaterial, e pagamentos variáveis de locação que não estão incluídos na mensuração dos passivos da locação são classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais.

Ao abrigo da IFRS 16, os ativos sob direito de uso são testados por imparidade de acordo com a IAS 36 – "Imparidade de ativos". Esta norma substitui o requisito anterior de reconhecimento de provisões para contratos onerosos de locação.

Sale & Leaseback

Quando o Grupo transfere um ativo para uma entidade terceira, e simultaneamente entra num contrato de locação do mesmo ativo com essa entidade terceira, a Empresa aplica os requisitos da IFRS 15 para determinar se tal transferência é contabilizada como venda do ativo.

Caso a transferência qualifique como uma transação de venda, a Empresa irá mensurar o ativo sob direito de uso do *leaseback* como uma proporção do anterior valor líquido contabilístico que se relaciona com o direito de uso retido pela Empresa. Consequentemente, o Grupo irá apenas reconhecer o valor de qualquer ganho ou perda que se relaciona com os direitos transferidos para a entidade terceira.

Caso o justo valor da retribuição pela venda do ativo não for equivalente ao justo valor do ativo, ou caso os pagamentos da locação não correspondam a valores de mercado, o Grupo irá efetuar os seguintes ajustamentos para mensurar os resultados da venda a justo valor: i) quaisquer termos abaixo de mercado serão contabilizados como pré-pagamentos de

pagamentos de locação; e ii) quaisquer termos acima de mercado serão contabilizados como financiamento adicional prestado pelo terceiro à entidade.

As alterações às normas que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela União Europeia, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
2. Alterações às normas que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, já endossadas pela EU		
<ul style="list-style-type: none"> IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras; IAS 8 – Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros 	Atualização da definição de material, na aplicação das normas às demonstrações financeiras como um todo	1 de janeiro de 2020
<ul style="list-style-type: none"> Estrutura concetual – Alterações na referência a outras IFRS 	Alteração a algumas IFRS relativamente a referências cruzadas e esclarecimentos sobre a aplicação das novas definições de ativos / passivos e gastos / rendimentos	1 de janeiro de 2020

As alterações às normas que se tornam efetivas em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela União Europeia, são como segue:

Descrição	Alteração	Data efetiva
3. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2020, ainda não endossadas pela UE		
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 3 – Concentrações de atividades empresariais 	Alteração da definição de negócio	1 de janeiro de 2020
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Reforma das taxas de juro de referência 	Introdução de isenções à contabilidade de cobertura com o objetivo de que a reforma das taxas de juro referência não determine a cessação da contabilidade de cobertura	1 de janeiro de 2020
<ul style="list-style-type: none"> IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2021

O Grupo não estima impactos significativos da adoção destas novas alterações em exercícios futuros.

2.4. Perímetro de consolidação

2.4.1. Subsidiárias

Subsidiárias são as entidades sobre as quais o Grupo exerce controle.

O Conselho de Administração considera que existe controle sobre uma entidade quando o Grupo está exposto e / ou tem o direito, como resultado de seu envolvimento, ao retorno das atividades da entidade e tem capacidade para afetar esse retorno através do controle existente, sobre essa entidade, nomeadamente quando detém, direta ou indiretamente, mais da metade dos direitos de voto.

A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração quando o Grupo avalia se possui controle sobre outra entidade.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada, separadamente, na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica de "Interesses não controlados" (Nota 17).

As entidades incluídas no perímetro de consolidação são detalhadas abaixo:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2019	2018
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão e administração de participações sociais	Parública Atlantic Gateway Outros acionistas	50,00% 45,00% 5,00%	50,00% 45,00% 5,00%
Transportes Aéreos Portugueses, S.A. ("TAP SA")	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
TAPGER - Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. ("TAPGER")	Lisboa	Prestação de serviços de gestão	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Portugália - Companhia Portuguesa de Transportes Aéreos, S.A. ("Portugália")	Lisboa	Atividades aeronáuticas	TAP SGPS	100,00%	100,00%
Cateringpor - Catering de Portugal, S.A. ("Cateringpor")	Lisboa	<i>Catering</i>	TAPGER	51,00%	51,00%
Megasis - Soc. De Serviços de Engenharia e Informática, S.A. ("Megasis")	Lisboa	<i>Engenharia e prestação de serviços informáticos</i>	TAPGER	n/a	100,00%
Tap Logistics Solutions, S.A	Lisboa	Prestação de serviços postais	TAP SA	100,00%	n/a
U.C.S. - Cuidados Integrados de Saúde, S.A. ("UCS")	Lisboa	Prestação de cuidados de saúde	TAPGER	100,00%	100,00%
Aeropar, Participações, S.A. ("Aeropar")	Brasil	Gestão e administração de participações sociais	TAP SGPS Portugália	99,83% 0,17%	99,83% 0,17%
TAP – Manutenção e Engenharia Brasil, S.A. (ex-VEM) ("TAP M&E Brasil")	Brasil	Manutenção e engenharia aeronáutica	TAP SGPS Aeropar	78,72% 20,69%	78,72% 20,69%

No dia 20 de março de 2019 a TAPGER e a TAP S.A. celebraram um contrato de compra e venda da totalidade do capital social da Megasis pelo valor de 1.791 milhares de Euros. No dia 2 de maio de 2019 foi registada a fusão, por incorporação, da Megasis na TAP S.A., tendo os respetivos efeitos contabilísticos e fiscais retroagido a 1 de janeiro de 2019.

A TAP S.A. constitui em 30 de dezembro de 2019 a TAP Logistics Solutions, S.A. ("TAP Logistics"), que opera na atividade de carga e correio.

O método de compra é utilizado no registro da aquisição de subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos transferidos, dos instrumentos de capital próprio emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição.

Os custos diretamente associados com aquisições (serviços de consultoria, aconselhamento legal, gastos administrativos, entre outros) são contabilizados, nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo TAP, como gastos do exercício em que a aquisição teve lugar, reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são mensurados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do Grupo, dos ativos e passivos identificáveis adquiridos, é registado como *goodwill* (Nota 6).

Os investimentos em subsidiárias onde o Grupo TAP tem controlo são consolidados integralmente a partir da data em que o Grupo assume o controlo de suas atividades financeiras e operacionais até o momento em que o controle deixa de existir.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida (*goodwill* negativo), a diferença é reconhecida diretamente na demonstração consolidada dos resultados.

As transações internas, saldos, ganhos não realizados em transações e dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um ativo transferido.

Quando, à data da aquisição do controlo, o Grupo TAP já detém uma participação previamente adquirida, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a 100%, na aplicação do método da compra, os interesses não controlados podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Transações subsequentes de alienação ou de aquisição de participações a interesses não controlados, que não implicam alteração do controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor da transação e o valor contabilístico da participação transacionada reconhecida no capital próprio.

O capital próprio e o resultado líquido, correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados

consolidados, respetivamente, na rubrica de interesses não controlados. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses não controlados são imputados aos mesmos.

Qualquer montante contingente a ser transferido pelo Grupo é reconhecido ao justo valor à data da aquisição. As eventuais remensurações subseqüentes não afetam os saldos de *goodwill*, exceto se efetuadas até 12 meses após a data de aquisição.

As políticas contabilísticas das subsidiárias foram alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.4.2. Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce influência significativa através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto, geralmente representando entre 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill* e mantidas na respetiva rubrica. Se essas diferenças forem negativas são registadas como ganho do exercício na rubrica “Ganhos e perdas em associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas, quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir, também naquela rubrica. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deixam de existir são objeto de reversão.

Os ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas são eliminados até ao grau da quota-parte do Grupo nas associadas. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação fornecer evidência de imparidade do ativo transferido.

Quando considerado necessário, as políticas contabilísticas das associadas são alteradas, para garantir a consistência com as práticas adotadas pelo Grupo.

A entidade que se qualifica como associada é a seguinte:

Firma	Sede	Atividade principal	Detentores de capital	% do capital detido	
				2019	2018
SPdH – Serviços Portugueses de Handling, S.A. (“SPdH”)	Lisboa	Handling	TAP SGPS Portugália	43,90% 6,00%	43,90% 6,00%

Os investimentos em associadas são apresentados em detalhes na Nota 8.

2.5. Relato por segmentos

Tal como preconizado na IFRS 8, o Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. De facto, os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com o modelo interno de informação de gestão, providenciado ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo, o qual é responsável pela alocação de recursos ao segmento e pela avaliação do seu desempenho, assim como pela tomada de decisões estratégicas. O Grupo não apresenta ativos e passivos segmentais tendo em consideração que esta informação não é apresentada ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais.

Foram identificados três segmentos operacionais: transporte aéreo, manutenção e engenharia e *catering*. As atividades agregadas em “Outros” não qualificam para relatar separadamente.

As políticas contabilísticas do relato por segmentos são utilizadas de forma consistente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são valorizados a preços de mercado e eliminados na consolidação. A informação relativa aos segmentos identificados encontra-se apresentada na Nota 35.

2.6. Conversão cambial

2.6.1. Moeda funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em **milhares de Euros**, sendo o Euro a moeda funcional e de apresentação do Grupo.

2.6.2. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações, bem como da conversão, pela taxa de câmbio, à data de relato, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica de diferenças de câmbio líquidas.

2.6.3. Empresas do Grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, que possuam uma moeda funcional diferente da sua moeda de relato, são convertidos para a moeda de relato como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada posição financeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras consolidadas. As diferenças de câmbio, resultantes desta conversão, são reconhecidas como componente separada no capital próprio, na rubrica “Reservas de conversão cambial”.

- (ii) Os rendimentos e os gastos são convertidos pela taxa de câmbio média do exercício de reporte, a não ser que a taxa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas em vigor nas datas das transações. Neste caso, os rendimentos e os gastos são convertidos pelas taxas de câmbio em vigor nas datas das transações.

Os ajustamentos ao *goodwill* e ao justo valor de uma aquisição de uma entidade estrangeira são tratados como ativos e passivos de uma entidade estrangeira, e são transpostos à taxa de câmbio de fecho à data de relato.

As diferenças de câmbio resultantes de um item monetário, que faça parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, são reconhecidas numa componente separada do capital próprio e, aquando da alienação do investimento líquido ou liquidação desses montantes, são reconhecidas nos resultados, como parte do ganho ou perda apurado na alienação.

As cotações de moeda estrangeira, utilizadas para conversão das demonstrações financeiras, expressas em moeda diferente do Euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

Moeda	2019	2018	Taxas médias	
			2019	2018
USD	1,1234	1,1450	1,1210	1,1838
CHF	1,0854	1,1269	1,1160	1,1578
GBP	0,8508	0,8945	0,8798	0,8837
BRL	4,5157	4,4440	4,4172	4,2412
VES	51.379,47	730,10	51.379,47	730,10
AOA	536,26	353,02	406,77	286,95

Relativamente às subsidiárias do Brasil, os resultados mensais foram convertidos à taxa do último dia de cada mês, conforme segue:

Mês	2019	2018
Janeiro	4,2041	3,9170
Fevereiro	4,2688	4,0109
Março	4,3865	4,0426
Abril	4,4050	4,1815
Mai	4,4462	4,2912
Junho	4,3511	4,4049
Julho	4,2180	4,4765
Agosto	4,5879	4,5357
Setembro	4,5288	4,8013
Outubro	4,4514	4,3246
Novembro	4,6459	4,2973
Dezembro	4,5157	4,4440

2.7. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, nomeadamente edifícios e terrenos, adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios

contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, à data da transição, a subsidiária TAP S.A. aplicou a exceção prevista na IFRS 1 - Primeira Aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela qual se poderá considerar como custo considerado (*deemed cost*) o justo valor de algumas categorias de bens, reportado à data de transição (1 de janeiro de 2004).

Assim, com efeitos a 1 de janeiro de 2004, os bens pertencentes à categoria de edifícios da referida subsidiária, foram revalorizados para o correspondente justo valor a essa data. O justo valor desses *itens*, do ativo fixo tangível, foi determinado por um estudo de avaliação patrimonial efetuado por uma entidade especializada independente, a qual procedeu, igualmente, à determinação do período de vida útil remanescente desses bens, à data de transição.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos posteriormente à data de transição, são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes, nomeadamente com renovações de frota e manutenção estrutural, são incluídos no custo de aquisição do bem sempre que é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Grupo. Os demais encargos com manutenção corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, sendo utilizado o método das quotas constantes por duodécimos, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos de vida útil	Valor residual
Edifícios e outras construções	20-50	-
Equipamento básico:		
Equipamento de voo:		
Airbus		
Frota aérea	20	0-5%
Frota aérea em regime de locação com opção de compra	20	0-5%
Reatores de reserva e sobressalentes	20	5%
Reatores de reserva em regime de locação com opção de compra	20	5%
Restante equipamento de voo		
Frota aérea	16	10%
Frota aérea em regime de locação com opção de compra	16	10%
Reatores de reserva e sobressalentes	16	10%
Reatores de reserva em regime de locação com opção de compra	16	10%
Outro equipamento básico	7-20	0-10%
Equipamento de transporte	4-10	-
Ferramentas e utensílios	8-20	0-10%
Equipamento administrativo	5-16	-
Outros ativos fixos tangíveis	10	-

Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados prospectivamente, se necessário, na data de relato (Nota 4). Se a quantia escriturada é superior ao valor recuperável do ativo, procede-se ao seu reajustamento para o valor recuperável estimado mediante o registo de perdas por imparidade (Nota 2.11.).

Os ganhos ou perdas, provenientes do abate ou alienação, são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações deduzidos dos custos de transação e a quantia escriturada dos ativos, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos ou outras gastos operacionais.

Relativamente ao direito de uso consultar a nota 2.26.

2.8. Propriedades e investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao justo valor na data da transição para as IFRS, sendo valorizadas subsequentemente de acordo com o modelo do justo valor, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em consideração as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

2.9. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis refere-se, essencialmente, a *software* de suporte à atividade e encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade, pelo método das quotas constantes, durante um período que varia entre 3 e 10 anos.

2.10. Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis nas subsidiárias na data de aquisição.

O *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade, numa base mínima anual. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não podem ser revertidas. Ganhos ou perdas decorrentes da venda do controlo de uma entidade incluem o valor do *goodwill* correspondente.

Para efeitos de realização de testes de imparidade, o *goodwill* é associado às unidades geradoras de caixa mais baixas a que pertencem. As unidades geradoras de caixa representam o investimento do Grupo em cada uma das áreas de negócio.

2.11. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros, que não têm uma vida útil definida, não estão sujeitos a depreciação ou amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização/depreciação são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo regista a respetiva perda por imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos gastos para venda, e o seu valor de uso.

Para a realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa a que pertence o ativo), quando não seja possível fazê-lo, individualmente, para cada ativo.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram (com exceção das perdas por imparidade do *goodwill* – ver Nota 2.10.).

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas “Imparidade de ativos não depreciáveis/amortizáveis” e “Depreciação, amortização e perdas por imparidade”, a não ser que o ativo tenha sido reavaliado, situação em que a reversão corresponderá a um acréscimo da reavaliação. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada, até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

2.12. Ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus ativos financeiros de acordo com as suas características e o modelo de negócio que tem definido para gerir o recebimento dos *cash flows* contratuais. A classificação é determinada no momento de reconhecimento inicial dos ativos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados, sendo os seus valores reportados pelo líquido na demonstração da posição financeira consolidada, apenas quando: i) existe um direito legalmente exercível e não oponível para compensar os referidos valores e ii) quando existe uma intenção para liquidar numa base líquida, ou quando o ativo seja realizado simultaneamente com a liquidação do passivo. O direito legal de compensar existe quando seja exercível a todo o momento, no decurso normal da atividade, não sendo contingente à ocorrência de eventos futuros ou de casos de *default*, insolvência ou falência da entidade.

Todas as aquisições e alienações destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

A IFRS 9 introduziu um modelo de classificação de ativos financeiros com base no modelo de negócio utilizado na sua gestão (“business model test”) e nas características dos fluxos de caixa contratuais (“SPPI test”). O Grupo classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, de acordo com os requisitos introduzidos pela IFRS 9, conforme abaixo.

→ Instrumentos de dívida

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se (i) é detido para recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas o pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado.

Um ativo financeiro é mensurado ao justo valor por outro rendimento integral se (i) o objetivo inerente ao modelo de negócio utilizado é alcançado, quer pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais, quer pela venda dos ativos financeiros; e (ii) os fluxos de caixa contratuais subjacentes representam apenas pagamento de capital e juros. Os ativos enquadráveis nesta categoria são inicial e subsequentemente mensurados ao seu justo valor, sendo as alterações de justo valor registadas em outro rendimento integral, exceto no que respeita ao reconhecimento de perdas por imparidade, juros e ganhos ou perdas cambiais, valores que são registados diretamente na demonstração dos resultados. Quando o ativo financeiro é desreconhecido, o ganho ou perda acumulado em outro rendimento integral é reclassificado para resultado do período.

Os ativos financeiros que não reúnam as características para enquadramento nas situações referidas anteriormente são classificados e mensurados ao justo valor através de resultados, categoria residual nos termos da IFRS 9.

→ Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são sempre mensurados ao justo valor. Os instrumentos de capital próprio detidos para negociação são mensurados ao justo valor por resultados. Para todos os restantes instrumentos de capital próprio, o Grupo pode optar, instrumento a instrumento, por, no reconhecimento inicial, apresentar as variações do seu justo valor em outro rendimento integral.

Quando o Grupo exerce opção, todas as variações de justo valor, com exceção de dividendos que configuram retorno do investimento efetuado, são reconhecidos em outro rendimento integral. Neste caso, na data do desreconhecimento do ativo, o ganho ou perda acumulado não é reconhecido em resultado do período sendo, nessa altura, transferido para resultados transitados.

Imparidade de ativos financeiros

A IFRS 9 estabelece um novo modelo de acordo com o qual a estimativa de imparidade é avaliada desde o reconhecimento inicial, tendo em conta a avaliação do risco de crédito.

→ **Outras contas a receber**

O Grupo TAP utiliza a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 no apuramento e reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber e ativos de contratos com clientes. As perdas esperadas até à maturidade são registadas, tendo por base a experiência de perdas reais ocorridas ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativo das características específicas do risco de crédito subjacente.

O ajustamento para perdas de imparidade é registado por contrapartida de resultados do período, na rubrica “Imparidade de contas a receber, inventários e provisões”.

→ **Outros ativos financeiros**

O Grupo considera que todos os instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado ou ao justo valor por outro rendimento integral, têm um risco de crédito nulo.

Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes.

Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, o Grupo reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

Qualquer perda por imparidade nestes ativos financeiros é reconhecida em resultado do período, na rubrica “Imparidade de contas a receber, inventários e provisões”.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e o Grupo tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

2.13. Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o objetivo de gerir os riscos financeiros e operacionais a que se encontra sujeita. Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e do preço do *jet fuel* o justifiquem, o Grupo TAP procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (“IRS”) e *swaps de jet fuel*.

Na seleção de instrumentos financeiros derivados são, essencialmente, valorizados os aspetos económicos dos mesmos. Os instrumentos financeiros derivados são registados na demonstração da posição financeira pelo seu justo valor.

Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor das coberturas de fluxos de caixa são, inicialmente, registadas, em outros rendimentos integrais do período a que respeitam e posteriormente em resultados do exercício operacionais (“Combustível para aeronaves”), para os instrumentos de *jet fuel*, e resultados financeiros líquidos (“Juros e rendimentos/gastos similares”) para os instrumentos de taxa de juro, na sua data de liquidação. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

Em termos líquidos, os gastos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada. Os ganhos ou perdas, decorrentes da rescisão antecipada deste tipo de instrumento, são reconhecidos em resultados, quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que possível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado. O justo valor dos instrumentos financeiros derivados encontra-se incluído, essencialmente, nas rubricas de outras contas a receber e de outras contas a pagar.

→ **Contabilidade de cobertura**

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros derivados, utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- Existe um alinhamento da relação de cobertura com a estratégia de gestão de risco e objetivos de gestão;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura; e
- O risco de variação de valor não é função, maioritariamente, do risco de crédito.

2.14. Ativos e passivos ao justo valor

As mensurações do justo valor e divulgações relacionadas são baseadas em uma 'hierarquia de justo valor. A hierarquia categoriza as entradas usadas nas técnicas de avaliação em três níveis.

Os *inputs* de nível 1 são preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que o Grupo pode aceder na data do balanço.

Os *inputs* de nível 2 são insumos que não os preços de mercado cotados incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.

Os *inputs* de nível 3 não são observáveis para o ativo ou passivo. Os *inputs* não observáveis são usados para mensurar o justo valor na medida em que os *inputs* observáveis relevantes não estejam disponíveis, permitindo situações em que há pouca, se houver alguma, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data da mensuração. Uma entidade desenvolve entradas não observáveis usando as melhores informações disponíveis nas circunstâncias, que podem incluir os próprios dados da entidade.

2.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são, geralmente, reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data de relato, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

A taxa de imposto sobre o rendimento que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas é usada no cálculo dos impostos diferidos.

O imposto diferido é registado como custo ou receita do exercício, exceto se resultar de valores registados diretamente no capital próprio, caso em que o imposto diferido também é registado na mesma rubrica, ou seja, os valores a serem incluídos no imposto corrente e no imposto diferido, resultante de transações e eventos reconhecidos em reservas, são registados diretamente nessas mesmas rubricas, não afetando o lucro líquido do exercício. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente ao capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

2.16. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio.

Os inventários detidos referem-se, essencialmente, a peças de manutenção de motores e de componentes de aeronaves. O material recuperado internamente encontra-se valorizado ao custo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido dos custos estimados de acabamento e de comercialização. As diferenças entre o custo e o valor realizável líquido, se inferior, são registadas na rubrica "Imparidades de contas a receber, inventários e provisões".

2.17. Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber correntes são, inicialmente, contabilizados pelo valor da contraprestação acordada, a não ser que tenham uma componente de financiamento significativa, caso em que são contabilizados ao justo valor. O Grupo detém os saldos de clientes e outras contas a receber correntes com o objetivo de os cobrar, sendo assim, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade (Nota 11).

As perdas por imparidade são registadas tendo por base a experiência de perdas reais ao longo de um período que foi considerado estatisticamente relevante e representativas das características específicas do risco de crédito subjacente.

2.18. Caixa e seus equivalentes

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com maturidade até 3 meses, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor. Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa esta rubrica inclui também os descobertos bancários, os quais são apresentados na demonstração da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica de passivos remunerados.

2.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio (Nota 16).

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou outros instrumentos de capital próprio são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante da emissão.

Os gastos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição, como parte do valor da compra.

2.20. Passivos remunerados

Os passivos remunerados são, inicialmente, reconhecidos ao justo valor, líquidos dos custos de transação incorridos sendo, subsequentemente, apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos dos custos de transação) e o valor de reembolso é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período da dívida, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

A dívida remunerada é classificada no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data da posição financeira (Nota 19).

2.21. Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros de empréstimos genéricos e específicos, diretamente relacionados com a aquisição, construção (caso o período de construção ou desenvolvimento exceda um ano) ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

Os restantes gastos de empréstimos remanescentes são reconhecidos como gastos quando incorridos.

2.22. Provisões

São reconhecidas provisões sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal, contratual ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, seja provável que uma saída de fluxos e/ou de recursos se torne necessária para liquidar a obrigação e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante da obrigação.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

O Grupo reconhece uma provisão para custos de reestruturação quando os critérios de reconhecimento gerais de provisões estejam cumpridos, nomeadamente quando existe um plano formal detalhado para a reestruturação e tenha criada uma expectativa válida nos afetados de que levará a efeito a reestruturação ao começar a implementar esse plano ou ao anunciar as suas principais características aos afetados por ele. Os gastos subjacentes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Reestruturação".

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 18).

Os custos de restauração dos aviões executados imediatamente antes da devolução ao *lessor* no término do contrato de locação (definido como *redelivery* para fins da IFRS 16), são reconhecidos como provisão na data de início, desde que possam ser estimados com segurança. um componente de ativo adicional é reconhecido no ativo de direito de uso, que é depreciado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Anteriormente, a estimativa de despesas de *redelivery* era reconhecida como passivo de manutenção futura e reconhecida como gasto durante o período do contrato de arrendamento. A mensuração da provisão de *redelivery* de aeronaves requer o uso de estimativas significativas, nomeadamente a utilização da aeronave durante o arrendamento (horas de voo, ciclos, etc.) e o custo estimado dessa manutenção estrutural na data da devolução.

2.23. Benefícios pós-emprego aos colaboradores

Algumas subsidiárias do Grupo assumiram o compromisso de pagar, aos seus empregados, prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, prestações de pré-reforma, cuidados de saúde e prémios de jubilação. O Grupo constituiu fundos de pensões autónomos como forma de financiar uma parte das suas responsabilidades por aqueles pagamentos.

A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima, o Grupo obtém, periodicamente, cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”.

As remensurações resultantes de diferenças entre os pressupostos utilizados para fins de cálculo do passivo e o que efetivamente ocorreram (bem como de alterações efetuadas nos mesmos e da diferença entre o valor esperado do retorno sobre os ativos dos fundos e o retorno real) são reconhecidas quando incorridos diretamente na demonstração consolidada do resultado integral.

As responsabilidades, reconhecidas na demonstração da posição financeira consolidada, representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos, na rubrica “Pensões e outros benefícios pós-emprego”.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo, quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

Os ganhos e perdas, gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos, são reconhecidos em resultados do exercício quando o corte ou a liquidação ocorrer. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados.

Os gastos por responsabilidades passadas, que resultem da implementação de um novo plano ou acréscimos dos benefícios atribuídos, são reconhecidos imediatamente nos resultados.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo paga contribuições para planos de seguro de pensão de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O grupo não tem mais obrigações de pagamento após o pagamento das contribuições. As contribuições são reconhecidas como gasto com benefícios a empregados quando vencidas.

2.24. Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros valores a pagar correntes são, inicialmente, registados ao justo valor sendo, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado (Nota 21).

2.25. Subsídios

Os subsídios estatais só são reconhecidos após existir segurança de que o Grupo cumprirá as condições inerentes aos mesmos e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por gastos incorridos, são registados na demonstração consolidada dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que aqueles subsídios visam compensar.

Os subsídios ao investimento, recebidos com o objetivo de compensar o Grupo por investimentos efetuados em ativos tangíveis/intangíveis, são incluídos na rubrica “Outras contas a pagar” e são reconhecidos em resultados, durante a vida útil estimada do respetivo ativo subsidiado, por dedução ao valor das depreciações/amortizações.

2.26. Locações

O Grupo avalia se um contrato é ou contém uma locação, no início do contrato. O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e o correspondente passivo de locação em relação a todos os contratos de locação em que é locatário, exceto para locações de curto prazo (definidos como locações com prazo de locação de 12 meses ou menos) e locações de ativos de baixo valor (como tablets e computadores pessoais, pequenos bens de mobiliário de escritório e telefones).

Para essas locações, o Grupo reconhece os pagamentos da locação como um gasto operacional de forma linear pelo prazo da locação, a menos que outra base sistemática seja mais representativa do padrão de tempo durante o qual os benefícios económicos dos ativos locados são gerados.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos não efetuados na data inicial de cada locação, descontados com base na taxa implícita no contrato de locação. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem:

- Pagamentos fixos da locação (incluindo pagamentos fixos em substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber associados à locação;
- Pagamentos variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, mensurados inicialmente com base no índice ou taxa na data de início do contrato;
- Montantes relativos a garantias de valor residual que se esperam vir a pagar;
- O preço de exercício de eventuais opções de compra, se o locatário considerar razoavelmente certo o seu exercício;
- e
- Pagamentos de penalidades de cancelamento antecipado do contrato de locação, se o prazo do contrato refletir o exercício de uma opção para rescindir antecipadamente o contrato.

O passivo de locação é apresentado em duas linhas separadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas “Passivos de locação com opção de compra” e “Passivos de locação sem opção de compra”.

O passivo de locação é mensurado subsequentemente com aumentos que refletem os juros vencidos sobre o passivo (através o método do juro efetivo) e com reduções que refletem os pagamentos efetuados.

O Grupo remensura o passivo de locação (e faz um ajuste correspondente ao ativo de direito de uso relacionado) sempre que: a) o prazo da locação altera ou ocorre um evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias, das quais resultem uma alteração na avaliação do exercício de uma opção de compra, caso em que o passivo da locação é remensurado através do desconto dos pagamentos da locação revistos, utilizando uma taxa de desconto revista; b) Os pagamentos da locação são alterados devido a alterações num índice ou numa taxa ou a uma alteração na expectativa de pagamento de um valor residual garantido; nesses casos, o passivo da locação é remensurado, descontando os pagamentos da locação revistos usando uma taxa de desconto inalterada (a não ser em circunstâncias em que alteração dos pagamentos resulte de uma alteração na taxa de juros flutuante, caso em que é utilizada uma taxa de desconto revista).

Um contrato de locação é modificado e a modificação da locação não é contabilizada como uma locação separada, caso em que o passivo da locação é remensurado com base no prazo modificado da locação modificada, descontando os pagamentos da locação revistos usando uma taxa de desconto revista na data efetiva da modificação. O Grupo não realizou nenhum ajuste dessa natureza durante os exercícios apresentados.

Os ativos por direito de uso compreendem a mensuração inicial do passivo correspondente, os pagamentos efetuados antes ou no dia do início da locação, deduzidos dos incentivos recebidos, e quaisquer custos diretos iniciais. São subsequentemente mensurados pelo custo, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que o Grupo incorre na obrigação de gastos para dismantelar e remover um ativo locado, restaurar o local em que o mesmo está localizado ou restaurar o ativo subjacente à condição exigida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, mensurada de acordo com o IAS 37. Na medida em que os gastos estejam relacionados com um ativo por direito de uso, os gastos serão incluídos no ativo por direito de uso relacionado, a menos que esses gastos sejam incorridos para produzir inventários.

Os ativos por direito de uso são depreciados pelo período mais curto entre o prazo da locação e a vida útil do ativo subjacente. Se uma locação transferir a propriedade do ativo subjacente ou o valor do ativo por direito de uso reflete que o Grupo espera exercer uma opção de compra, o ativo por direito de uso relacionado é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente. A depreciação inicia-se na data de início da locação. Os ativos por direito de uso são apresentados na demonstração da posição financeira na rubrica "Ativos fixos tangíveis".

O Grupo aplica a IAS 36 para determinar se um ativo por direito de uso se encontra em imparidade e contabiliza qualquer perda por imparidade identificada, conforme descrito na política "Ativos fixos tangíveis".

As locações de valor variável que não dependem de um índice ou taxa não são incluídas na mensuração do passivo de locação e do ativo por direito de uso. Os respetivos pagamentos são reconhecidos como gasto no período em que ocorre o evento ou condição que determina a ocorrência desses pagamentos, e são incluídos na rubrica "Outros gastos operacionais" na demonstração dos resultados.

2.27. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo no exercício em que os dividendos são aprovados pelo acionista e até ao momento da sua liquidação.

2.28. Rédito

O Grupo reconhece o rédito de acordo com o princípio nuclear introduzido pela IFRS 15, isto é, para refletir a transferência de bens e serviços contratados para os clientes, num montante correspondente à contraprestação que a entidade espera receber como contrapartida da entrega desses bens ou serviços, com base num modelo com 5 fases, nomeadamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho; (iii) determinação de um preço de transação; (iv) alocação do preço de transação a obrigações de desempenho e (v) reconhecimento do rédito quando ou à medida que a entidade satisfaz uma obrigação de desempenho.

As comissões, atribuídas a entidades terceiras pela Grupo na venda de bilhetes, são diferidas e registadas como gastos do exercício, de acordo com a periodização entre exercícios das respetivas receitas de transporte.

O valor da venda do transporte de passageiros e carga é, no momento da venda, registado como um passivo na rubrica “Documentos pendentes de voo”. Quando o transporte é efetuado ou a venda é cancelada, o valor da venda é transferido desta rubrica para rendimentos do exercício ou para uma conta a pagar consoante o transporte tenha sido: i) efetuado pelo Grupo ou a venda cancelada sem direito a reembolso, ii) efetuado por outra transportadora aérea ou a venda cancelada com direito a reembolso, respetivamente, por um montante geralmente diferente do registado no momento da venda. São efetuadas análises periódicas do saldo da rubrica de documentos pendentes de voo, de forma a corrigir os saldos dos bilhetes vendidos a fim de verificar os que já foram voados ou cujos cupões perderam a validade, não podendo, portanto, ser voados ou reembolsados.

O Grupo reconhece a receita de contratos de manutenção de acordo com o método da percentagem de acabamento, que é definido como o rácio entre os gastos incorridos em cada contrato até uma data determinada e os gastos estimado para completá-lo. As diferenças obtidas entre os valores decorrentes da aplicação do método da percentagem de acabamento ao total de receita estimada e os valores já faturados são registados nas rubricas de contas a receber, como credores por acréscimo de rendimentos (Nota 11). Além disso, o Conselho de Administração do Grupo considera que este método é o mais apropriado para medir o grau de cumprimento das obrigações de desempenho nos contratos de manutenção.

Quando é provável que os gastos totais de um contrato excedam a receita total, a perda esperada é reconhecida imediatamente como gasto. Note-se que os contratos de manutenção geralmente têm durações inferiores a 3 meses.

No programa passageiro frequente “TAP Miles&Go” (antigo “TAP Victoria”), o Grupo segue o procedimento de, em condições definidas e com base nos voos efetuados, atribuir milhas aos clientes aderentes ao referido programa de fidelização, as quais podem, posteriormente, ser utilizadas na realização de voos com condições preferenciais, nomeadamente tarifas reduzidas.

No momento da venda de um bilhete, o Grupo considera que tem uma obrigação de desempenho separada correspondente aos pontos do programa Miles&Go atribuídos. Com base no histórico do número de milhas atribuídas e não utilizadas nem caducadas no final de cada exercício, ajustadas da estimativa de milhas a expirar sem utilização, e na valorização unitária atribuída, o Grupo procede ao reconhecimento do diferimento do rédito estimado como correspondente à atribuição das milhas. A valorização das milhas é determinada usando o “stand-alone price”, que se baseia no valor médio equivalente do bilhete considerando o histórico da redenção de milhas. O rédito é assim reconhecido quando as milhas são utilizadas ou expiram, geralmente três anos após a data de emissão.

O rédito é reconhecido líquido de impostos indiretos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização.

2.29. Especialização dos exercícios

As empresas do Grupo registam os seus rendimentos e gastos, à medida que são gerados, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de outras contas a receber, outros ativos correntes, outras contas a pagar ou outros passivos correntes.

2.30. Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes, em que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja apenas possível, não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados nas notas, a menos que a possibilidade de se concretizar a saída de fundos, afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

São reconhecidas provisões para passivos que satisfaçam as condições previstas na Nota 2.22.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas são divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.31. Itens não recorrentes

De acordo com as disposições dos parágrafos 85 e 86 na IAS 1, os itens não recorrentes refletem rendimentos e gastos não usuais que devem ser reportados separadamente das habituais linhas da demonstração dos resultados, dada a sua magnitude e relevância para a compreensão das operações do Grupo. O Grupo procura apresentar uma medida de desempenho subjacente que não seja impactada por itens não recorrentes relevantes. Os itens classificados como não recorrentes incluem eventos significativos ou incomuns, não relacionados diretamente com a atividade operacional, nomeadamente no que diz respeito a eventos intrínsecos ao seu negócio, a atividade de aviação, conforme descrito nas Notas 30 e 31.

2.32. Fluxos de caixa consolidada

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na demonstração da posição financeira consolidada, na rubrica “Passivos remunerados correntes”, assim como os “Depósitos bancários restritos”.

Os fluxos de caixa são classificados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais, (2) atividades de investimento e (3) atividades de financiamento.

As atividades operacionais englobam, essencialmente, os recebimentos de clientes e os pagamentos a fornecedores e ao pessoal. Englobam, ainda, os pagamentos de impostos indiretos líquidos, do imposto sobre o rendimento e os pagamentos relacionados com benefícios de reforma.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos intangíveis e tangíveis.

Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamento de dividendos.

Os pagamentos de locações são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, como segue:

- a) Os pagamentos de locações que representam pagamentos em dinheiro da parcela principal dos passivos locação são apresentadas como fluxos de caixa resultantes de atividades de financiamento;
- b) Os pagamentos de locação que representam a parcela de juros também são apresentadas como fluxos de caixa resultantes de atividades de financiamento; e
- c) Os pagamentos de locação que não foram incluídos na mensuração dos passivos de locação, incluindo pagamentos variáveis, locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor, são apresentados como fluxos de caixa operacionais.

2.33. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam naquela data, são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos ocorridos, após a data de relato, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após aquela data, são divulgados, se materiais, nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2.34. Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato.

Estas estimativas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, baseados: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes e em alguns casos em relatos de peritos independentes e (ii) nas ações que o Grupo considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os seus resultados poderão ser diferentes destas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

As estimativas e as premissas, que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico dos ativos e passivos no exercício seguinte, são apresentadas abaixo:

→ **Imparidade do *goodwill* (Nota 6)**

O Grupo testa anualmente, para efeitos de análise de imparidade, o *goodwill* que regista na demonstração da posição financeira consolidada, de acordo com a política contabilística indicada na Nota 2.10. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas.

→ **Impostos diferidos (Nota 10)**

O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações, apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, o Grupo reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. O Grupo analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais.

→ **Benefícios pós-emprego (Nota 20)**

O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos demográficos e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 20. O Grupo tem como política rever periodicamente os principais pressupostos demográficos e financeiros, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras consolidadas.

→ **Reconhecimento de provisões e imparidades (Notas 11, 12 e 18)**

O Grupo tem diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus consultores legais, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

As imparidades de contas a receber são calculadas, com base no risco de crédito estimado para cada perfil de cliente e na situação financeira dos mesmos.

As imparidades de inventários são calculadas com base em critérios que atendem à natureza, finalidade de utilização, antiguidade e rotação de materiais.

→ **Programa de fidelização de clientes (Nota 23)**

O Grupo reconhece uma obrigação contratual, no âmbito do programa de fidelização de clientes "TAP Miles&Go", com base no valor unitário da milha, atendendo ao "stand-alone price". Alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

→ **Documentos pendentes de voo (Nota 22)**

Esta rubrica respeita ao montante de bilhetes emitidos a clientes a reconhecer aquando o voo. O Grupo procede a uma análise periódica do saldo da rubrica "Documentos pendentes de voo" por forma a corrigir os valores de bilhetes vendidos cujos cupões já não são válidos. A estimativa do montante desses cupões, que não poderão ser trocados ou reembolsados, requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas. Uma variação de 5% no valor da estimativa tem um impacto de 3,4 milhões de Euros na receita reconhecida.

→ **Vida útil e valor residual dos ativos fixos tangíveis (Nota 4)**

A determinação das vidas úteis dos ativos e o seu valor residual, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração consolidada dos resultados de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

→ **Loações (Notas 4 e 17)**

No contexto da adoção da IFRS 16, o Grupo reconhece ativos por direito de uso e passivos de locação sempre que um contrato de locação lhe atribua o direito a controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de um determinado montante. Para avaliar se existe controlo sobre o uso de um ativo identificável, o Grupo considera se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificável; (ii) tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante o prazo da locação; e (iii) tem o direito a controlar o uso do ativo. O Grupo

usa estimativas e aplica o seu julgamento na análise dos contratos de locação, em particular no que respeita às opções de cancelamento e renovação previstas nos contratos e na determinação da taxa incremental de financiamento a aplicar.

→ **Provisão de *redelivery* (Nota 21)**

O Grupo TAP incorre em responsabilidades por custos de manutenção em relação a aeronaves operadas em regime de locação sem opção de compra. Estas derivam de obrigações contratuais legais e construtivas relativas à condição da aeronave quando esta é devolvida ao locador. Para cumprir estas obrigações, o Grupo terá normalmente de realizar intervenções de manutenção estruturais durante o período de locação. O Grupo TAP especializa esta responsabilidade com base na utilização efetiva da aeronave, nomeadamente horas ou ciclos voados. Na mensuração desta responsabilidade são considerados vários pressupostos, sendo os mais relevantes: i) a utilização (horas de voo, ciclos etc) e condição da aeronave, ii) os custos esperados das intervenções estruturais de manutenção no momento em que se espera que ocorram e iii) a taxa de desconto utilizada.

Os principais pressupostos são revistos periodicamente, tendo em consideração a informação disponível, podendo existir circunstâncias que alterem de forma significativa a referida estimativa, como por exemplo a renegociação das condições de *redelivery* da aeronave, alteração significativa da utilização da aeronave e suas condições de navegabilidade, renegociação de contratos de locação, assim como alterações no custo das referidas manutenções estruturais. A estimativa do custo futuro da manutenção estrutural das aeronaves requer julgamento por parte do Conselho de Administração, pelo que alterações nos pressupostos utilizados pelo Grupo, no cálculo desta estimativa, podem ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

3 – Políticas de Gestão do risco financeiro

A gestão de risco é conduzida a nível estratégico pelo Grupo e objeto de acompanhamento permanente por parte dos órgãos de gestão. As linhas de orientação definidas e decisões adotadas no domínio da gestão de risco são elementos fundamentais para o posicionamento do Grupo face às ameaças externas que os mercados e a envolvente económico-financeira colocam. Dada a multiplicidade de cenários e desenvolvimentos possíveis, a estratégia de gestão de risco do Grupo incorpora elementos de flexibilidade e discricionariedade que permitam adaptação em tempo útil às alterações do contexto geral.

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, nomeadamente risco do preço do combustível, risco de preços das licenças a de CO₂, risco cambial, risco de taxa de juro, assim como risco de crédito e risco de liquidez.

A gestão de risco do Grupo é dirigida e acompanhada pelo Conselho de Administração sendo executada pelas áreas de gestão competentes do Grupo e, em particular, no respeitante a instrumentos financeiros de gestão de risco, incluindo operações de derivados de combustível, taxa de juro e cambiais, por parte do departamento de finanças corporativas, seguindo as linhas de orientação e políticas definidas e divulgadas bem assim como instruções específicas emitidas.

→ **Risco de mercado**

O Grupo encontra-se exposto a vários mercados geográficos, nomeadamente Europa, América do Sul, América do Norte e África.

Relativamente à atividade de transporte aéreo, diversos mercados contribuíram significativamente para o crescimento global das vendas e receitas em 2019, com ênfase nos mercados Norte Americano e Português.

De referir que o Grupo beneficiou e contribuiu para o crescimento do turismo no Mercado Português, que tem atingido sucessivamente diversos recordes em vários indicadores, desde os níveis de ocupação dos hotéis, o número de dormidas e o número de turistas estrangeiros, bem como o nível da balança externa do país em viagens e Turismo e a entrada em operação de novos hotéis.

No Mercado Europeu, a competição baseia-se em: (i) preço, nomeadamente dependendo da rota e do tipo de cliente (lazer ou negócios) e (ii) modelos de negócio e redes de rotas que as companhias usam para ajustar os seus serviços às necessidades dos clientes. Este produto diferenciado incorpora elementos como a fiabilidade, regularidade, pontualidade, diversidade de horários, frequência de voos, conforto do equipamento, qualidade dos produtos e qualidade da experiência de voo. O Grupo adaptou a sua rede aos requisitos dos clientes, priorizando a rentabilidade.

Relativamente às características dos aviões, nomeadamente o nível de conforto, modernidade, avanços tecnológicos, economia de uso, baixo consume, baixo ruído, baixas emissões e flexibilidade em termos de autonomia de voo. A renovação da frota do Grupo para uma das mais novas da Europa apresenta-se como uma vantagem competitiva fundamental. De facto, no âmbito do plano estratégico de renovação global da sua frota, 28 aviões foram adicionados durante 2019, nomeadamente: 14 A330neo, 6 A320neo, 4 A321neo e 4 A321neo LR. Anteriormente, de 2016 a 2018, um plano de remodelação abrangente da frota para 48 aviões também foi desenvolvido.

Se as iniciativas já implementadas pelo Grupo não tiverem os efeitos desejados de melhoria de frota, melhoria de serviço ou atratividade de preço, e se o Grupo não complete de forma bem sucedida o seu plano de reestruturação de frota, as receitas e resultados do Grupo TAP podem ser negativamente impactados no futuro.

→ **Risco do preço do combustível**

Nos mercados da aviação comercial, as companhias aéreas estão particularmente sujeitas ao impacto de alterações nos mercados internacionais de energia que determinam os seus custos com combustíveis. Este custo é a componente com mais peso na estrutura de custos de exploração do Grupo. Por outro lado, trata-se de uma componente de custo com uma extrema volatilidade e que é não só determinante para o resultado de exploração, como também para a definição das condições tarifárias e políticas de mercado, em cada ano.

O ano de 2019 assistiu a uma queda do preço do combustível: o barril de brent reduziu de 71,15 USD para 64,03 USD, representando uma redução de cerca de -10,0%. No entanto, este período foi marcado por um alto nível de volatilidade no mercado de energia, com o preço do barril de Brent a flutuar entre um valor máximo de 73,9 USD e um valor mínimo

de 52,80 USD durante esse período. Adicionalmente, o preço médio por tonelada de jet fuel manteve-se nos 631,7 USD em 2019, em comparação com 687,7 USD em 2018, registando uma redução de -8,1%.

Durante o ano de 2019, o Grupo realizou operações de fixação de preço de combustível que contribuíram para mitigar o impacto da subida do custo do combustível (Nota 10).

A Empresa está igualmente sujeita a alterações nos preços das licenças de CO₂, as quais são adquiridas todos os anos para cumprir com as regras da EU. A Empresa não tem uma política de cobertura deste risco implementada. Durante 2019 os preços do CO₂ oscilaram entre 18,7 Euros e 29,8 Euros.

Em 31 de dezembro de 2019 uma variação (positiva ou negativa) de 10%, no preço do jet fuel, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 77 milhões de Euros.

→ **Risco cambial**

A exposição do Grupo a variações cambiais resulta da presença em diversos mercados geográficos afetando diversas rubricas de custos relevantes e diversos ativos e passivos. No conjunto dos mercados onde a TAP está presente, a exposição cambial é significativa em função da operação em mais de 100 rotas, em três continentes, e ainda dada a posição de relevo nas rotas entre a Europa e o continente americano, em termos de atividade de transporte aéreo. Adicionalmente aos riscos inerentes às flutuações da taxa de câmbio do mercado e às decisões de política cambial das autoridades monetárias, no caso de países com regimes cambiais controlados, somam-se os riscos soberanos, como é o caso da Venezuela.

Apesar da forte diversificação geográfica da atividade comercial e da atividade operacional do Grupo, grande parte das vendas são efetuadas em mercados cuja divisa oficial é o euro, ou cuja divisa está em regime de câmbio fixo com a zona euro. Assim, a preocupação do Grupo centra-se na possibilidade de oscilações nos proveitos obtidos nos restantes mercados, dos quais se destacam, o brasileiro, o americano e o angolano.

Em 2019, o percentual da receita de bilhetes no Brasil em relação à receita total de receita do Grupo diminuiu em relação ao ano anterior, permanecendo próxima de 25%. Além da venda regular de bilhetes para clientes em BRL, o Grupo também realiza vendas a prestações (geralmente a 12 meses) em BRL em condições específicas de mercado, e também celebra contratos especiais com adquirentes / bancos para antecipação de recebíveis. A volatilidade que caracteriza a moeda brasileira tem consequências a nível da política tarifária, obrigando a grande flexibilidade na gestão da capacidade e a rápida reação na gestão de rede e pricing no sentido de mitigar os efeitos da concorrência e manter taxas de ocupação satisfatórias. Tendo em vista reduzir o impacto da volatilidade cambial, realizaram-se durante este ano várias operações de proteção de câmbio de BRL/EUR. Em 2019, a taxa de câmbio média do EUR/BRL foi de 4.421 (vs. 4.308 em 2018), o que representa uma depreciação média do BRL contra o EUR de cerca de -2,6%.

No final de 2019, o mercado americano representava, no conjunto de vendas de passagens, cerca de 14% do total, aumentado cerca de 3 pontos percentuais comparativamente ao ano anterior.

A exposição ao dólar que daí advém é importante para contrabalançar a exposição líquida adversa à divisa que o Grupo tem em parte substancial dos seus custos. As perspetivas continuam a ser de crescimento e expansão no mercado norte-americano, dado que a expansão no Atlântico Norte constitui um elemento da estratégia comercial e uma fonte de diversificação relevante em termos económicos e também em termos cambiais.

Outros mercado com uma expressão cambial relevante em receitas do Grupo é o mercado angolano, embora apenas uma parcela desse mercado seja denominado em kwanzas. No final de 2019, os ativos denominados em Kwanzas representavam cerca de 2% do total de ativos denominados em moeda estrangeira.

Os diversos custos existentes em divisas do Grupo são responsáveis pelo desequilíbrio significativo na sua balança cambial, sendo esta deficitária em relação ao dólar. Em termos genéricos, as rubricas de custos do Grupo são, na sua grande maioria, dependentes do euro, dólar e real, tendo as restantes divisas, uma expressão reduzida. O dólar, contudo, é a moeda de referência a nível da aviação e abrange inputs tão importantes e diversos como combustível, locação de aeronaves, materiais e serviços de manutenção, seguros de aviação, taxas de navegação e aeroportuárias em muitas das áreas geográficas onde o Grupo opera. No caso concreto de combustíveis, mesmo em contratos objeto de faturação e liquidação em euros, designadamente no mercado português, o cálculo de valores a cobrar é indexado, e estabelecido por referência, à cotação do dólar face ao euro, constituindo o gasto com combustível uma exposição quase integral ao dólar, na qual se excetuam apenas determinadas taxas e comissões comerciais, com peso marginal na fatura global com combustíveis.

Também no caso de locações, o mercado funciona denominado em dólares desde as rendas mensais às reservas de manutenção ou aos depósitos de garantia. A manutenção de aeronaves é outra fonte de exposição ao dólar que nem sempre é repercutida no cliente final em termos de faturação nessa divisa. Os diversos materiais incorporados na frota do Grupo são também, normalmente, adquiridos em dólares. A nível estritamente financeiro, ainda, dado que alguns empréstimos do Grupo são, igualmente, denominados em dólares, também os respetivos juros e reembolsos de capital são responsabilidades e exposição adicional à divisa americana. Em final de 2019, 12% da dívida remunerada do Grupo estava denominada em dólares, contra 8% em final de 2018. Note-se que, como mencionado anteriormente, o aumento nas receitas denominadas em dólares reduz a exposição do património líquido do Grupo a esta moeda.

A introdução da IFRS 16 trouxe mudanças significativas em termos de impacto da taxa de câmbio no balanço, principalmente devido ao reconhecimento do passivo relacionado com a locação sem opção de compra de rendas futuras. Em dezembro de 2019, o Grupo registrou passivos de locação sem opção de compra de 2.084 milhões de euros, denominados em USD. Em relação às obrigações contratuais com manutenção estrutural, as respetivas despesas são capitalizadas no direito de uso, sujeitas a depreciação, em vez de serem reconhecidas como despesa de manutenção na demonstração dos resultados.

A exposição ao dólar tem também uma dimensão de longo prazo resultante das responsabilidades assumidas com a compra de aeronaves no quadro atual de investimentos contratualizados com a Airbus. A encomenda firmada com este fabricante, relativamente a 36 aeronaves, a serem entregues nos próximos anos, traduz-se numa exposição ao dólar, a médio e longo prazo, de um valor muito material, mas significa, ainda, no curto prazo, um esforço de investimento anual de montantes elevados, em dólares, a título de adiantamentos pagos ao fabricante.

A exposição do Grupo ao risco cambial em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base em sua posição financeira, de ativos e passivos financeiros convertidos em euros às taxas de câmbio da data do balanço, é apresentada como segue:

	2019				
	USD	BRL	AOA	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	225.287	11.664	12.386	13.812	263.149
Outros ativos financeiros (Nota 9)	5.528	-	-	-	5.528
Contas a receber - clientes	26.333	132.038	942	15.344	174.657
Contas a receber - outros	241.831	44.180	37	7.615	293.663
	498.979	187.882	13.365	36.771	736.997
PASSIVOS					
Passivos remunerados e Passivo de locação com opção de compra (Nota 19)	164.032	862	-	-	164.894
Passivo locação sem opção de compra (Nota 19)	2.084.699	-	-	-	2.084.699
Contas a pagar - fornecedores	47.303	7.062	409	7.152	61.926
Contas a pagar - outros	51.534	14.779	1.548	5.788	73.649
	2.347.568	22.703	1.957	12.940	2.385.168

	2018				
	USD	BRL	AOA	OUTRAS	TOTAL
ATIVOS					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	87.532	7.312	5.188	14.490	114.522
Outros ativos financeiros (Nota 9)	13.873	-	-	172	14.045
Contas a receber - clientes	47.112	62.013	1.034	14.975	125.134
Contas a receber - outros	139.317	57.759	549	6.025	203.650
	287.834	127.084	6.771	35.662	457.351
PASSIVOS					
Passivos remunerados e Passivo de locação com opção de compra (Nota 19)	62.447	-	-	-	62.447
Contas a pagar - fornecedores	52.710	20.353	1.419	8.876	83.358
Contas a pagar - outros	135.556	12.398	938	5.590	154.482
	250.713	32.751	2.357	14.466	300.287

De referir que, em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de outros ativos financeiros inclui o montante de 4.880 milhares de Euros referentes às “Obrigações do Tesouro de Angola”, indexadas ao dólar, que comparam com o montante de 13.225 milhares de Euros no final de 2018.

Em 31 de dezembro de 2019, uma variação (positiva ou negativa) de 10%, de todas as taxas de câmbio com referência ao euro, resultaria num impacto nos resultados do exercício de, aproximadamente, 165 milhões de Euros, que comparam com o montante de 16 milhões de Euros em 2018. Esse aumento significativo em relação ao período anterior deve-se, essencialmente, à adoção do IFRS 16, que fez com que passivos denominados em dólares aumentassem significativamente.

→ Risco taxa de juro

O montante do financiamentos de taxa fixa no total da dívida do Grupo aumentou de 22% em 2018 para 69% em 2019, no final do ano. A maioria dos financiamentos de taxa variável, que corresponde a aproximadamente 31% do total, vence juros à Euribor, acrescidos da margem contratual e, sendo este índice negativo, ao longo de 2019, o valor aplicado nas respetivas operações foi zero, de acordo com o floor imposto pelas entidades financiadoras. Consequentemente, durante 2019 todos os créditos em euros a taxas variáveis tiveram apenas a margem contratual como custo.

Em 2019, o Grupo continuou a atingir o objetivo de diversificar suas fontes de financiamento, estendendo o prazo médio da dívida e suavizando o perfil de amortização da dívida, com as seguintes operações realizadas no período:

- O Grupo emitiu uma emissão privada de empréstimo obrigacionista, integralmente subscrita em 17 de janeiro de 2019, no montante de 137 milhões de Euros, com maturidade em 2034 e uma taxa de juro anual fixa de 3,873%. O cumprimento do reembolso das obrigações de capital e juros relativos a este empréstimo obrigacionista beneficia de um penhor sobre um depósito bancário constituído pelo emitente para este propósito específico (apresentado, na demonstração da posição financeira, como uma dedução à dívida financeira líquida) e de garantias adicionais sobre direitos contratuais que não afetam quaisquer ativos reconhecidos na Demonstração da Posição Financeira do Grupo.
- A TAP S.A. fez uma oferta pública de obrigações a 4 anos, com uma taxa de juro anual fixa de 4,375%, no montante de 200 milhões, denominado “TAP 2019-2023 Bonds”. A emissão, física e em termos de conclusão financeira da transação, bem como a admissão à negociação na Euronext Lisbon, ocorreu em 24 de junho de 2019.
- Em dezembro de 2019, o Grupo também realizou uma oferta pública de obrigações a 5 anos, com a taxa de juro fixa de 5,625% anual, no montante de 375 milhões de euros, denominada “TAP 2019-2024 Bonds”. A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu em 2 de dezembro de 2019.

O risco de taxa de juro não se materializou, de forma significativa, nos anos recentes dado o prolongado período de taxas de juro, próximas de zero, que se tem verificado na Europa. Contudo, ao longo de 2019, as taxas de juro em dólares reduziram. Os impactos futuros de uma subida do nível geral das taxas de juro, quer no dólar, quer no euro, serão relevantes para o Grupo, não apenas no referente à dívida existente, mas também no que se refere a valores de dívida a contratar no futuro em resultado dos investimentos programados na frota.

As taxas de juro também são um fator que aumenta os gastos de operações de locação, sendo que, normalmente, o nível das taxas de juro de longo prazo se refletem nos resultados gerados pelas aeronaves.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos financeiros com exposição à taxa de juro, por tipo de taxa de juro, são os seguintes:

	2019					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	108.355	106.956	122.400	29.822	-	367.533
Passivos de locações com opção de compra	24.984	16.882	53.545	-	-	95.411
	133.339	123.838	175.945	29.822	-	462.944
Taxa fixa						
Empréstimos	18.380	7.496	586.833	142.752	81.290	836.751
Passivos de locações com opção de compra	11.028	11.348	37.469	88.297	31.730	179.872
	29.408	18.844	624.302	231.049	113.020	1.016.623
Total	162.747	142.682	800.247	260.871	113.020	1.479.567
% taxa fixa	18%	13%	78%	89%	100%	69%

	2018					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	142.667	155.076	270.408	37.218	-	605.369
Passivos de locações com opção de compra	24.662	18.607	33.665	9.342	-	86.276
	167.329	173.683	304.073	46.560	-	691.645
Taxa fixa						
Empréstimos	8.095	13.660	18.682	110.161	-	150.598
Passivos de locações com opção de compra	5.812	6.087	6.703	27.606	-	46.208
	13.907	19.747	25.385	137.767	-	196.806
Total	181.236	193.430	329.458	184.327	-	888.451
% taxa fixa	8%	10%	8%	75%	0%	22%

O Grupo TAP utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados, de um aumento ou diminuição imediato das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática, as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam os rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros, em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas, se estes estiverem reconhecidos ao justo valor.

Sob estas premissas e considerando igualmente: (i) pressupostos teóricos de taxa de juro e de taxa de câmbio eurodólar e (ii) que o ritmo de amortização intra-anual é linear para efeito de cálculo dos juros futuros (pressuposto simplificador), um aumento ou diminuição de 0,5% em taxas de juro de mercado, para todas as moedas em que o Grupo tem empréstimos com taxa variável, a 31 de dezembro de 2019 resultaria numa diminuição ou aumento do montante dos juros vincendos de, aproximadamente, 5 milhões de Euros (2018: 8 milhões de Euros).

Na Nota 19 encontra-se apresentado o detalhe da dívida remunerada.

→ **Risco de liquidez**

O risco de liquidez do Grupo é, uma confluência dos fatores que resultam da exploração, do financiamento existente e respetivo serviço da dívida, das condições de negociação de novas operações, de perdas ou ganhos cambiais e de atividades de investimento, quando significativas. O Grupo tem que assegurar anualmente um serviço da dívida que, embora devidamente planeado e distribuído no tempo, tem peso na tesouraria e tem que ser regularmente avaliado face aos desenvolvimentos ocorridos no exercício. Eventuais disfuncionalidades verificadas nos mercados financeiros, como as que ocorreram aquando da crise das dívidas soberanas, ou eventuais choques de mercado a nível de gastos ou rendimentos correntes, condicionam, com maior ou menor intensidade, a tesouraria, a liquidez, o equilíbrio económico-financeiro e a prosperidade do Grupo.

Outra situação que afeta o risco de liquidez do Grupo é a impossibilidade de expatriar caixa de mercados internacionais onde o Grupo opera, por escassez de moeda. Em 2019, no caso de Angola, o Grupo TAP conseguiu expatriar grande parte do valor de caixa deste país.

A liquidez do Grupo revela um aumento significativo no final de 2018, de 233,2 milhões de Euros para 435 milhões de Euros no final do ano, o aumento da posição de liquidez foi impulsionado pela Oferta Pública de Títulos de novembro, sendo que parte foi utilizada para o pagamento da dívida existente. O Grupo negociou em 2019 nos contratos de locação sem opção de compra existentes, a substituição do pagamento de Reservas de Manutenção e Depósitos de garantia por cartas de crédito. Em 2018, também foi possível executar operações futuras de leasing de algumas aeronaves, incluindo pagamentos antes da entrega, o que permitiu minimizar o consumo de liquidez resultante do pagamento de altos adiantamentos à Airbus. O Grupo também tem a capacidade de antecipar recebíveis de seu mercado brasileiro, que em 31 de dezembro de 2019 totalizavam 105,9 milhões de Euros.

No quadro abaixo, englobando capital e juros, assumiram-se pressupostos teóricos relativos a taxas de juro de mercado e câmbio do eurodólar. Os valores de passivo expressam os valores a pagar nos prazos indicados, incluindo a estimativa de todos os fluxos de caixa contratuais com amortização e juros, não descontados, até ao final da vida dos empréstimos. Considerou-se um pressuposto simplificador de ritmo de amortização intra-anual linear para efeito de cálculo dos juros futuros:

	2019						Total
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Empréstimos	90.442	83.671	163.113	782.121	279.651	-	1.398.998
Passivos de locações com opção de compra	24.626	24.500	40.529	118.267	109.803	33.867	351.592
Passivos de locações sem opção de compra	174.164	178.169	302.518	631.498	679.742	129.630	2.095.721
Total	289.232	286.340	506.160	1.531.886	1.069.196	163.497	3.846.311

	2018						Total
	< 6 meses	6 meses - 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Empréstimos	83.761	88.978	186.988	306.425	182.316	-	848.468
Passivos de locações com opção de compra	20.797	14.713	29.112	49.326	43.183	-	157.131
Total	104.558	103.691	216.100	355.751	225.499	-	1.005.599

→ Risco de crédito

O quadro seguinte apresenta elementos relativos aos ativos do Grupo a 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como saldos de contas a receber, que refletem o risco máximo de crédito nessas mesmas datas:

	2019	2018
Ativos não correntes		
Depósitos judiciais - Brasil (Nota 11)	42.176	39.927
Outros ativos financeiros e contas a receber (Notas 9 e 11)	148.040	66.856
Ativos correntes		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	435.024	233.204
Outras contas a receber - clientes (Nota 11)	233.941	165.231
Outros ativos financeiros e contas a receber (Notas 9 e 11)	223.705	169.408
	1.082.886	674.626

O Grupo aplica a abordagem simplificada prevista na IFRS 9 para mensurar as perdas de crédito esperadas, a qual utiliza uma expectativa de perdas esperadas para todas as contas a receber. Para medir as perdas de crédito esperadas, as

contas a receber foram agrupadas com base nas características de risco de crédito comuns e no vencimento. As taxas de perdas esperadas baseiam-se nos perfis de pagamento das vendas e serviços prestados ao longo de um período de 36 meses antes de 31 de dezembro de 2018 ou 1 de janeiro de 2018, respetivamente, e das perdas de crédito históricas correspondentes verificadas durante este período. Decorrente da análise realizada, e atendendo ao facto de parte substancial das receitas do Grupo ser recebida antecipadamente, a taxa de perda de crédito esperada é muito reduzida e, conseqüentemente, os impactos decorrentes imateriais.

Do valor total de contas a receber de clientes, os saldos das companhias de aviação e de agências de viagens, conforme identificado na Nota 11, são regularizados, principalmente, através dos sistemas IATA Billing and Settlement Plan (“BSP”) e IATA Clearing House (“ICH”), o que minimiza, substancialmente, o risco de crédito do Grupo.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses. Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada, e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade.

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo realizou *predelivery payments* à Airbus com vista à aquisição de novas aeronaves e celebrou contratos de *leasing* operacional para a aquisição de aeronaves, nos quais paga aos *lessors* reservas de manutenção e cauções. Na análise das perdas de crédito destes montantes, o Grupo considera a situação financeira das contrapartes, bem como todas as transações que tem em curso com as mesmas.

Além da gestão financeira, no curto e longo prazo, e da gestão de tesouraria, também no âmbito da gestão do ativo corrente foi sendo dado um acompanhamento rigoroso à monitorização das posições de clientes e à repercussão dos efeitos da crise económica na qualidade creditícia destes, tendo sido possível limitar o agravamento, por exemplo, dos ajustamentos a um valor pouco significativo para a dimensão da atividade.

Em novembro de 2019, a TAP obteve um rating de crédito pela primeira vez junto de duas agências de crédito internacionais, tendo-lhe sido atribuído um *rating* BB- (preliminar, Outlook estável) pela Standard & Poor’s e um *rating* B2 (Outlook estável) pela Moody’s Investors Service.

→ **Gestão do Capital**

O objetivo do Grupo em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira consolidada, é manter uma estrutura de capital equilibrada. A contratação de dívida

é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como o custo do financiamento e as necessidades de tesouraria.

Relativamente ao passivo remunerado, corrente e não corrente, verificou-se, uma subida de cerca de 59% face a 2018. A dívida do Grupo tem uma medida contabilística rigorosa, que pode ser analisada e medida de forma mais abrangente e substancial, englobando agregados cujo comportamento é, nalguns aspetos, similar a financiamentos. Trata-se do caso das locações sem opção de compra, especialmente de aeronaves, à qual estão ligados também diversos fatores de risco similares aos dos financiamentos. O incremento do conjunto de encargos com aeronaves em locação sem opção de compra corresponde a um aumento de responsabilidades futuras significativas, na medida em que se trata de contratos de médio e longo prazo, que se assemelham ao pagamento faseado de dívida, embora sem risco de valor residual do bem no termo da respetiva locação. Para além da renovação e expansão de frota, em regime de locação, será relevante para a gestão de risco, e em termos de retorno do capital investido, o aumento futuro de dívida que venha a ocorrer, nos próximos anos, sob a forma de financiamento, ou sob a forma de locação sem opção de compra, associado ao ciclo de investimento na nova frota do Grupo.

4 – Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo fixo tangível, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade, foi como segue:

2019											
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Direito de uso de ativos	Total
Ativo Bruto											
Saldo inicial	41.616	348.217	1.549.222	6.219	37.124	65.636	12.932	41.289	96.915	-	2.199.170
Adoção IFRS 16 (Nota 2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	939.992	939.992
Adições	-	1.063	223.820	650	2.622	2.941	329	29.339	20.638	1.615.833	1.897.235
Alienações	-	-	(632.550)	(112)	(1.922)	(103)	-	(24.489)	-	-	(659.176)
Outras transferências/abates	(482)	(104)	(15.967)	9	(40)	7.608	(83)	(3.941)	(42.324)	(30.382)	(85.706)
Diferenças de câmbio	(8)	(52)	(179)	(3)	(146)	(54)	-	(35)	-	-	(477)
Saldo final	41.126	349.124	1.124.346	6.763	37.638	76.028	13.178	42.163	75.229	2.525.443	4.291.038
Depreciações Acumuladas											
Saldo inicial	-	268.831	1.283.612	5.421	24.512	62.984	11.259	-	-	-	1.656.619
Dotações (Nota 32)	-	5.812	63.253	335	1.322	1.888	379	-	-	333.355	406.344
Perdas de imparidade reconhecidas (Nota 32)	-	-	3.962	-	-	-	-	-	-	-	3.962
Alienações	-	-	(614.007)	(64)	(1.609)	(96)	-	-	-	-	(615.776)
Outras transferências/abates	-	(51)	(22.754)	(59)	(40)	7.123	(83)	-	-	(30.382)	(46.246)
Diferenças de câmbio	-	(29)	(148)	(2)	(112)	(49)	-	-	-	-	(340)
Saldo final	-	274.563	713.918	5.631	24.073	71.850	11.555	-	-	302.973	1.404.563
Valor líquido	41.126	74.561	410.428	1.132	13.565	4.178	1.623	42.163	75.229	2.222.470	2.886.475

2018											
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Outros ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis	Direito de uso de ativos	Total
Ativo Bruto											
Saldo inicial	41.716	349.140	1.518.969	6.173	36.464	65.532	12.643	49.462	180.850	-	2.260.949
Adições	-	601	88.872	314	1.739	1.438	429	37.145	42.367	-	172.905
Alienações	(25)	(128)	(63.448)	(168)	(6)	(429)	-	(27.238)	-	-	(91.442)
Outras transferências/abates	(17)	(1.014)	6.152	(92)	13	(527)	(140)	(17.825)	(126.302)	-	(139.752)
Diferenças de câmbio	(58)	(382)	(1.323)	(8)	(1.086)	(378)	-	(255)	-	-	(3.490)
Saldo final	41.616	348.217	1.549.222	6.219	37.124	65.636	12.932	41.289	96.915	-	2.199.170
Depreciações Acumuladas											
Saldo inicial	-	264.170	1.286.326	5.330	23.778	63.101	11.032	-	-	-	1.653.737
Dotações (Nota 32)	-	5.818	58.264	328	1.446	1.154	367	-	-	-	67.377
Perdas de imparidade reconhecidas (Nota 32)	-	-	7.543	-	-	-	-	-	-	-	7.543
Alienações	-	(52)	(60.312)	(118)	(4)	(429)	-	-	-	-	(60.915)
Outras transferências/abates	-	(921)	(7.116)	(111)	(22)	(510)	(140)	-	-	-	(8.820)
Diferenças de câmbio	-	(184)	(1.093)	(8)	(686)	(332)	-	-	-	-	(2.303)
Saldo final	-	268.831	1.283.612	5.421	24.512	62.984	11.259	-	-	-	1.656.619
Valor líquido	41.616	79.386	265.610	798	12.612	2.652	1.673	41.289	96.915	-	542.551

Em 31 de dezembro 2019 a rubrica Direito de uso detalha-se como segue:

	2019					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico			Equipamento de transporte	
		Leasing de aviões e reatores	ACMI	Redelivery e Manutenção		
Ativo Bruto						
Adoção IFRS 16	4.590	819.596	99.042	32.176	792	939.992
Adições	-	1.471.983	-	129.182	20	1.615.833
Abates e regularizações	-	(30.382)	(1.556)	-	-	(30.382)
Saldo final	4.590	2.261.197	97.486	161.358	812	2.525.443
Depreciações Acumuladas						
Depreciações (Nota 32)	3.452	248.602	30.027	50.986	288	333.355
Abates e regularizações	-	(30.382)	-	-	-	(30.382)
Saldo final	3.452	218.220	30.027	50.986	288	302.973
Valor líquido	1.138	2.042.977	67.459	110.372	524	2.222.470

A rubrica Direito de uso inclui um montante de 55.423 Euros relacionado com *leasings* da Azul (Nota 36).

Os terrenos e os edifícios e outras construções, da sede, foram transferidos para a propriedade da TAP S.A. ao abrigo do Decreto-Lei nº 351/89 de 13 de outubro.

Para garantia do pagamento dos montantes devidos ao abrigo de um contrato de mútuo, com instituição nacional, no montante de 75 milhões de Euros, foi constituída uma hipoteca sobre um prédio urbano da TAP S.A. Empresa, composto por vinte e nove edifícios para escritório, oficinas de material de construção e outros, sito no Aeroporto de Lisboa (Nota 19). Em 31 de dezembro de 2019, o montante relativo ao contrato mutuo era de aproximadamente 67,5 milhões de Euros.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 223.820 milhares de Euros respeitam, maioritariamente, a: (i) aquisição de uma aeronave no montante de cerca de 106.488 milhares de Euros e (ii) capitalização de despesas de manutenção da estrutura de aeronaves detidas ou no âmbito de um contrato de locação com opção de compra no valor aproximado de 55.373 milhares de Euros, (iii) aquisição de dois reatores ao abrigo de contratos de locação com opção de compra no valor de 30.420 milhares de Euros, e (iv) aquisição de sobressalentes no valor de 17.137 milhares de Euros.
- Adicionalmente, a alienação dos A340 ocorrida em 2019 originou um perda de aproximadamente 1.200 milhares de Euros.
- Alienações de equipamento básico no valor líquido de 18.543 milhares de Euros, respeita essencialmente à venda de três aeronaves (A330), as quais geraram um ganho no valor de 7.327 milhares de Euros.
- As adições de outros ativos em curso no montante de 29.339 milhares de Euros respeitam essencialmente a adiantamentos para a aquisição futura de aeronaves.

- O aumento verificado na rubrica Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis no valor de 20.638 milhares de Euros respeita, essencialmente, a adiantamentos à Rolls Royce “Total Care”.
- O aumento verificado no Direito de uso no montante de 1.615.833 milhares de Euros respeita a novos contratos de leasings.

As principais incidências ocorridas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são conforme segue:

- As adições de equipamento básico no montante de 86.872 milhares de Euros respeitam, essencialmente, a: (i) capitalização de despesas de manutenção estrutural das aeronaves detidas ou ao abrigo de um contrato de locação no valor aproximado de 37.876 milhares de Euros e (ii) aquisição de dois reatores ao abrigo dos contratos de locação com opção de compra no valor de 33.908 milhares de Euros.
- As transferências e abates de equipamento básico respeitam, essencialmente, to abates de sobressalentes e outros equipamentos diversos de manutenção.
- As aquisições de Outros ativos em curso no montante de 37.145 milhares de Euros, respeitam, essencialmente, a equipamento para a futura frota NEO no montante de 31.465 milhares de Euros.
- As alienações de outros ativos em curso no valor de 27.238 milhares Euros respeitam, essencialmente a equipamento adquirido inicialmente pela TAP S.A. para incorporação em novas aeronaves ao abrigo do *Purchase Agreement* com a Airbus, os quais foram alienados ao fabricante pelo custo de aquisição.
- O aumento verificado na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” no montante de 42.367 milhares de Euros refere-se a (i) *predelivery payments* para futura aquisição de aeronaves no valor de 25.691 milhares de Euros (ii) adiantamento de fornecedores relacionados com projetos de investimentos de equipamentos da frota de médio e longo curso no valor de 13.710 milhares de Euros, e (iii) adiantamentos realizados para a aquisição de reatores no valor de 3.506 milhares de Euros.
- O montante de 126.302 milhares de Euros de outras transferências e abates na rubrica “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” respeitam, essencialmente à transferência para a TAP S.A. da posição contratual relacionada com o *predelivery payment* de 12 aeronaves para as entidades locadoras, no montante de 122.675 milhares de Euros.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de gastos/reversões de depreciação e de amortização da demonstração dos resultados pela sua totalidade (Nota 32).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Equipamento básico” tinha a seguinte composição:

	2019			2018		
	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Equipamento de voo						
Frota aérea	35.986	(63.166)	(27.180)	636.163	(609.095)	27.068
Reatores de reserva	8.226	(2.256)	5.970	11.967	(7.812)	4.155
Sobressalentes	138.076	(92.664)	45.412	125.420	(92.317)	33.103
	182.288	(158.086)	24.202	773.550	(709.224)	64.326
Equipamento de voo em regime locação com opção de compra						
Frota aérea	761.079	(465.302)	295.777	622.184	(473.980)	148.204
Reatores de reserva	72.803	(7.430)	65.373	33.908	(524)	33.384
	833.882	(472.732)	361.150	656.092	(474.504)	181.588
Máquinas e aparelhagem diversa	108.176	(83.100)	25.076	119.580	(99.884)	19.696
	1.124.346	(713.918)	410.428	1.549.222	(1.283.612)	265.610

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a frota aérea operada pelo Grupo decompõe-se da seguinte forma:

	2019				2018					
	Propriedade Grupo TAP	Passivo locação com opção de compra	Passivo locação sem opção de compra	ACMI	Total	Propriedade Grupo TAP	Passivo locação com opção de compra	Passivo locação sem opção de compra	ACMI	Total
Airbus A340	-	-	-	-	-	4	-	-	-	4
Airbus A330	-	-	7	-	7	3	-	14	-	17
Airbus A330 NEO	-	1	16	-	17	-	-	3	-	3
Airbus A319	2	7	9	-	18	-	9	12	-	21
Airbus A320	-	5	14	-	19	-	5	16	-	21
Airbus A320 NEO	-	-	7	-	7	-	-	1	-	1
Airbus A321	-	2	2	-	4	-	2	2	-	4
Airbus A321 NEO	-	-	8	-	8	-	-	4	-	4
Airbus A321 NEO LR	-	-	4	-	4	-	-	-	-	-
Embraer 145	1	-	-	-	1	7	-	-	-	7
Embraer 190	-	-	9	-	9	-	-	9	-	9
Embraer 195	-	-	4	-	4	-	-	4	-	4
ATR 72	-	-	-	8	8	-	-	-	8	8
	3	15	80	8	106	14	16	65	8	103

No decorrer do ano de 2019 ocorreram as seguintes alterações na frota aérea:

- *phase-in* de dois A321 NEO LR e oito A330 NEO, no âmbito do contrato com a Airbus;
- *phase-in* de seis A320 NEO, quatro A321 NEO, dois A321 NEO LR e seis A330 NEO;
- *phase-out* de sete aeronaves A330, duas A320 e três A319;
- alienação das três aeronaves A330, quatro aeronaves A340 e seis aeronaves Embraer 145.

No decorrer do ano de 2018 ocorreram as seguintes alterações na frota aérea:

- entrada em operação / *phase in* das quatro primeiras aeronaves da frota NEO contratadas previamente com a Airbus, dois A321 NEO e dois A330 NEO. De referir que um dos A330 NEO só começou a operação comercial em 2019;
- entrada em operação / *phase in* de quatro aeronaves *placement* (um A320 NEO, dois A321 NEO e um A330 NEO). De salientar que a aeronave A330 NEO só começou a operação comercial em 2019;
- *phase-in* de duas aeronaves da Aigle Azur: uma aeronave A319 e uma aeronave A320;
- *phase-out* de uma aeronave A319 em novembro de 2018;

→ *phase-out* de uma aeronave A330 em junho de 2018.

5 – Propriedades de Investimento

No exercício findo a 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos registrados em propriedades de investimento foram com se segue:

	2019	2018
Saldo inicial	3.228	2.126
Ajustamentos de justo valor - ganhos e perdas líquidos (Notas 24 e 29)	1.586	1.353
Alienações	(3.208)	(361)
Transferências	640	110
Saldo final	2.246	3.228

Para determinar o justo valor das propriedades de investimento, com regularidade o Grupo determina, através de um estudo dado por um avaliador independente, com qualificação profissional reconhecida, tendo os métodos e pressupostos significativos, aplicados na determinação do justo valor das propriedades, sido suportados por evidências do mercado. Em 31 de dezembro de 2019 o justo valor das propriedades de investimentos é semelhante ao seu valor contabilístico.

As quantias reconhecidas nos lucros ou prejuízos do exercício, associadas a rendimentos de rendas e gastos operacionais diretos, são imateriais no conjunto das demonstrações financeiras do Grupo.

A 31 de dezembro de 2019 a rubrica de Alienações incluía, essencialmente, o efeito da venda de ativos da ME Brasil.

6 – Goodwill

No decurso dos exercícios de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na rubrica “*Goodwill*” foi conforme se segue:

	2019			
	Saldo inicial	Perdas de imparidade do exercício	Variação cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	64.443	-	(1.023)	63.420
	127.542	-	(1.023)	126.519
	2018			
	Saldo inicial	Perdas de imparidade do exercício	Variação cambial	Saldo final
Transporte Aéreo	63.099	-	-	63.099
Manutenção e Engenharia Brasil	72.085	-	(7.642)	64.443
	135.184	-	(7.642)	127.542

O montante negativos de 1.023 milhares de Euros refere-se à variação cambial do *goodwill* da manutenção e Engenharia Brasil, que se encontra denominado em reais no montante de 286.387 milhares de reais líquidos de imparidade.

Conforme preconizado pela IAS 36, o *goodwill* encontra-se sujeito a testes de imparidade efetuados numa base anual, conforme política contabilística descrita na Nota 2.10, o *goodwill* é atribuído às unidades geradoras de fluxos caixa (“CGU’s”), identificadas de acordo com o segmento de negócio e a operação de cada país.

Para efeitos de testes de imparidade, o valor recuperável das CGU's, é determinado com base no valor em uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados. Os cálculos baseiam-se no desempenho histórico e nas expectativas de desenvolvimento do negócio com a atual estrutura produtiva, sendo, por norma, utilizado o orçamento para o ano seguinte e uma estimativa dos fluxos de caixa para um período subsequente de 4 anos.

Para a unidade de Manutenção e Engenharia do Brasil, foi considerado um orçamento para o ano seguinte e uma estimativa de fluxos de caixa para o períodos subsequente de 7 anos, que incorporou, nomeadamente a recuperação dos prejuízos fiscais existentes na estimativa de fluxos de caixa.

Os testes de imparidade efetuados a 31 de dezembro de 2019 e 2018 não identificaram perdas por imparidade do *goodwill*. Em 2017 a perda registada foi de 22.000 milhares de Euros (87.404 Reais) relacionado com o *goodwill* da manutenção e engenharia do Brasil.

Os principais pressupostos utilizados, para efeitos dos testes de imparidade, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2019	2019		2018	
	Portugal	Brasil	Portugal	Brasil
Taxa de desconto*	8,9%	12,0%	8,9%	12,0%
CAGR da receita**	0,5%	8,7%	0,5%	8,7%
CAGR de custos**	--	7,5%	--	7,5%
Crescimento na perpetuidade	2,0%	5,0%	2,0%	5,0%
Taxa de imposto	29,5%	34,0%	29,5%	34,0%

* Taxa de desconto líquida de impostos

** *Compound Annual Growth Rate* - taxa de crescimento, ano após ano, de um investimento durante um determinado período de tempo

Em 2019, os testes de imparidade sustentam a recuperabilidade da quantia escriturada das respetivas unidades geradoras de caixa.

A 31 de dezembro de 2019 o valor contabilístico da unidade do transporte aéreo ascende a 73.213 milhares de Euros (2018: 178.093 milhares de Euros), sendo que o valor contabilístico da unidade de manutenção do Brasil é negativo em 275.572 milhares de Euros (2018: negativo em 265.448 milhares de Euros).

7 – Ativos Intangíveis

No decurso dos exercícios de 2019 e 2018 o movimento ocorrido na rubrica de ativos intangíveis foi conforme segue:

	Propriedade industrial e outros direitos	Programas de computador	Ativos em curso	Adiantamentos por conta de ativos intangíveis	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 1 de janeiro de 2018	11.952	3.787	1.557	-	17.296
Aquisições	-	6.090	3.555	1.216	10.861
Regularizações, transferências e abates	-	452	(452)	-	-
Diferenças de câmbio	-	(10)	-	-	(10)
Saldo a 31 de dezembro de 2018	11.952	10.319	4.660	1.216	28.147
Aquisições	-	18.107	3.430	276	21.813
Regularizações, transferências e abates	-	11.169	(4.332)	-	6.837
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Saldo a 31 de dezembro de 2019	11.952	39.595	3.758	1.492	56.797
Amort. acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo a 1 de janeiro de 2018	(11.952)	(2.288)	-	-	(14.240)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 32)	-	(2.593)	-	-	(2.593)
Diferenças de câmbio	-	9	-	-	9
Saldo a 31 de dezembro de 2018	(11.952)	(4.872)	-	-	(16.824)
Amortizações e perdas por imparidade (Nota 32)	-	(8.388)	-	-	(8.388)
Regularizações, transferências e abates	-	(6.048)	-	-	(6.048)
Saldo a 31 de dezembro de 2019	(11.952)	(19.308)	-	-	(31.260)
Valor líquido a 31 de dezembro de 2018	-	5.447	4.660	1.216	11.323
Valor líquido a 31 de dezembro de 2019	-	20.287	3.758	1.492	25.537

As aquisições durante os exercícios de 2019 e 2018, respeitam, essencialmente, a aquisições e desenvolvimento de *software* relacionado com a atividade operacional do Grupo. A rubrica “Programas de computador” incluem transferências ocorridas em 2019, que respeitam, essencialmente, à transferência de Ativos fixos tangíveis de *softwares* da Megasis para Ativos intangíveis.

8 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as participações financeiras apresentam-se como segue:

		2019						
	% detida	Saldo inicial	Reclassificação	Variações com efeitos em resultados (Nota 25)	Variações com efeitos em capital	Outros Movimentos	Dividendos	Saldo final
Partes de capital								
SPdH	49,9%	3.322	-	1.686	(38)	-	(2.997)	1.973
		3.322	-	1.686	(38)	-	(2.997)	1.973
		2018						
	% detida	Saldo inicial	Reclassificação	Variações com efeitos em resultados (Nota 25)	Variações com efeitos em capital	Outros Movimentos	Dividendos	Saldo final
Partes de capital								
SPdH	49,9%	5.706	-	3.737	18	(741)	(5.398)	3.322
		5.706	-	3.737	18	(741)	(5.398)	3.322

Em 17 de março de 2009, um consórcio de três bancos (BIG, Banif e Banco Invest) transferiu para a TAP S.A. a participação detida na SPdH (50,1%) por 31,6 milhões de Euros. Na mesma data, e durante o período de pendência do processo de concentração na Autoridade da Concorrência (“AdC”), a TAP S.A. transferiu o exercício dos seus direitos de voto e supervisão, enquanto acionista majoritária da SPdH, para uma entidade independente face ao Grupo TAP.

A AdC deliberou, em 19 de novembro de 2009, após uma investigação aprofundada, adotar uma decisão de proibição, relativamente à operação de concentração, que consistia na aquisição, pela TAP S.A., do controlo exclusivo da SPdH, mediante a aquisição de uma participação de 50,1% do capital social da SPdH.

A AdC, impôs, assim, a obrigação de separação da SPdH mediante a alienação, por parte do Grupo TAP, das ações referentes a, pelo menos, 50,1% do capital social da SPdH. Até à venda, o regulador impôs que a gestão da SPdH fosse efetuada por um mandatário de gestão, que agia em nome da AdC, gerindo a SPdH de forma independente do Grupo TAP.

Em 18 de junho de 2012, foi celebrado um contrato de compra e venda entre, por um lado, a TAP S.A., a TAP SGPS, a Portugália e a SPdH e, por outro, a Urbanos Grupo, SGPS, S.A. para aquisição, por parte desta, de 50,1% do capital da SPdH, o qual produz os seus efeitos a partir de 20 de julho de 2012, data da deliberação da AdC quanto à decisão de não oposição à referida operação. Entretanto, em 17 de outubro de 2012, a Pasogal, SGPS, S.A. sucedeu à Urbanos Grupo, SGPS, S.A. em todos os direitos e obrigações que para esta emergiam do referido contrato e Acordo Parassocial.

As licenças de atividade da SPdH para prestação de serviços de *handling* a terceiros, em Lisboa e no Porto, nas categorias 3 (assistência a bagagem), 4 (assistência a carga e correio) e 5 (assistência de operações em pista), de acesso reservado, tinham data de termo de vigência inicial reportada a 31 de dezembro de 2011. Porém, os Decretos-Lei n.º19/2012 de 27 de janeiro e o n.º57/2014 de 11 de abril vieram possibilitar ao então Instituto Nacional de Aviação Civil (“INAC”) a prorrogação a título excepcional das licenças de acesso à atividade de assistência em escala nas referidas categorias, nos aeroportos do Porto e Lisboa, até à data em que os prestadores de serviços de assistência em escala, a selecionar no âmbito dos concursos públicos lançados em setembro em 2014, iniciassem a sua atividade.

Em setembro de 2014 a Autoridade Nacional da Aviação Civil (“ANAC”), nova designação do INAC, lançou 9 concursos públicos para atribuição de licenças de acesso à atividade de assistência em escala nas categorias de bagagem, operações em pista e carga nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro. A SPdH concorreu a todos os concursos, sendo que a 31 de dezembro de 2018 o *status* é conforme segue:

→ **Licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala no Aeroporto do Porto**

Foram atribuídas as licenças para as três categorias em concurso: categoria 3 (assistência a bagagem), em 10 de novembro de 2016, categoria 4 (assistência a carga e correio) e categoria 5 (assistência a operações em pista), em 15 de novembro de 2017 com validade até 15 de novembro de 2024.

→ **Licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala no Aeroporto de Faro**

Foram atribuídas as licenças para as três categorias em concurso (3, 4 e 5), em 23 de outubro de 2017 com validade até 23 de outubro de 2024.

→ **Licenças de acesso à atividade de prestador de serviços de assistência em escala no Aeroporto de Lisboa**

Em 20 de abril de 2018 foram atribuídas à SPdH as licenças para as três categorias em concurso (3, 4 e 5) na escala de Lisboa, tendo validade até 20 de abril de 2025.

Para as licenças de exercício de atividade e de ocupação aplicáveis aos aeroportos da Madeira e do Porto Santo, as mesmas foram atribuídas pela ANAC a 1 de janeiro de 2017 com validade até 1 de janeiro de 2023.

De salientar que em 30 de novembro de 2017 a SPdH reembolsou à TAP SGPS prestações acessórias no valor total de 1.000 milhares de Euros.

No decorrer do exercício findo em 2019 a SPdH distribui dividendos, conforme deliberado em Assembleia Geral de 28 de maio de 2019 no montante de 2.997 milhares Euros (2018: 5.398 milhares de Euros).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a informação financeira relativa à empresa associada SPdH é conforme segue:

2019					
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	42.505	6.361	36.144	152.408	5.785

2018					
	Total do ativo	Total do capital próprio	Total do passivo	Vendas e serviços prestados	Resultado líquido do exercício
SPdH	37.751	6.657	31.094	143.072	6.005

O resultado líquido do exercício de 2019 foi ajustado por determinados efeitos para fins da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 25).

9 – Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os outros ativos financeiros detalham-se conforme segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Obrigações do Tesouro de Angola	4.880	-	13.225	-
Depósitos bancários na Guiné Bissau		1.747	-	1.728
SITA Group Foundation		648	-	648
Outros		212	-	212
	4.880	2.607	13.225	2.588
Perdas de imparidade		(1.761)	-	(1.742)
	4.880	846	13.225	846

O montante apresentado relativo a SITA Group Foundation refere-se, essencialmente, a 519.778 certificados (títulos de capital não cotados) daquela empresa, entidade fundada pela Société Internationale de Télécommunications Aéronautiques.

Os movimentos nesta rubrica em 2019 e 2018 detalham-se como se segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Saldo inicial	13.225	846	34.853	46.805
Aumentos	-	4.831	7.498	-
Diminuições	(12.789)	-	(66.543)	-
Transferências	4.957	(4.957)	47.273	(47.273)
Variação cambial	(513)	126	480	1.314
Outros	-	-	(10.336)	-
Saldo final	4.880	846	13.225	846

O aumento no período findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de 4.831 milhares de Euros, refere-se a "Obrigações do Tesouro de Angola" subscritas no valor de 1.737.479 mil Kwanzas, correspondendo à taxa de câmbio original de 316.909 Kwanzas por dólar, com data de vencimento em 18 de dezembro de 2020 e indexado ao dólar.

A redução no período findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de 12.789 milhares de Euros, refere-se, essencialmente, à alienação de "Obrigações do Tesouro de Angola" subscritas em 2018.

O movimento ocorrido na rubrica de imparidades de outros ativos financeiros, nos exercícios de 2019 e 2018, é como segue:

	2019	2018
A 1 de janeiro	1.742	1.698
Variação cambial	19	44
A 31 de dezembro	1.761	1.742

10 – Ativos e passivos por impostos diferidos

Conforme mencionado na Nota 2.15, a Empresa registou impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre a base fiscal e a contabilística dos ativos e passivos, bem como com os prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração financeira consolidada.

O Grupo entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração financeira consolidada são recuperáveis, quer seja através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base projeções de resultados para os anos subsequentes, ajustadas de diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais, quer seja através da reversão de passivos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a taxa de imposto utilizada, para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais reportáveis, foi de 21%. No caso das diferenças temporárias, a taxa utilizada foi de 31,5%, quando se entendeu como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

Os benefícios fiscais, por se tratar de deduções à coleta, são considerados a 100%, sendo que em alguns casos, a sua integral aceitação encontra-se, ainda, dependente da aprovação das autoridades concedentes de tais benefícios fiscais. Os impostos diferidos decorrentes de benefícios fiscais são registados quando se encontram aprovados pelas autoridades concedentes de tais benefícios.

As principais diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os correspondentes ativos e passivos por impostos diferidos e o respetivo efeito nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018, são como segue:

	2019			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 34)	Variações com efeitos no rendimento integral	Saldo final
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	41.543	42.442	-	83.985
Responsabilidades com benefícios de pós-emprego	25.845	-	-	25.845
Perdas de imparidade em inventários	8.213	271	-	8.484
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	4.697	(3.198)	-	1.499
Perdas de imparidade de contas a receber	7.267	(91)	-	7.176
Instrumentos financeiros derivados (Nota 16)	12.190	-	(12.190)	-
Benefícios fiscais	442	(442)	-	-
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	128	95	-	223
	100.325	39.077	(12.190)	127.212
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	19.024	305	-	19.329
Instrumentos financeiros derivados (Nota 16)	-	-	7.550	7.550
Ajustamento decorrentes da adoção da IFRS 16 (Nota 2)	-	1.985	46.261	48.246
	19.024	2.290	53.811	75.125
		36.787	(66.001)	

	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados (Nota 34)	Variações com efeitos no rendimento integral	
Ativos por impostos diferidos				
Prejuízos fiscais reportáveis	20.750	20.793	-	41.543
Responsabilidades com benefícios de pós-emprego	16.324	4.509	5.012	25.845
Perdas de imparidade em inventários	9.473	(1.260)	-	8.213
Perdas de imparidade em ativos fixos tangíveis	3.300	1.397	-	4.697
Perdas de imparidade de contas a receber	7.082	185	-	7.267
Instrumentos financeiros derivados (Nota 16)	-	-	12.190	12.190
Benefícios fiscais	-	442	-	442
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	138	(10)	-	128
	57.067	26.056	17.202	100.325
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	19.942	(918)	-	19.024
	19.942	(918)	-	19.024
		26.974	17.202	

Os efeitos da adoção da IFRS 16 nos impostos diferidos são reconhecidos pelo valor líquido nos passivos por impostos diferidos.

→ Prejuízos fiscais reportáveis

Nos termos da legislação, em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais gerados em 2014 e 2015 são reportáveis durante um período de doze anos, e os prejuízos fiscais gerados após 2017 são reportáveis durante um período de cinco anos, após a sua ocorrência, e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, até ao limite de 70% do lucro tributável.

No caso do Brasil, a respetiva legislação fiscal em vigor não prevê um limite de reporte para os prejuízos fiscais, contudo, a dedução dos mesmos encontra-se limitada a 30% do lucro tributável dos exercícios seguintes.

O Grupo considera que são recuperáveis parte dos prejuízos fiscais reportáveis, através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, e como tal, registou o imposto diferido ativo correspondente. De referir que, apesar da Empresa ter vindo a proceder ao exercício do seu legítimo direito de contestação, não foram registados impostos diferidos ativos relacionados com os prejuízos fiscais reportáveis que resultaram da operação de securitização nos anos de 2014 e 2015, no montante de 99 milhões de Euros, atualmente em discussão em tribunal tributário, bem como a maioria dos prejuízos fiscais do Brasil, dada a sua situação.

Os prejuízos fiscais reportáveis em 31 de dezembro de 2019 detalham-se conforme segue:

31 de dezembro de 2019	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 Estimativa	Total	Ativos por impostos diferidos
Portugal										
TAP SGPS	-	-	3.549	2.138	1.016	-	21.042	19.793	47.539	8.035
TAP S.A.	-	-	31.072	169.257	-	-	78.541	138.690	417.560	66.243
UCS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TAPGER	-	-	-	-	-	-	348	433	781	73
Portugália	-	-	-	-	-	-	279	19.396	19.675	2.820
Brasil										
TAP M&E Brasil	18.402	15.370	39.543	7.305	8.886	25.998	11.893	-	127.397	6.814
	18.402	15.370	74.164	178.700	9.902	25.998	112.103	178.312	612.951	83.985
Ano limite de dedução em Portugal		2018	2026	2027	2028	2022	2023	2024		

Do valor total de prejuízos fiscais do Brasil, sem limite temporal, no montante de 127.397 euros foram registados 6.814 milhares de euros, atendendo à reestruturação em curso da subsidiária da TAP ME Brasil e sua performance em 2019, com base em estimativas prudentes para os próximos anos. Importa salientar que não foram reconhecidos como impostos diferidos ativos o valor de 36.501 milhares de euros de prejuízos fiscais da referida subsidiária, por ser entendimento da Administração da TAP que não são encontradas preenchidas, a esta data, as condições necessárias para o seu registo como ativo à luz das IAS/IFRS.

No que respeita aos prejuízos fiscais da TAP SA, o efeito da securitização tem o seguinte detalhe:

TAP SA	Sem Securitização	Securitização	Total
2014	-	31.072	31.072
2015	101.330	67.927	169.257
2018	78.541	-	78.541
2019 (estimativa)	138.690	-	138.690
	318.561	98.999	417.560

A partir de 2017, a maioria das subsidiárias do Grupo com sede em Portugal, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades ("RETGS"), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

11 – Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição das outras contas a receber é como se segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Cientes	307.148	-	238.902	-
Reservas de manutenção recuperáveis	12.362	90.297	-	-
Depósitos de garantia de contratos de locação	4.570	52.110	6.031	55.168
Sw aps jet fuel	23.967	-	-	-
Acréscimos de ganhos	51.706	-	20.866	-
Adiantamentos a fornecedores	18.977	-	20.418	-
Outros devedores	111.891	48.884	113.554	52.690
Perdas de imparidade de contas a receber	(77.855)	(1.921)	(78.357)	(1.921)
	452.766	189.370	321.414	105.937

Para os exercícios apresentados não existem diferenças entre os valores contábilísticos e o seu justo valor.

→ Clientes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Clientes detalha-se como se segue:

	2019	2018
Cientes, conta corrente	251.325	184.846
Cientes de cobrança duvidosa	55.823	54.056
	307.148	238.902
Perdas de imparidade de clientes	(73.207)	(73.671)
	233.941	165.231

O detalhe desta rubrica por tipo de cliente é como se segue:

	2019	2018
Entidades privadas	158.508	72.936
Agências de viagem	62.081	49.501
Companhias de aviação	8.268	31.322
Partes relacionadas (Nota 36)	2.197	4.584
Outros	2.887	6.888
	233.941	165.231

A variação na rubrica Entidades privadas refere-se, essencialmente, ao fato de que em 2018 o Grupo teve um maior volume de transações de antecipação de recebíveis do Brasil no montante de 66,4 milhões de Euros.

Os saldos a receber de Agências de viagens e de Companhias de aviação são regularizados, essencialmente, através dos sistemas *IATA Billing and Settlement Plan* (“BSP”) e *IATA Clearing House* (“ICH”).

→ **Swaps jet fuel**

Em 31 de dezembro 2019 a rubrica *Swap jet fuel* está relacionada com o justo valor de contratos de *Hedging* estabelecidos em 2019 com a maturidade de 2020.

Em 31 de dezembro de 2019 o Grupo tinha contratado derivados sobre 687.000 toneladas de *jet fuel* cujo valor de mercado a essa data era de 23.967 milhares de Euros e com maturidades entre janeiro e dezembro de 2020, cobrindo aproximadamente 55% do consumo estimado mensal.

→ **Reservas de manutenção recuperáveis**

A variação na rubrica Reservas de manutenção recuperáveis deve-se à adoção do IFRS 16, uma vez que, até 31 de dezembro de 2018, essas reservas eram apresentadas na rubrica Outras contas a pagar, a serem deduzidas dos passivos estimados com manutenção estrutural de aviões em contratos de locação sem opção de compra.

→ **Depósitos de garantia**

Os Depósitos de garantia são constituídos no âmbito dos contratos de locação sem opção de compra para aviões e reatores, e serão recuperáveis, sem juros, à medida que os aviões e reatores sejam devolvidos para aos locadores. Adicionalmente, a rubrica de Gastos a reconhecer inclui o montante de 16,2 milhares de Euros referentes ao efeito financeiro destas contas a receber, a ser reconhecidas no período definido no contrato de locação (Nota 14).

Esta rubrica inclui um montante de 380 mil Euros relativo a depósitos em garantia da Aigle Azur (Nota 36).

→ **Acréscimos de ganhos**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante reconhecido na rubrica Acréscimo de ganhos corresponde a:

	2019	2018
Trabalhos para companhias de aviação	32.291	9.894
Facilidades de aeroporto - Incentivos	3.525	3.797
Partes relacionadas (Nota 36)	3.621	2.759
Comparticipação resultados - Seguros	3.340	-
Outros	8.929	4.416
	51.706	20.866

A rubrica "Trabalho para companhias de aviação" corresponde aos ativos dos contratos com clientes, conforme previsto no IFRS 15. O aumento desta rubrica em 2019 refere-se ao aumento do volume dos projetos de manutenção de motores e aviões.

→ **Adiantamentos a fornecedores**

Esta rubrica inclui, essencialmente, adiantamentos a fornecedores de manutenção.

→ **Outros devedores – Não-correntes**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Outros devedores – Não-corrente” está detalhada da seguinte forma:

	2019	2018
Depósitos judiciais - Brasil	42.176	39.927
Partes relacionadas (Nota 36)	3.521	3.828
Outros	3.187	8.935
	48.884	52.690
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(1.921)	(1.921)
	46.963	50.769

Os Depósitos judiciais - Brasil constituem depósitos de garantia associados aos diversos processos em que a subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida, nomeadamente laborais, fiscais e cíveis (Nota 18).

A rubrica de Partes relacionadas diz respeito a despesas de garantias prestadas.

→ **Outros devedores – Correntes**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica Outros devedores – Correntes corresponde a:

	2019	2018
Adiantamentos relacionados com contratos de locação	22.711	45.367
Contas a receber de fornecedores	28.150	18.531
Pessoal	20.511	15.458
Faturação Interline e outras entidades	11.640	8.829
IVA das Representações	2.187	2.738
Cauções e garantias	3.115	2.679
Partes relacionadas (Nota 36)	2.341	1.014
Outros	21.236	18.938
	111.891	113.554
Perdas de imparidade de outras contas a receber	(4.648)	(4.686)
	107.243	108.868

A rubrica “Adiantamentos relacionados com contratos de locação” corresponde a valores pré-pagos ao *lessor*, recuperáveis na data de entrega da aeronave.

A rubrica “Outros”, inclui um montante de 550 milhares de Euros relacionado com o excesso de financiamento (2018: 405 milhares de Euros), registado a 31 de dezembro de 2018, do Fundo de Pensões Horizonte Valorização da subsidiária UCS. Este excesso de financiamento é reembolsável nos termos da lei e/ou dispensa de contribuições futuras (Nota 20).

→ **Perdas por imparidade de contas a receber**

Os movimentos desta rubrica em 2019 e 2018:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	80.321
Reforços (Nota 28)	4.467
Reversões (Nota 28)	(1.410)
Utilizações	(1.916)
Ajustamento cambial	(1.184)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	80.278
Reforços (Nota 28)	8.054
Reversões (Nota 28)	(5.319)
Utilizações	(3.066)
Ajustamento cambial	(171)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	79.776

12 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2018, o detalhe dos inventários são os seguintes:

	2019	2018
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	166.914	132.846
Mercadorias	90	73
Perdas por imparidade de inventários	(38.621)	(41.767)
	128.383	91.152

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo referem-se a material técnico para utilização na manutenção e reparação de aeronaves próprias e nas obras realizadas para outras companhias de aviação.

Durante 2019, os inventários vendidos e consumidos foram reconhecidos nas rubricas Custos de manutenção de aeronaves e Custo dos materiais consumidos na demonstração dos resultados no montante de 30.506 milhares de Euros e 156.025 milhares de Euros, respetivamente (2018: 65.916 milhares de Euros e 180.193 milhares de Euros, respetivamente) (Nota 26). Adicionalmente, materiais utilizados e manutenções estruturais na frota detida foi capitalizada (Nota 4).

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade em 2019 e 2018 foi a seguinte:

Saldo inicial a 1 de janeiro de 2018	48.099
Reforços (Nota 28)	2.730
Reversões (Nota 28)	(1.566)
Utilizações	(6.263)
Ajustamento cambial	(1.233)
Saldo final a 31 de dezembro de 2018	41.767
Reforços (Nota 28)	4.458
Reversões (Nota 28)	(7.133)
Utilizações	(26)
Ajustamento cambial	(445)
Saldo final a 31 de dezembro de 2019	38.621

O ajustamento cambial verificado em 2019 e 2018 decorre das demonstrações financeiras da subsidiária brasileira.

Em 2018, as utilizações de imparidade de inventários decorrem da alienação de um conjunto de bens, que se encontravam obsoletos e integralmente provisionados.

13 – Imposto sobre rendimento a receber/pagar

A partir de 2017, a maioria da subsidiárias do Grupo com sede em Portugal, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos relacionados com impostos sobre o rendimento a receber ou a pagar detalham-se como segue:

	2019		2018	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento a receber/pagar				
Pagamentos por conta	812	-	9.306	-
Retenções na fonte	861	-	640	-
Estimativa de IRC (Nota 34)	(1.442)	-	(1.518)	-
Outros	-	(17)	36	(19)
	231	(17)	8.464	(19)

14 – Outros ativos

Os Outros ativos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalham-se conforme segue:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Diferimentos de gastos	35.269	16.208	54.669	-
Estado	11.994	-	10.307	-
	47.263	16.208	64.976	-

→ Diferimento de gastos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os Diferimentos de gastos detalham-se em seguida:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Security deposits	-	16.208	-	-
Locação de aeronaves e reatores	-	-	34.228	-
Rendas e alugueres	2.195	-	4.955	-
Comissões	17.610	-	1.872	-
Partes relacionadas (Nota 36)	1.451	-	4.708	-
Outros custos diferidos	14.013	-	8.906	-
	35.269	16.208	54.669	-

Em 31 de dezembro de 2018 os Gastos a reconhecer relacionados a “Locações de aeronaves e reatores” referem-se a custos iniciais incorridos entre a data de início do contrato e da locação, a serem reconhecidos linearmente ao longo do contrato de locação. Em 31 de dezembro de 2019 estes gastos diferidos estão incluídos no direito de uso decorrente da adoção do IFRS 16.

Os gastos a reconhecer com “Depósitos de garantia de contratos de locação” referem-se ao efeito financeiro dessas contas a receber (Nota 11), a serem reconhecidos no prazo dos contratos de locação relacionados.

As “Comissões” referem-se a montantes pagos aos agentes pelas passagens vendidas, mas ainda não voadas, até 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. A variação nesta rubrica está relacionada ao aumento da atividade.

→ Estado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica é detalhado da seguinte forma:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	6.218	-	5.163	-
Estado - Brasil	5.578	-	4.432	-
Outros	198	-	712	-
	11.994	-	10.307	-

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor do IVA refere-se a pedidos de reembolso, ainda não recebidos, referentes aos meses de novembro e dezembro de 2019.

15 – Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica Caixa e equivalentes de caixa são os seguintes:

	2019	2018
Depósitos a prazo	285.874	158.475
Depósitos à ordem	148.952	64.171
Outros depósitos e títulos	111	10.488
Numerário	87	70
Caixa e depósitos bancários na demonstração da posição financeira consolidada	435.024	233.204
Descobertos bancários (Nota 19)	(862)	-
Outros depósitos		(10.360)
Caixa e seus equivalentes da demonstração consolidada dos fluxos de caixa	434.162	222.844

Em 2018, a rubrica de Outros depósitos inclui “Obrigações do tesouro de Angola”.

A liquidez excedente é normalmente investida em aplicações financeiras de curto prazo, gerando juros a taxas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, uma parcela de Caixa e equivalentes de caixa era dominada em outras moedas que não o Euro, nomeadamente em USD, BRL e AOA (Nota 3).

16 – Capital Próprio

O capital nominal do Grupo TAP, no valor de 15.000 milhares de Euros, é composto por 1.500.000 ações nominativas de 10 Euros cada, encontrando-se integralmente subscrito e realizado.

Na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, o qual ficou concluído em 12 de novembro de 2015, foram transmitidas à Atlantic Gateway 915.000 ações escriturais, nominativas, representativas de 61% do capital social da TAP SGPS, permanecendo a Parpública com os restantes 39%.

Em 30 de junho de 2017 foi formalizado o final do processo de renegociação da participação do Estado Português no Grupo TAP, o qual foi precedido da oferta pública de venda de ações representativas de 5% do capital social da TAP SGPS, destinada aos trabalhadores do Grupo, conforme referido na Nota 1. Neste âmbito, a TAP SGPS passou a ser detida em 50% pela Parpública, em 45% pela Atlantic Gateway e em 5% pelos trabalhadores do Grupo TAP.

→ Prestações suplementares

Por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas, datada de 12 de novembro de 2015, a acionista Atlantic Gateway procedeu a uma entrada em dinheiro, totalmente realizada, no montante de 154.353 milhares de Euros sob a forma de prestações suplementares, compostas por duas tranches, uma de 15.000 milhares de Euros e outra de 150.000 milhares de dólares. Estas prestações suplementares não são remuneradas e não poderão ser restituídas antes de decorrido o prazo de 30 anos, não se encontrando definido o seu reembolso posterior a essa data. No caso de ocorrência de reembolso após essa data, a respetiva deliberação deverá ser tomada em Assembleia Geral por, pelo menos, 76% dos votos correspondente ao capital social com direito de voto.

Em 2016, e na sequência do processo de reprivatização do Grupo TAP, por deliberação em Assembleia Geral de Acionistas de 29 de março de 2016, a acionista Atlantic Gateway procedeu a entradas em dinheiro em quatro tranches de 19.188 milhares de dólares, totalmente realizadas, no montante total de 76.750 milhares de dólares (69.740 milhares de Euros), cujas características são similares às prestações ocorridas em 2015 acima descritas.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor, as prestações suplementares só podem ser restituídas aos acionistas desde que o capital próprio não fique inferior à soma do capital social e da reserva legal.

→ Outros instrumentos do capital próprio

Em 8 de março de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS de um empréstimo obrigacionista, a 10 anos, sujeito a uma taxa de juro fixa, convertível em ações da TAP SGPS, no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul S.A. e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parpública (Nota 1).

Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, no montante de 6.297 milhares de Euros, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública. Para efeitos contabilísticos estas obrigações qualificam como um valor mobiliário obrigatoriamente convertível (“VMOC”).

→ Reservas legais

A reserva legal foi constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do exercício até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser incorporada no capital ou utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a reserva legal encontra-se totalmente constituída de acordo com a legislação comercial em vigor.

→ Reservas de conversão cambial

As diferenças de câmbio, resultantes da transposição de unidades operacionais em moeda estrangeira, são registadas no capital próprio nesta rubrica:

	2019			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	133.492	4.422	-	137.914
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(207.987)	-	(6.286)	(214.273)
	(74.495)	4.422	(6.286)	(76.359)
Impacto líquido			(1.864)	

	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	
TAP M&E Brasil e Aeropor:				
Conversão das demonstrações financeiras e <i>goodwill</i>	106.538	26.954	-	133.492
Extensão do investimento líquido na TAP M&E Brasil	(165.187)	-	(42.800)	(207.987)
	(58.649)	26.954	(42.800)	(74.495)
Impacto líquido			(15.846)	

O aumento de 4.422 milhares de Euros respeita à apropriação, pelo Grupo, das diferenças cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras das sociedades que operam no Brasil, no montante favorável de 5.445 milhares de Euros, e do respetivo *goodwill*, no montante desfavorável de 1.023 milhares de Euros (Nota 6).

A diminuição de 6.286 milhares de Euros e 42.800 milhares de Euros, ocorrida em 2019 e 2018, respetivamente, respeita às diferenças de câmbio desfavoráveis, provenientes dos financiamentos concedidos, a médio e longo prazo, à TAP M&E Brasil, cuja liquidação não é provável que ocorra num futuro previsível, sendo, em substância, uma extensão do investimento líquido do Grupo naquela entidade estrangeira.

A diferença entre o montante líquido da diminuição da rubrica de reservas de conversão cambial, no montante de 1.865 milhares de Euros, e o valor registado na demonstração consolidada do rendimento integral no montante de 1.790 milhares de Euros, resulta dos valores afetos a interesses não controlados.

→ Reservas de justo valor

Em 31 de dezembro de 2019 o montante positivo de 16.417 milhares de Euros (2018: 29.132 milhares de Euros negativos), apresentado na rubrica "Reservas de justo valor", corresponde à variação do justo valor dos instrumentos financeiros classificados como de cobertura no montante de 65.289 milhares de Euros, contabilizado em conformidade com a política descrita na Nota 2.13., líquido do imposto, no montante de 19.740 milhares de Euros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o justo valor dos instrumentos financeiros derivados decompõe-se como segue:

	Ativo	Passivo
Justo valor em 1 de janeiro de 2018	-	
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	-	(4.109)
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	-	-
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	-	4.109
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	-	(41.322)
Justo valor em 31 de dezembro de 2018	-	(41.322)
Aquisições durante o exercício - pagamento/(recebimento)	(2.487)	-
Pagamento/(recebimento) de <i>swaps</i> durante o exercício	1.976	-
Recebimento/(pagamento) de <i>swaps</i> retidos em resultados	511	-
Aumento/(diminuição) do justo valor refletido no capital próprio	23.967	41.322
Justo valor em 31 de dezembro de 2019	23.967	-

→ Resultados transitados

A rubrica "Resultados transitados" corresponde ao resultado líquido dos exercícios anteriores, conforme deliberado nas Assembleias Gerais de Acionistas. O impacto resultante da adoção inicial das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) também foi registado nesta rubrica, bem como ganhos ou perdas decorrentes das remensurações de benefícios pós-emprego, líquidas de impostos e o ajuste da adoção pela primeira vez da IFRS 16 (ver adicionalmente a Nota 2.2).

→ Resultado por ação

Tendo em consideração os instrumentos financeiros convertíveis sobre as ações da TAP SGPS, nomeadamente no que diz respeito à conversão das obrigações, o Grupo apresenta o seguinte resultado diluído por ação em 2019 e 2018:

	2019	2018
Resultado líquido do exercício das atividades em continuação atribuível aos acionistas da TAP SGPS	(105.607)	(118.039)
Resultado atribuível aos acionistas da TAP SGPS	(105.607)	(118.039)
Número médio ponderado de ações	1.500.000	1.500.000
Resultado básico por ação das atividades em continuação (valor em Euros)	(70,4)	(78,7)
Resultado diluído por ação das atividades em continuação (valor em Euros)	(64,8)	(72,4)
Resultado básico por ação (valor em Euros)	(70,4)	(78,7)
Resultado diluído por ação (valor em Euros)	(64,8)	(72,4)

17 – Interesses não controlados

Os interesses não controlados que figuram na demonstração da posição financeira consolidada decompõem-se como segue:

	%	2019	2018
Interesses não controlados de capital próprio			
TAP M&E Brasil	1,36%	(5.628)	(5.502)
Cateringpor	49%	3.575	4.053
		(2.053)	(1.449)

Os interesses não controlados, presentes na demonstração consolidada dos resultados, a 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalham-se como segue:

	2019	2018
Interesses não controlados de resultado líquido		
TAP M&E Brasil	(194)	(674)
Cateringpor	619	1.487
	425	813

18 – Provisões

Durante 2019 e 2018, as alterações na rubrica Provisões é conforme segue:

	2019								
	Saldo inicial	Adoção da IFRS 16	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos		
Provisões									
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 28)	20.925	-	-	(164)	(3.230)	(151)	568	17.948	
Redelivery	-	32.176	62.616	(24.405)	-	-	4.372	74.759	
Outras provisões (Nota 28)	1.456	-	671	-	(12)	(6)	(271)	1.838	
	22.381		63.287	(24.569)	(3.242)	(157)	4.669	94.545	
	2018								
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Variação cambial	Outros movimentos	Saldo final		
Provisões									
Provisão para processos judiciais em curso (Nota 28)	19.075	6.930	(3.046)	(1.539)	(1.087)	592	20.925		
Outras provisões (Nota 28)	1.570	-	-	(34)	(118)	38	1.456		
	20.645	6.930	(3.046)	(1.573)	(1.205)	630	22.381		

→ Processos judiciais em curso

As provisões para processos judiciais em curso são reconhecidas em conformidade com a avaliação de risco do Grupo e dos seus assessor legais, baseada nas taxas históricas de sucesso por tipo de ação legal e na probabilidade de resultados desfavoráveis para o Grupo. Em 31 de dezembro de 2019, as provisões registadas, no montante de 17.948 milhares de Euros, visam cobrir o risco de diversos processos judiciais interpostos contra o Grupo, em Portugal e em países estrangeiros.

O detalhe das provisões para processos judiciais em curso é conforme segue:

	2019	2018
Grupo TAP (sem a subsidiária TAP M&E Brasil)	9.231	11.798
Subsidiária TAP M&E Brasil	8.717	9.127
	17.948	20.925

Em 31 de dezembro de 2019 a subsidiária TAP M&E Brasil possuía cerca de 1.826 ações laborais (1.735 ações em 31 de dezembro de 2018). A subsidiária é devedora solidária do passivo laboral pela migração de funcionários da VARIG para a TAP M&E Brasil em 2001 e 2002. Há ações laborais propostas por ex-funcionários da VARIG, contra a subsidiária e contra a TAP S.A., que não migraram em 2001 e 2002 e nunca foram funcionários da VEM (atual TAP M&E Brasil). Estas ações laborais podem ser divididas em 4 categorias: (i) ações sindicais; (ii) ações propostas por aeronautas; (iii) ações propostas por ex-funcionários da VARIG contra esta e contra o Grupo, reclamando a sucessão do vínculo laboral e (iv) ações propostas por prestadores de serviços solicitando a responsabilidade do Grupo face aos débitos laborais eventualmente deferidos.

Em maio de 2017, a subsidiária TAP M&E Brasil obteve uma importante e definitiva decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que determinou que a Empresa não é responsável pelas dívidas a ex-funcionários da VARIG. Neste momento, a subsidiária pretende efetivar esta decisão para os cerca de 354 casos que ainda se encontram pendentes.

Relativamente às ações impostas pelos seus próprios ex-empregados, a subsidiária obteve uma importante decisão através de Acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, embora não definitiva, que reconhece que a transmissão da atual TAP M&E Brasil ocorreu livre de encargos e contingências, o que tem impacto nas ações laborais/fiscais, nomeadamente por processos com factos geradores anteriores à compra.

→ **Redelivery**

Conforme mencionado na Nota 2.2, o aumento das provisões para gastos de *redelivery* é registado por contrapartida dos ativos por direito de uso, sendo subsequentemente sujeitos a depreciação.

→ **Outras provisões**

Esta rubrica é decomposta da seguinte forma:

	2019	2018
Subsidiária TAP M&E Brasil:		
Provisão para contingências tributárias	433	732
Provisão para contingências cíveis	981	287
Restantes subsidiárias:		
Outras provisões	424	437
	1.838	1.456

Provisões para contingências tributáveis e cíveis

A subsidiária TAP M&E Brasil é parte envolvida em processos tributários que se encontram a decorrer, tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicáveis, são garantidos por depósitos judiciais e/ou penhora de bens.

A subsidiária TAP M&E Brasil aderiu, em 2009, ao Programa de Recuperação Fiscal, denominado REFIS, e parcelou a totalidade das contingências federais, cuja probabilidade de êxito se encontrava classificada como remota, compensando parte dos juros e multas de contingências com imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre a totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), tendo, naquela data, reduzido à sua dívida o montante de 49.448 milhares de Euros.

Em 9 de julho de 2014 foi promulgada a Medida Provisória nº 651/2014 (MP 651, convertida na Lei 13.043/14) que, entre outros temas, permitia ao contribuinte a possibilidade de pagamento antecipado das dívidas de natureza fiscal, desde que parcelados, com uso de créditos próprios de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa de CSLL.

Neste sentido, a TAP M&E Brasil, mediante parecer legal do referido advogado sobre as condições legais para o benefício das medidas regulamentadas pelo artigo 33º da Medida Provisória, concluiu sobre o cumprimento desses critérios. Consequentemente, a Empresa liquidou 30% da dívida no montante de 71.234 milhares de reais e compensou o restante com os créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social no montante de 166.214 milhares de reais (51.594 milhares de Euros). Este ganho foi registrado, em 2014, na rubrica de outros rendimentos e ganhos, tendo em consideração que o mesmo decorre, essencialmente, de contribuições previdenciárias que foram registradas nos gastos operacionais.

Adicionalmente, decorrente do critério contabilístico adotado, a subsidiária solicitou um parecer legal sobre o tratamento fiscal relativamente aos efeitos decorrentes da regularização do REFIS com base nos créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social, onde se verifica que se trata de uma alteração na forma de utilização de um direito já existente, não havendo lugar a interpretação de que tenha sido criado um novo direito, independentemente da sua classificação contabilística. Neste sentido, o ganho operacional originado pela compensação do parcelamento não foi sujeito à tributação de Imposto de Renda, Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para Financiamento da Segurança Social (“COFINS”). Consultar Nota 37 - .Contingências.

A movimentação ocorrida na provisão para contingências tributárias e cíveis foi conforme segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	1.097
Reversão por revisão de estimativa	-
Variação cambial	(118)
Outros movimentos	40
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.019
Aumentos	672
Reversão por revisão de estimativa	-
Variação cambial	(6)
Outros movimentos	(271)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.414

19 – Passivos remunerados, passivos de locação com e sem opção de compra

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os Passivos remunerados e Passivos de locação com e sem opção de compra são detalhados da seguinte forma:

	2019		2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários	122.709	279.941	151.085	499.856
Acréscimo de gastos com juros	2.570	-	3.630	-
Encargos iniciais	(1.923)	(2.081)	(3.953)	(4.812)
Dívida bancária remunerada	123.356	277.860	150.762	495.044
Empréstimo obrigacionista	2.588	788.172	-	90.000
Acréscimo de gastos com juros	4.406	28.779	-	20.161
Encargos iniciais	(3.615)	(17.262)	-	-
Empréstimo obrigacionista	3.379	799.689	-	110.161
Passivos de locação com opção de compra	36.023	242.589	30.169	102.441
Acréscimo de gastos com juros	941	-	563	-
Encargos iniciais	(952)	(3.318)	(258)	(431)
Passivo locação com opção de compra	36.012	239.271	30.474	102.010
Passivo locação sem opção de compra	352.333	1.743.388	-	-
Total passivos remunerados	515.080	3.060.208	181.236	707.215

→ Dívida líquida remunerada

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Dívida líquida remunerada detalha-se como segue:

	2019	2018
Passivos remunerados e Passivo de locação com opção de compra		
Não corrente	1.316.820	707.215
Corrente	162.747	181.236
	1.479.567	888.451
Caixa e seus equivalentes (Nota 15)		
Numerário	87	70
Outros depósitos e títulos	111	10.488
Depósitos à ordem	148.952	64.171
Depósitos a prazo	285.874	158.475
	435.024	233.204
Dívida líquida remunerada	1.044.543	655.247

→ Dívida remunerada e passivos de locação com opção de compra

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Dívida remunerada e passivos de locação com opção de compra, por maturidade e taxa de juros, são os seguintes:

	2019	2018
Até 1 ano	162.747	181.236
De 1 ano até 2 anos	142.682	193.430
De 3 anos até 5 anos	800.247	329.458
De 6 anos até 10 anos	260.871	184.327
Superior a 10 anos	113.020	-
	1.479.567	888.451

	2019					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	108.355	106.956	122.400	29.822	-	367.533
Passivo de locações com opção de compra	24.984	16.882	53.545	-	-	95.411
	133.339	123.838	175.945	29.822	-	462.944
Taxa fixa						
Empréstimos	18.380	7.496	586.833	142.752	81.290	836.751
Passivo de locações com opção de compra	11.028	11.348	37.469	88.297	31.730	179.872
	29.408	18.844	624.302	231.049	113.020	1.016.623
Total	162.747	142.682	800.247	260.871	113.020	1.479.567

	2018					Total
	< 1 ano	1 - 2 anos	3 - 5 anos	6 - 10 anos	> 10 anos	
Taxa variável						
Empréstimos	142.667	155.076	270.408	37.218	-	605.369
Passivo de locações com opção de compra	24.662	18.607	33.665	9.342	-	86.276
	167.329	173.683	304.073	46.560	-	691.645
Taxa fixa						
Empréstimos	8.095	13.660	18.682	110.161	-	150.598
Passivo de locações com opção de compra	5.812	6.087	6.703	27.606	-	46.208
	13.907	19.747	25.385	137.767	-	196.806
Total	181.236	193.430	329.458	184.327	-	888.451

→ Empréstimos bancários

De acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Compra de Ações, complementado com o contrato de Reestruturação e Monitorização da dívida do Grupo TAP, referido na Nota 1 a 30 de junho de 2017, a dívida bancária foi reestruturada, sendo as principais alterações as alterações relacionadas com as maturidades e condições dos financiamentos, nomeadamente a taxa de juro e *spread* aplicável.

→ Passivos de locação com opção de compra

Em 2019 e 2018, os passivos de locação com opção de compra (acrescidos de acréscimos de gastos com juros e deduzidos de encargos iniciais), referem-se, essencialmente, a aviões e motores.

Os passivos de locação com opção de compra por moeda são detalhados como segue:

	2019	2018
Passivo de locação em EUR	111.250	70.037
Passivo de locação em USD	164.033	62.447
	275.283	132.484

O capítulo referente ao risco de taxa de juros (Nota 3) apresenta os passivos de locação com opção de compra e estimativa de juros até ao vencimento do contrato.

→ Empréstimos obrigacionistas

Em 8 de março de 2016 foi deliberado em Assembleia Geral, previamente autorizado pela ANAC, a emissão pela TAP SGPS de um empréstimo obrigacionista, sujeito a uma taxa de juro fixa, convertível em ações da TAP SGPS, no montante de 120 milhões de Euros. A referida emissão é composta por duas séries: a primeira (série A), no valor de 90 milhões de Euros, subscrita pela Azul S.A. e a segunda (série B), no valor de 30 milhões de Euros, subscrita pela Parública (Nota 1). A 31 de dezembro de 2017, ao montante do referido empréstimo de 120 milhões de Euros, acrescem juros a pagar no montante de 15.845 milhares de Euros.

Em 28 de dezembro de 2018, a Parpública comunicou, através de carta, à TAP SGPS a sua decisão irrevogável de converter as obrigações convertíveis de que é titular, no montante de 30 milhões de Euros e respetivos juros vencidos até aquela data, no montante de 6.297 milhares de Euros, em ações especiais de conteúdo patrimonial representativas do capital social da TAP SGPS, na última data permitida para efetuar a referida conversão, conforme definido nos documentos contratuais da emissão obrigacionista, ou em data anterior se tal vier a ser requerido pela Parpública (Nota 16). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de empréstimo obrigacionista compreende apenas a série A do referido empréstimo no montante de 90.000 milhares de Euros subscritos pela Azul S.A., ao qual acrescem juros a pagar no montante de 20.161 milhares de Euros.

A TAP SA emitiu uma emissão obrigacionista de subscrição privada, totalmente subscrita a 14 de janeiro de 2019, no valor de 137,2 milhões de Euros e com vencimento a 2034. O cumprimento do pagamento do valor subscrito e dos respetivos juros beneficia, de uma garantia do banco depositário constituída pelo emissor para um propósito específico (apresentado no Balanço como uma dedução à dívida financeira bruta) e de garantias adicionais sobre os direitos contratuais que não afetam nenhum ativo reconhecido no balanço do emissor.

A TAP SA fez uma oferta pública de obrigações de 4 anos com uma taxa de juros fixa de 4,375% anual, no valor de 200 milhões de Euros, denominada "TAP 2019-2023 Bonds". A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu a 24 de junho de 2019 na Euronext Lisboa.

Em dezembro de 2019, a TAP SA também realizou uma oferta pública de obrigações a 5 anos, com a taxa de juro fixa de 5,625% anual, no montante de 375 milhões de Euros, denominada "TAP 2019-2024 Bonds". A emissão, liquidação financeira e física da transação, bem como a admissão à negociação das obrigações, ocorreu em 2 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 todos os empréstimos são denominados em Euros.

→ **Financial covenants**

Os *financial covenants* constantes dos contratos de *leasing* e financiamento são os usuais em operações desta natureza, incluindo disposições como obrigatoriedade de manutenção da atividade como operador aéreo, compromissos de fornecimento periódico de informação financeira disponível, bem como, no caso específico de locações sem opção de compra, obrigações de carácter operacional relativas a registos nas entidades oficiais, informações relativas às aeronaves em *leasing*, estrito cumprimento de toda a regulamentação, procedimentos definidos pelas autoridades, entre outros.

Adicionalmente, na sequência da reestruturação da dívida financeira acima referida e da emissão obrigacionista, foram assumidos alguns compromissos em relação ao acompanhamento do desempenho financeiro do Grupo, através da análise e cumprimento de rácios relacionados com os capitais próprios, EBITDAR, Net Debt/EBITDAR e dívida financeira líquida não garantida. Em 2019, a TAP S.A. reembolsou antecipadamente um montante de 98 milhões de Euros da dívida bancária e, como tal, o rácio Net Debt/EBITDAR deixou de ser aplicável. Estes rácios pretendem acompanhar a situação financeira do Grupo TAP e aferir a sua capacidade para garantir o serviço da dívida.

Durante 2019, o Grupo emitiu obrigações cotadas, que incluem rácios de Net debt/EBITDAR, cláusulas de mudança de controlo e algumas restrições aos empréstimos.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo e sua subsidiária encontravam-se em cumprimento de todos os *covenants*.

→ Passivos de locação sem opção de compra

A rubrica Passivos de locação sem opção de compra refere-se essencialmente a pagamentos não canceláveis do Grupo de contratos de locação sem opção de compra, que variam em duração de até 12 anos e podem ser estendidos por vontade expressa das partes contratantes, que agora são reconhecidas na demonstração consolidada da posição de financeira a partir de 1 de janeiro de 2019 com a adoção do IFRS 16.

Em 31 de dezembro de 2019, existem 67 aeronaves e 18 motores em contratos de locação sem opção de compra e 21 aeronaves em ACMI, conforme detalhado na Nota 4.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os passivos de locação sem opção de compra, por maturidade, são detalhados da seguinte forma:

	2019	2018
Até 1 ano	352.333	-
1 a 2 anos	302.518	-
2 a 3 anos	251.287	-
3 a 4 anos	202.132	-
4 a 5 anos	178.079	-
Mais 5 anos	809.372	-
	2.095.721	-

Esses passivos são indexados principalmente ao USD.

→ Reconciliação dos fluxos de Caixa de financiamento e passivos de locação com opção de compra

A evolução dos passivos de locação com opção de compra e a reconciliação dos fluxos de caixa detalham-se em seguida:

	Dívida bancária remunerada	Locações
1 de janeiro de 2018	718.236	152.638
Recebimentos	70.000	96.397
Pagamentos	(7.500)	(53.995)
Novos contratos de locação	-	(65.796)
Variação cambial	-	3.044
Outros	(24.769)	196
31 de dezembro de 2018	755.967	132.484
Recebimentos	702.046	77.014
Pagamentos	(250.411)	(38.919)
Cedência contratual de contratos de locação	-	110.220
Variação cambial	-	2.174
Outros	(3.318)	(7.690)
31 de dezembro de 2019	1.204.284	275.283

A cedência contratual dos contratos de locação resulta dos novos contratos de frota, nos quais a TAP cedeu totalmente a sua posição contratual ao lessor. Como tal, não existirá nenhum fluxo no futuro.

20 – Responsabilidades por benefícios pós-emprego

O Grupo tem responsabilidades para pagamentos relativos a benefícios pós-emprego a empregados que se reformaram, devido à sua idade, ou estão em situação de pré-reforma ou estão ainda ativos

→ Complementos de pensões de reforma e prestações de pré-reforma – TAP S.A. (VIVA)

De acordo com as normas vigentes na TAP S.A., esta assegura aos empregados, admitidos até 31 de maio de 1993, a diferença entre a pensão de reforma, por limite de idade ou invalidez, atribuída pela Segurança Social, e um montante mínimo garantido pela Empresa. Este montante corresponde a uma percentagem fixa de parte do vencimento pensional (remuneração de base + anuidades), à data da reforma, por cada ano de serviço na Empresa, até um máximo de 20 anos, conforme segue:

- Pessoal navegante (pilotos e técnicos de voo) - 3,2% por ano de serviço;
- Pessoal de terra e pessoal navegante de cabine - 4% por ano de serviço.

Adicionalmente, a TAP SA assumiu responsabilidades pelo pagamento de prestações de pré-reforma, cujo montante é fixado, de modo a que o respetivo valor líquido a receber em situação de pré-reforma, se situe entre 75% e 100% do valor líquido que o empregado auferia no ativo na data da passagem à pré-reforma.

Em outubro de 2008 foi alterado o Acordo de Empresa com o Sindicato dos Pilotos de Aviação Civil (“SPAC”), o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o plano de pensões pressupõe a bonificação do tempo de serviço garantida pelo Estado (de 15% ou 10%, conforme a data de início da carreira contributiva) e a possibilidade de bonificação adicional (até 25% ou 30%) por opção do beneficiário na data da passagem à reforma (esta bonificação adicional será encargo da Empresa);
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: o plano de pensões é constituído por um regime de contribuição definida, no montante de 7,5% da remuneração de base efetivamente auferida (14 vezes por ano), do qual 80% é encargo da Empresa. Este plano está garantido por contratos de adesão a fundos abertos de pensões, sendo gerido pelo Banco Português de Investimento (“BPI”). Os contratos de adesão e a gestão são opção do SPAC, conforme previsto na regulamentação coletiva.

A TAP SA registou a totalidade das suas responsabilidades com serviços passados pelo pagamento de complementos de pensões e prestações de pré-reforma, referente ao plano de benefícios definidos.

A quantificação das responsabilidades teve em devida consideração que, nos termos expressos da regulamentação coletiva que consagra o plano de pensões referido, a pensão total garantida pela Empresa, ou seja, pensão da segurança

social e complemento de reforma, nunca será superior ao valor da remuneração base mensal líquida de IRS e Segurança Social no ativo. Esta premissa não é aplicável, por não estar consagrada na regulamentação coletiva referente ao pessoal navegante técnico, para o qual aquele limite não existe e o salário pensionável é constituído pelo vencimento base da tabela de remunerações, adicionado do vencimento do exercício e das senioridades.

Para cobrir as responsabilidades com o plano de benefícios definidos, a Empresa celebrou um contrato de adesão ao Fundo aberto de Pensões VIVA. A partir de 2011, o encargo com complementos de reforma, constituídos desde 1998, é assumido pela adesão. O gasto anual com pensões é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente, em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante. Os encargos com complementos de reforma, constituídos até dezembro de 1997, com prestações de pré-reforma e com a parte dos complementos de reforma dos pilotos, que excede o limite referido no parágrafo anterior, são assumidos diretamente pela TAP S.A. e estão cobertos por provisão própria.

→ **Pensões - TAP M&E Brasil**

A partir de 1 de janeiro de 2002, a subsidiária TAP M&E Brasil tornou-se uma das patrocinadoras do Instituto AERUS de Segurança Social (“AERUS”), por meio de um plano de reforma complementar assegurado aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida, denominado Plano de Benefícios II - VEM.

Em 2008, a subsidiária solicitou a transferência do administrador do fundo de benefícios dos seus empregados da entidade AERUS. Este processo foi, inicialmente, recusado pela sociedade gestora do fundo AERUS, que alegou que a TAP M&E Brasil possuía dívidas não reconhecidas na transferência de responsabilidades com benefícios pós-emprego, por ser co-responsável pelo deficit dos fundos de pensões de outros patrocinadores. A TAP M&E Brasil questionou a validade jurídica da referida dívida e foi declarado pelos órgãos competentes não haver razão para a oposição à transferência acima referida, pelo que, em 15 de junho de 2012 foi efetuada a transferência, com sucesso, para o Plano de Benefícios da Fundação Petrobras de Seguridade Social (“PETROS”), tendo sido renomeado para Plano TAPMEPrev.

Apesar de se tratar de um plano cujo benefício é de “contribuição definida”, o plano também oferece benefícios de invalidez e morte sob o conceito de “benefícios definidos”, além de garantir benefícios especiais a um grupo de empregados oriundos da VARIG, que foram absorvidos no quadro da subsidiária, aquando da cisão das operações desta empresa.

Assim, apenas a componente de benefício definido, referida anteriormente, se encontra registada na rubrica “Pensões e outros benefícios pós-emprego”.

→ **Pensões – Portugal**

A Portugal constituiu, em 1 de janeiro de 2010, um plano de contribuições definidas para o pessoal navegante técnico. Este plano é gerido pelo BPI, para o qual a subsidiária contribui mensalmente com 6% sobre o ordenado, efetivamente auferido, dos pilotos, 14 vezes por ano. Os empregados efetuam contribuições de 1,5%, podendo adicionalmente efetuar contribuições suplementares entre 1% e 5%.

→ **Pensões – UCS**

A UCS tem a responsabilidade, face ao que se encontra internamente regulamentado, de conceder, através de um plano de benefícios definidos, complementos de pensões de reforma na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social. Para cobrir essa responsabilidade, a Empresa subscreveu o Fundo de Pensões Horizonte Valorização. O gasto anual com pensões, que inclui as contribuições para o fundo, é determinado de acordo com o estudo atuarial, revisto e ajustado anualmente em função da atualização dos salários e da evolução do grupo participante.

→ **Prémio de jubilação - PNT - TAP S.A.**

O Acordo de Empresa da TAP S.A., celebrado com o SPAC prevê a garantia, por parte da TAP S.A., a favor dos pilotos admitidos até 31 de maio de 2007, para além de um plano de pensões, de um prémio de jubilação a cada piloto, a ser pago de uma só vez no momento da reforma por velhice, cuja garantia financeira advém dos capitais acumulados num seguro de capitalização coletiva constituído pela TAP S.A. em nome dos pilotos. Os princípios subjacentes à apólice de reforma coletiva celebrada com a companhia seguradora, que reproduzem este Plano de Benefícios de Reforma dos Pilotos, são como segue:

- Condições de admissão: pilotos que se encontrem em efetividade de serviço;
- Idade normal de reforma: 65 anos;
- Garantias: cada participante terá direito, na data da reforma, a um capital, mínimo, de 16 vezes o último salário mensal declarado.

O Plano de Benefícios é financiado através da apólice, que é reforçada pelas contribuições (prémios) efetuadas pela TAP S.A. e pelo rendimento obtido, a partir das aplicações financeiras realizadas pela companhia seguradora num Fundo Autónomo, que suporta esta modalidade de seguro.

Em outubro de 2008, foi alterado o Acordo de Empresa com o SPAC, o qual teve como principais alterações:

- Pilotos admitidos até 31 de maio de 2007: o prémio de jubilação é mantido, mas apenas será devido no caso de, na data da reforma, estar constituído o direito à pensão completa, podendo o capital ser aumentado por cada ano completo de prestação de serviço, após a idade de reforma antecipada, sem penalizações e com bonificação;
- Pilotos admitidos a partir de 1 de junho de 2007: não existe direito ao prémio de jubilação.

→ **Cuidados de Saúde – TAP S.A.**

A TAP S.A. assegura aos pré-reformados e reformados antecipadamente, que tenham idade inferior a 65 anos, um plano de saúde que lhes dá acesso a serviços médicos a uma taxa reduzida. Por outro lado, a TAP S.A. vem facultando aos reformados, a título de liberalidade, a possibilidade de acesso e de utilização dos serviços médicos da UCS, pelos quais pagarão, por cada ato clínico, uma parcela do gasto do serviço, sendo a parte restante suportada pela TAP S.A.

A TAP S.A. entende que, o facto de permitir aos seus ex-trabalhadores reformados, a utilização dos serviços de saúde prestados na UCS, não constitui uma obrigação, mas tão-somente uma liberalidade em cada momento concedida, pelo

que não terá que registar qualquer responsabilidade com a prestação de cuidados de saúde, relativamente aos trabalhadores presentemente no ativo, para o período após a cessação da sua atividade laboral na empresa. Desta forma, a esta data, a provisão existente cobre a totalidade das responsabilidades com atos médicos com pré-reformados, reformados antecipadamente e reformados, tendo a referida responsabilidade sido determinada com base em estudo atuarial calculado por entidade independente.

Pressupostos utilizados na avaliação das responsabilidades

As responsabilidades das diversas empresas do Grupo TAP foram determinadas por estudos atuariais, reportados a 31 de dezembro de 2018 e 2017, elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das empresas, utilizando o “Método da Unidade de Crédito Projetada” e utilizando, essencialmente, os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2019			2018		
	Portugal VIVA	Portugal Jubileu	Brasil	Portugal VIVA	Portugal Jubileu	Brasil
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	AT-2000	TV 88/90	TV 88/90	AT-2000
Tábua de invalidez	EKV 1980	EKV 1980	Mercer	EKV 1980	EKV 1980	Mercer
Taxa de desconto	1,50%	1,50%	7,08%	2,00%	2,00%	9,06%
Taxa de rendimento do fundo	1,50%	1,50%	7,08%	2,00%	2,00%	9,06%
Taxa de crescimento						
Salários	[1,5%-5%]	2,00%	4,64%	[1,5%-5%]	2,00%	5,04%
Pensões	1,00%	1,00%	3,60%	1,00%	1,00%	4,00%
Taxa de crescimento dos custos médicos	1,50%	--	6,97%	1,50%	--	7,38%
Idade estimada de reforma	66	65	--	66	65	--

A Empresa procede à revisão anual dos pressupostos atuariais, ou sempre que ocorram eventos relevantes, com base em informação dos mercados financeiros e informação do universo de beneficiários abrangidos pelos planos.

As referidas responsabilidades para os exercícios de 2019 e 2018 detalham-se como segue:

	2019								Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS (Nota 11)	Outros	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	622	3.335	-	100.979	-	2.699	157	-	107.792
- Pré-reformados	47	16.175	454	-	-	-	-	887	17.563
- Aposentados	9.643	27.883	2.771	-	16.919	78.650	-	-	135.866
Valor de mercado dos fundos	(15.737)	-	-	(51.237)	(15.498)	(68.641)	(707)	-	(151.820)
Insuficiência(excesso)	(5.425)	47.393	3.225	49.742	1.421	12.708	(550)	887	109.401

	2018								Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS (Nota 11)	Outros	
Responsabilidades por serviços passados									
- Ativos	282	1.877	-	83.940	-	2.800	244	-	89.143
- Pré-reformados	38	18.282	438	-	-	-	-	1.677	20.435
- Aposentados	10.637	30.873	2.598	-	16.919	81.578	-	-	142.605
Valor de mercado dos fundos	(15.230)	-	-	(48.943)	(15.498)	(68.745)	(649)	-	(149.065)
Insuficiência(excesso)	(4.273)	51.032	3.036	34.997	1.421	15.633	(405)	1.677	103.118

Em 31 de dezembro 2019, e em 2018 os planos de benefício definidos do Grupo em Portugal (excluindo a Representação de Inglaterra), abrangiam 1.949 e 1.980 de beneficiários ativos, respetivamente. O número total de colaboradores reformados e pré-reformados com direito a um suplemento de pensão de reforma em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de 689 e 650 beneficiários, respetivamente.

Relativamente ao Brasil, o fundo de pensões abrange 994 beneficiários ativos (2018: 1.256) e 2.205 beneficiários reformados (2018: 2.219).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a maturidade média das responsabilidades para os planos de benefício definido “Fundo VIVA” é de 10 anos e 12 anos, respetivamente, e para o “Prémios Jubileu” é de 12 anos.

Análises de sensibilidade

→ Taxa anual de desconto

O aumento (diminuição) de 0,25% na taxa de desconto anual dos planos de benefícios definidos “Plano VIVA”, “Prémios Jubileu” e “Pensões Horizonte Valorização”, bem como o aumento (diminuição) de 1% na taxa de desconto anual do plano de benefício definido “TAPMEPrev - Brasil”, corresponderia a um impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, conforme segue:

2019	Taxa	Plano VIVA*	Prémios Jubileu	Pensões Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pensões	1,50%	57.705	100.979	157
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	1,75%	56.856	97.426	151
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	1,25%	58.583	104.699	163

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

2018	Taxa	Plano VIVA*	Prémios Jubileu	Pensões Horizonte Valorização
Taxa de desconto anual das pensões	2,00%	61.987	83.940	244
Aumento de 0,25% na taxa de desconto	2,25%	60.912	80.916	236
Decréscimo de 0,25% na taxa de desconto	1,75%	63.102	87.108	252

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

2019	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pensões	7,08%	81.349
Aumento de 1% na taxa de desconto	8,08%	73.351
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	6,08%	89.194

2018	Taxa	Brasil
Taxa de desconto anual das pensões	9,06%	84.378
Aumento de 1% na taxa de desconto	10,06%	76.082
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	8,06%	92.515

→ Taxa de crescimento dos custos médicos

Caso a taxa de crescimento dos custos com cuidados médicos registe um aumento ou decréscimo de um ponto percentual, o respetivo impacto nas responsabilidades da TAP S.A., a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	Taxa	2019	2018
Taxa de crescimento anual dos custos médicos	1,50%	3.225	3.036
Aumento de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	2,50%	3.482	3.264
Decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	2.996	2.834

→ Taxa de crescimento das pensões

Caso a taxa de crescimento das Pensões Plano VIVA registe um aumento ou decréscimo de 0,25 pontos percentuais, o respetivo impacto nas responsabilidades do Grupo, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, é o seguinte:

	Taxa	2019	2018
Taxa de crescimento das pensões do Plano VIVA*	1,00%	57.705	61.987
Aumento de 0,25% na taxa de crescimento pensões	1,25%	58.472	62.896
Decréscimo de 0,25% na taxa de crescimento pensões	0,75%	56.962	61.108

* Inclui "Fundo VIVA" e "Pensões VIVA"

Evolução das responsabilidades por serviços prestados

A evolução das responsabilidades por serviços passados, refletidas na demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

	2019								
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Outros	Total
Responsabilidades no início do exercício	10.957	51.032	3.036	83.940	16.919	84.378	244	1.677	252.183
Varição cambial	-	-	-	-	-	(1.572)	-	-	(1.572)
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	21	-	-	4.275	-	-	43	-	4.339
Juro líquido	219	1.836	61	1.230	-	583	6	-	3.935
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 30)	-	2.036	-	-	-	-	-	-	2.036
Remensurações	(118)	2.404	128	15.141	-	-	(136)	-	17.419
Benefícios pagos	(767)	(9.915)	-	(3.607)	-	(2.040)	-	(790)	(17.119)
Responsabilidades no fim do exercício	10.312	47.393	3.225	100.979	16.919	81.349	157	887	261.221

	2018								
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Outros	Total
Responsabilidades no início do exercício	10.592	35.020	2.773	70.211	17.059	76.099	81	-	211.835
Varição cambial	-	-	-	-	(457)	(8.017)	-	-	(8.474)
Valores registados nos resultados do exercício:									
Serviços correntes	23	-	-	4.437	-	111	24	-	4.595
Juro líquido	212	700	55	1.536	317	6.938	2	-	9.760
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 30)	-	17.306	-	-	-	8.016	-	1.771	27.093
Remensurações	867	1.968	208	13.823	-	7.163	137	-	24.166
Benefícios pagos	(737)	(3.962)	-	(6.067)	-	(5.932)	-	(94)	(16.792)
Responsabilidades no fim do exercício	10.957	51.032	3.036	83.940	16.919	84.378	244	1.677	252.183

Evolução dos fundos afetos aos planos de benefícios pós-emprego

Nos exercícios de 2019 e 2018 a evolução do património dos fundos foi conforme segue:

	2019					
	Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	15.230	48.943	15.498	68.745	649	149.065
Variação cambial	-	-	-	(1.216)	-	(1.216)
Contribuição efetuada no exercício	-	5.417	-	3.152	-	8.569
Juro líquido	1.272	922	-	-	13	2.207
Remensurações	-	(21)	-	-	45	24
Benefícios pagos	(765)	(4.024)	-	(2.040)	-	(6.829)
Saldo final	15.737	51.237	15.498	68.641	707	151.820

	2018					
	Fundo VIVA	Prémios Jubileu	Representação	Brasil	UCS	Total
Saldo inicial	16.399	48.296	15.625	70.012	675	151.007
Variação cambial	-	-	(456)	(7.492)	-	(7.948)
Contribuição efetuada no exercício	-	5.871	329	2.072	-	8.272
Juro líquido	(432)	966	-	6.516	11	7.061
Remensurações	-	(123)	-	3.569	(37)	3.409
Benefícios pagos	(737)	(6.067)	-	(5.932)	-	(12.736)
Saldo final	15.230	48.943	15.498	68.745	649	149.065

A composição dos fundos e respetiva categoria das quantias incluídas, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é conforme segue:

	2019						
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.169	-	13.618	19.900	177	37.864
Obrigações	1	6.301	49.700	1.668	48.741	495	106.905
Dívida Pública	1	3.985	-	-	-	-	3.985
Imobiliário	2	322	-	-	-	35	357
Liquidez	1	960	1.537	-	-	-	2.497
Outras aplicações correntes	1	-	-	212	-	-	212
		15.737	51.237	15.498	68.641	707	151.820

	2018						
	Nível de Justo Valor	Pensões VIVA	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Total
Ações	1	4.376	-	13.618	19.930	162	38.086
Obrigações	1	5.925	47.886	1.668	48.815	455	104.749
Dívida Pública	1	3.729	-	-	-	-	3.729
Imobiliário	2	474	-	-	-	32	506
Liquidez	1	726	1.057	-	-	-	1.783
Outras aplicações correntes	1	-	-	212	-	-	212
		15.230	48.943	15.498	68.745	649	149.065

Gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego

Relativamente aos gastos suportados com pensões e outros benefícios pós-emprego o detalhe é conforme segue:

	2019								
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Outros	Total
Serviços correntes	21	-	-	4.275	-	-	43	-	4.339
Juro líquido	644	721	61	308	-	583	(7)	-	2.310
Sub-total (Nota 27)	665	721	61	4.583	-	583	36	-	6.649
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 30)	-	2.036	-	-	-	-	-	-	2.036
Total	665	2.757	61	4.583	-	583	36	-	8.685

	2018								Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Representação Inglaterra	Brasil	UCS	Outros	
Serviços correntes	23	-	-	4.437	-	111	24	-	4.595
Juro líquido	644	700	55	570	317	422	(9)	-	2.699
Total (Nota 27)	667	700	55	5.007	317	533	15	-	7.294
Reestruturação - programa pré-reformas (Nota 30)	-	17.306	-	-	-	8.016	-	1.771	27.093
Total	667	18.006	55	5.007	317	8.549	15	1.771	34.387

Conforme mencionado, os pilotos da Empresa, admitidos após 1 de junho de 2007, e os pilotos da Portugalá, beneficiam de um plano de contribuição definida. Foi reconhecido, durante o exercício de 2019 um gasto na rubrica de gastos com pessoal no montante de 1.274 milhares de Euros (2018: 2.460 milhares de Euros), relativo às contribuições efetuadas no ano a favor dos seus empregados (Nota 27).

Os gastos com pensões e outros benefícios pós-emprego dos exercícios de 2019 e 2018 encontram-se registados na rubrica de gastos com o pessoal da demonstração dos resultados (Nota 27).

Ganhos/perdas com remensurações

Os ganhos/perdas com remensurações, relacionados com planos de benefício pós-emprego, detalham-se como segue:

	2019						Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	UCS		
(Ganhos)/Perdas actuariais							
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	21	(45)		(24)
	-	-	-	21	(45)		(24)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-		-
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	11.684	-		11.684
(Ganhos)/perdas de experiência	(118)	2.404	128	3.457	(136)		5.735
	(118)	2.404	128	15.141	(136)		17.419
Total (Ganhos)/Perdas actuariais	(118)	2.404	128	15.162	(181)		17.395

	2018							Total
	Fundo VIVA	Pensões VIVA	Atos médicos	Prémios Jubileu	Brasil	UCS		
(Ganhos)/Perdas actuariais								
Retorno dos ativos, excluindo montantes incluídos nos resultados	-	-	-	123	(3.569)	37		(3.409)
	-	-	-	123	(3.569)	37		(3.409)
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-		-
(Ganhos)/perdas por alteração dos pressupostos financeiros	-	-	-	12.820	-	-		12.820
(Ganhos)/perdas de experiência	867	1.968	208	1.003	7.163	137		11.346
	867	1.968	208	13.823	7.163	137		24.166
Total (Ganhos)/Perdas actuariais	867	1.968	208	13.946	3.594	174		20.757

As perdas atuariais por alteração dos pressupostos financeiros reconhecidos em 2019, no montante de 11.684 milhares de Euros, decorre da revisão salarial e acordos estabelecidos em 2019 com o pessoal de navegação técnico e o decréscimo a taxa de desconto anual em 0,5% em Portugal.

Os ganhos/perdas com remensurações foram reconhecidos diretamente no rendimento integral do Grupo. A diferença para o montante registado na demonstração consolidada do rendimento integral respeita às remensurações da associada SPdH, consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 8).

21 – Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o detalhe da rubrica “Outras contas a pagar” é como segue:

	2019		2018	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Fornecedores	159.075	-	210.555	-
Acréscimos de gastos	273.402	-	325.022	49.742
Adiantamentos de clientes	5.719	-	948	-
Outros	154.577	707	129.094	218
	592.773	707	665.619	49.960

→ Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Fornecedores” detalha-se como segue:

	2019	2018
Fornecedores - conta corrente	55.811	112.156
Fornecedores - Entidades relacionadas (Nota 36)	9.718	12.327
Fornecedores - faturas em recepção e conferência	93.546	86.072
	159.075	210.555

→ Acréscimo de gastos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Acréscimos de gastos” detalha-se como segue:

	2019		2018	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Remunerações a liquidar	137.588	-	123.675	-
Manutenção - locação (Note 2.2)	-	-	56.010	49.742
Combustíveis de avião e licenças e emissão CO2	55.015	-	49.429	-
Swaps jet fuel	-	-	41.322	-
Encargos especiais da atividade de venda	12.692	-	10.002	-
Trabalhos especializados	9.482	-	5.532	-
Taxas de navegação	12.639	-	5.057	-
Partes relacionadas (Nota 36)	1.588	-	2.334	-
Outros	37.473	-	25.968	-
	273.402	-	325.022	49.742

A redução nos acréscimos de gastos é essencialmente devida ao justo valor dos *swaps jet fuel* e ao aumento generalizado de gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos, diretamente associados ao aumento na atividade do Grupo.

O aumento registado em remunerações é relativo ao aumento de empregados e do salário médio em 2018 (Nota 27).

A rubrica de manutenção locação sem opção de compra, corresponde à estimativa de encargos com a manutenção estrutural das aeronaves em regime de locação operacional, atendendo à responsabilidade contratual existente com os locadores (Nota 2.34), deduzida das reservas de manutenção pagas que se estima serem recuperáveis considerando as atuais condições contratuais estabelecidas com os locadores e a estimativa dos respetivos encargos com a manutenção

estrutural dessas aeronaves. Com a adoção da IFRS 16, as referidas reservas de manutenção pagas encontram-se registadas como Ativo (Nota 11).

O incremento da rubrica de combustíveis de avião e licenças e emissão de CO2 resulta, maioritariamente, do efeito do incremento das cotações internacionais de *fuel* e CO2.

Os encargos especiais da atividade de venda referem-se a comissões atribuídas a agentes em função da receita voada do exercício obtida por este canal.

→ Outros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Outros decompõe-se como segue:

	2019	2018
Taxas e impostos a pagar	116.645	88.733
Fornecedores de imobilizado	12.790	18.959
Pessoal	3.688	3.647
Partes relacionadas (Nota 36)	1.904	323
Outras contas a pagar	19.550	17.432
	154.577	129.094

A rubrica de taxas e impostos a pagar refere-se, essencialmente, a valores a pagar a diversas entidades, relacionados com taxas cobradas aos clientes nos bilhetes emitidos.

22 – Documentos pendentes de voo

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a responsabilidade do Grupo referente a bilhetes emitidos e não utilizados, era a seguinte:

	2019	2018
Passageiros	480.331	393.261
Carga	431	205
	480.762	393.466

23 – Outros passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Outros passivos correntes decompõe-se como segue:

	2019	2018
Ganhos diferidos	56.881	59.576
Estado	44.525	43.349
	101.406	102.925

→ **Ganhos diferidos**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica Ganhos diferidos decompõe-se como segue:

	2019	2018
Programa de fidelização de clientes	46.664	52.036
Ganhos com locações de aeronaves	-	3.230
Subsídios ao investimento	325	2.883
Partes relacionadas (Nota 36)	128	103
Outros ganhos diferidos	9.764	1.324
	56.881	59.576

No âmbito da aplicação da IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, na alocação inicial de milhas aos clientes aderentes do programa de fidelização “TAP Miles&Go”, a obrigação contratual é reconhecida baseada no valor unitário da milha (Nota 2.28). Um impacto de 1% da valorização da milha corresponde a 1% da variação no valor do passivo.

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Outros ganhos diferidos inclui o montante de 8.532 milhares de Euros que respeita a taxas de serviço faturadas a clientes, a reconhecer como receita aquando da ocorrência do voo.

→ **Estado**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo desta rubrica é detalhado como segue:

	2019	2018
Segurança Social	22.699	20.913
IRS - Retenções efetuadas a terceiros	19.545	18.357
Estado - Brasil	1.952	3.076
IVA	246	726
Outros	83	277
	44.525	43.349

24 – Rendimentos e ganhos operacionais

Os Rendimentos e ganhos operacionais incorridos durante 2019 e 2018 foram como segue:

	2019				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Receita					
Vendas	-	11.894	-	10.922	22.816
Serviços prestados	2.913.870	222.375	137.393	14.720	3.288.358
Outros rendimentos	-	-	-	32.253	32.253
	2.913.870	234.269	137.393	57.895	3.343.427
	2018				
	Passagens	Manutenção	Carga e Correio	Outros	Total
Receita					
Vendas	-	18.483	-	8.851	27.334
Serviços prestados	2.782.292	262.211	134.684	15.892	3.195.079
Outros rendimentos	-	-	-	24.676	24.676
	2.782.292	280.694	134.684	49.419	3.247.089

→ **Vendas e serviços prestados**

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as Vendas e Serviços prestados, por mercado externo e interno, são apresentados como segue:

	2019	2018
Vendas		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	883	560
Catering	10.795	8.774
Cuidados de saúde	241	38
Outras	103	39
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	10.794	17.923
	22.816	27.334
Serviços prestados		
Mercado interno		
Transporte aéreo e manutenção	239.569	211.089
Catering	2.877	2.579
Cuidados de saúde	9.814	3.940
Tecnologias de informação	-	4.372
Outras	10.113	2.128
Mercado externo		
Transporte aéreo e manutenção	3.025.985	2.970.971
	3.288.358	3.195.079
	3.311.174	3.222.413

Durante 2019 e 2018, esta rubrica é apresentada da seguinte forma:

2019	Passagens	Manutenção		Carga e Correio	Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil				
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	226.625	17.004	-	8.415	13.672	8.679	274.395
Europa	1.190.760	140.239	-	12.642	-	2.265	1.345.906
Atlântico Sul	743.871	637	24.565	73.613	-	471	843.157
Atlântico Norte	403.933	45.985	-	25.087	-	239	475.244
Atlântico Médio	15.269	-	-	1.350	-	9	16.628
África	314.705	650	-	16.214	-	288	331.857
Outros	18.707	5.189	-	72	-	19	23.987
	2.913.870	209.704	24.565	137.393	13.672	11.970	3.311.174

2018	Passagens	Manutenção		Carga e Correio	Catering	Holdings e outros	Consolidado
		Portugal	Brasil				
Vendas e serviços prestados:							
Continente e ilhas	200.179	3.284	-	7.580	11.353	11.123	233.519
Europa	1.160.532	200.498	-	13.251	-	1.636	1.375.917
Atlântico Sul	793.717	34	53.082	77.134	-	297	924.264
Atlântico Norte	302.718	2.301	-	20.171	-	136	325.326
Atlântico Médio	20.631	-	-	1.334	-	8	21.973
África	304.515	12.401	-	15.214	-	190	332.320
Outros	-	9.094	-	-	-	-	9.094
	2.782.292	227.612	53.082	134.684	11.353	13.390	3.222.413

As vendas e serviços prestados por mercado geográfico são definidas com base no país de destino dos bens e serviços prestados pelo Grupo, sendo que, no caso do transporte aéreo, é considerado o país de destino do voo.

→ **Outros rendimentos**

Durante 2019 e 2018, esta rubrica é apresentada da seguinte forma:

	2019	2018
Material de armazém recuperado	4.848	6.343
Rendas e sublocações	3.597	2.438
Publicidade	2.190	2.402
Ganhos em ativos fixos tangíveis	8.970	1.990
Subsídios à exploração	2.188	1.582
Aumentos/reduções de justo valor (Nota 5)	1.586	1.353
Comissão de vendas a bordo	674	1.288
Outros rendimentos e ganhos	8.200	7.280
	32.253	24.676

Os ganhos registados em 2019, na rubrica Ganhos em ativos fixos tangíveis, referem-se essencialmente ao montante relativo à alienação de três aeronaves e um motor (Nota 4).

25 – Ganhos e perdas em associadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de ganhos e perdas em associadas detalha-se do seguinte modo:

	2019	2018
Ganhos		
SPdH (Nota 8)	1.686	3.737
	1.686	3.737

O valor registado nesta rubrica a 31 de dezembro de 2019 e 2018 no montante de 1.686 milhares de Euros e 3.737 milhares de Euros, respetivamente, respeita à apropriação da participação nos resultados líquidos da empresa associada SPdH (Nota 8).

26 – Gastos por natureza

Durante os exercícios de 2019 e 2018 verificaram-se as seguintes naturezas de gastos:

	2019	2018
Combustível para aeronaves	789.677	798.624
Custos operacionais de tráfego	743.221	777.831
Rendas de aeronaves	-	177.896
Gastos com manutenção de aeronaves	60.818	111.746
Custo dos materiais consumidos	185.166	207.354
Custos comerciais, marketing e comunicação	153.118	186.622
	1.932.000	2.260.073

→ **Combustível para aeronaves**

A rubrica “Combustível para aeronaves” relativa aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 detalha-se como segue:

	2019	2018
Combustíveis de avião	767.294	768.911
Licenças emissão CO2	22.383	29.713

A redução nos gastos de combustível de aeronaves deve-se ao efeito combinado do aumento das quantidades consumidas e da diminuição do preço médio do combustível.

A redução nas licenças de emissão de CO2 deve-se principalmente à queda no preço do CO2, acompanhada de uma diminuição nas quantidades emitidas.

→ **Custos operacionais de tráfego**

A rubrica Custos operacionais do tráfego, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, têm a seguinte composição:

	2019	2018
Taxas de navegação aérea	166.324	166.436
Serviços de <i>handling</i>	203.687	200.786
Taxas de aterragem	107.348	95.867
Outras despesas com passageiros	76.365	57.188
Despesas a bordo	59.371	58.310
Fretamento de aviões	-	86.046
Deslocações e estadias do pessoal navegante	32.726	28.538
Facilidades nos aeroportos	31.432	25.229
Taxas de controlo de tráfego aéreo	27.961	17.085
Encargos com bagagem, carga e correio	23.245	23.077
Despesas em terra com passageiros da classe executiva	11.765	10.700
Seguros de passageiros, carga e correio	2.685	2.352
Outros custos operacionais de tráfego	312	6.217
	743.221	777.831

A variação na rubrica “Fretamentos aviões” está relacionada com a adoção da IFRS 16 (Nota 2.2).

→ **Rendas de aeronaves**

A rubrica Rendas de aeronaves para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018, detalha-se como segue:

	2019	2018
Locação de aeronaves	-	163.181
Locação de sobressalentes	-	14.715
	-	177.896

A variação na rubrica “Rendas de aeronaves” está relacionada com a adoção do IFRS 16 (Nota 2.2).

→ **Gastos de manutenção de aeronaves**

A rubrica Gastos de manutenção de aeronaves para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2019 e 2018, detalha-se como segue:

	2019	2018
Inventários consumidos	30.506	65.916
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo TAP	30.312	45.830
	60.818	111.746

A rubrica Gastos de manutenção de aeronaves está relacionada com a manutenção de linha recorrente das aeronaves do Grupo. A sua variação decorre da adoção da IFRS 16 (Nota 2.2).

→ **Custos de materiais consumidos**

O custo de materiais consumidos na prestação de serviços de manutenção a terceiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

	2019	2018
Inventários consumidos e vendidos	156.025	180.193
Subcontratação de manutenção de equipamento de voo a terceiros	29.141	27.161
	185.166	207.354

A variação observada nos custos dos materiais consumidos, em 2019, está diretamente relacionada à diminuição dos serviços de manutenção e engenharia prestados a terceiros (Nota 24).

→ **Custos comerciais, *marketing* e comunicação**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os Custos comerciais, *marketing* e comunicação são os seguintes:

	2019	2018
<i>Booking fees</i>	45.394	69.939
Comissões	44.741	47.158
Encargos especiais de venda - transporte aéreo	29.181	36.753
Publicidade	24.027	21.850
Trabalhos especializados	9.322	10.469
Outros gastos comercial, <i>marketing</i> e comunicação	453	453
	153.118	186.622

A variação na rubrica Booking fees respeita, essencialmente, à renegociação de contratos de comissão com os agentes.

27 – Gastos com pessoal

Os Gastos com o pessoal incorridos durante 2019 e 2018 foram como segue:

	2019	2018
Remunerações do pessoal	569.675	530.873
Encargos sociais	124.208	108.974
Outros gastos com o pessoal	50.121	53.194
Gastos com benefícios pós-emprego (Nota 20)	7.923	9.754
	751.927	702.795

O aumento dos Gastos com o pessoal deve-se à variação do número de funcionários e às despesas de formação relacionadas, ao aumento salarial médio e ao aumento da remuneração variável, decorrente do forte crescimento da operação e dos acordos celebrados com os empregados e seus representantes em 2019 e 2018.

As remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais, em 2019 e 2018, foram como segue:

	2019	2018
Conselho Administração (Nota 36)	1.568	2.375
Conselho Fiscal / Fiscal Único	44	92
	1.612	2.467

A rubrica Outros gastos com Pessoal detalha-se em seguida:

	2019	2018
Seguros	24.544	23.289
Gastos de ação social	8.534	9.381
Formação	4.174	8.815
Comparticipação de refeições	7.053	6.697
Fardamentos	2.120	2.100
Outros	3.696	2.912
	50.121	53.194

Durante 2019 e 2018, o número médio de colaboradores ao serviço da TAP SGPS e todas as suas subsidiárias foi de 11.051 e 10.827, respetivamente:

	2019				
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	5.615	1.940	549	1.861	9.965
Brasil	21	724	-	60	805
Outros	78	9	-	194	281
	5.714	2.673	549	2.115	11.051
	2018				
	Transporte Aéreo	Manutenção	Catering	Outros	Total
Portugal	5.106	1.956	470	1.590	9.122
Brasil	21	1.340	-	61	1.422
Outros	78	10	-	195	283
	5.205	3.306	470	1.846	10.827

28 – Imparidades de contas a receber, inventários e provisões

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica detalha-se como segue:

	2019		2018	
	Aumento	Reversão	Aumento	Reversão
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo (Nota 12)	4.458	(7.133)	2.730	(1.566)
Clientes e outras contas a receber - correntes (Nota 11)	8.054	(5.319)	4.467	(1.410)
Provisões (Nota 18)	671	(3.242)	6.930	(1.573)
	13.183	(15.694)	14.127	(4.549)
Impacto líquido na Demonstração de Resultados		(2.511)		9.578

29 – Outros gastos

A rubrica Outros gastos é detalhada como segue:

	2019	2018
Trabalhos especializados	65.617	56.996
Subcontratos	21.007	21.911
Rendas e alugueres	10.232	17.044
Conservação e reparação de outros ativos	16.594	15.876
Comunicação	11.446	7.708
Impostos	3.839	6.155
Transporte de mercadorias	6.640	5.491
Honorários	5.931	4.854
Seguros	5.774	4.737
Vigilância e segurança	4.621	4.274
Eletricidade	3.451	3.970
Deslocações e estadas	4.555	3.779
Limpeza, higiene e conforto	3.331	3.501
Livros e documentação técnica	2.161	2.046
Perdas em inventários	1.525	1.297
Outros gastos e perdas	12.980	10.471
	179.704	170.110

A rubrica “Rendas e alugueres” inclui contratos de locação de curta duração relativos, essencialmente, a escritórios e *software*.

30 – Reestruturação

O detalhe da rubrica de gastos com reestruturação é apresentada no seguinte quadro:

	2019	2018
Pré-reformas e reformas antecipadas (Nota 20)	2.036	27.093
Indemnizações pagas ao pessoal - Brasil	-	19.537
Indemnizações pagas ao pessoal - Portugal	3.943	7.820
	5.979	54.450

Em 2017, o Grupo implementou um programa de redução de efetivos. A este programa, aderiram em Portugal 133 colaboradores em 2018, o que originou um custo com indemnizações no total de 7.820 milhares de Euros.

Adicionalmente, na sequência do processo de transformação em curso no Grupo, em Portugal, em julho de 2018 teve início um programa de Pré-Reformas, ao qual tiveram acesso os tripulantes de cabine e os trabalhadores de terra e/ou situações devidamente aprovadas pela Comissão Executiva. Foram celebrados 83 acordos de pré-reforma a que corresponde uma responsabilidade total de 19.077 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018.

A subsidiária TAP M&E Brasil iniciou em 2017 um programa de reestruturação organizacional e operacional, por forma a adequar o número de funcionários às necessidades operacionais. Em 2017 a subsidiária iniciou um programa de demissão voluntário ao qual 237 funcionários aderiram. Ainda em setembro de 2017, verificou-se um ajustamento do quadro de funcionários administrativos, que originou 200 demissões.

Em 2018 a subsidiária brasileira anunciou em outubro o encerramento da base de Porto Alegre (POA), onde desenvolveu um plano de demissão de funcionários através de acordo extrajudicial com o sindicato dos trabalhadores e acordos judiciais individuais com homologação judicial, com o objetivo de salvaguardar os direitos de todos os funcionários e evitar futuras contingências laborais. No âmbito destes programas, verificou-se a redução de 942 funcionários em Porto Alegre e 313 funcionários no Rio de Janeiro.

No âmbito da reestruturação da subsidiária brasileira, foi igualmente incrementada a responsabilidade atuarial em 8.016 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2018, referente maioritariamente ao plano de assistência médica.

Apesar da forte redução face a 2018, os gastos com reestruturação continuaram em 2019, nomeadamente em Portugal.

31 – Outros itens não recorrentes

O detalhe da rubrica Outros itens não recorrentes para além dos gastos com reestruturação (Nota 30) resultam essencialmente de acordos celebrados com os sindicatos, como segue:

	2019	2018
Prestação Extraordinária PNT 2017 e 2018 - RRCE	-	12.716
Anuidades - Prestações compensatórias PN	680	4.878
Negociação SNPVAC - Complemento de Gravidez	-	2.687
	680	20.281

Na sequência do Regulamento de Recurso à Contratação Externa ("RRCE") celebrado em 14 de maio de 2018 com o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil ("SPAC"), que revogou o Regulamento de Efetivos e de Recurso à Contratação Externa ("RERCE"), celebrado em 30 de julho de 1998, fixando novas condições para a contratação externa, foi acordado, a título excecional, o pagamento de prestações extraordinárias referente aos anos de 2017 e 2018 no montante total de 12.716 milhares de Euros.

Em 17 de maio de 2016 foi celebrado um memorando de entendimento sobre o modelo de atribuição de senioridades dos pilotos da TAP. No âmbito deste memorando, foi definido que iria ser reposto até 2019, sem quaisquer efeitos retroativos, as senioridades referentes aos anos de 2011 a 2016, incluídas no âmbito da proibição de valorizações remuneratórias, impostas pelos regimes orçamentais vigentes à data. Esta medida gerou um custo total de 4.878 milhares de Euros em 2018 e de 5.288 milhares de Euros em 2017.

No âmbito do acordo celebrado em 30 de janeiro de 2018 com o Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil ("SNPVAC") foi acordado o pagamento de complemento de gravidez em situações anteriormente não abrangidas, referente a anos anteriores, no montante total de 2.687 milhares de Euros.

Dado o seu enquadramento e natureza, as referidas situações foram consideradas pelo Conselho de Administração como não recorrentes no contexto das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

32 – Depreciações, amortizações e perdas por imparidade

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica detalha-se como segue:

	2019	2018
Depreciação de ativos fixos tangíveis (Nota 4)		
Edifícios e outras construções	5.812	5.818
Equipamento básico	63.253	58.264
Equipamento de transporte	335	328
Ferramentas e utensílios	1.322	1.446
Equipamento administrativo	1.888	1.154
Outros ativos fixos tangíveis	379	367
	72.989	67.377
Depreciação de direito de uso ativos (Nota 4)		
Edifícios e outras construções	3.452	-
Leasing de aviões e reatores	248.602	-
ACMI	30.027	-
Redelivery	33.504	-
Manutenção	17.482	-
Equipamento de transporte	288	-
	333.355	-
Amortização de ativos intangíveis (Nota 7)		
Programas de computador	8.388	2.593
Perdas por imparidade em ativos tangíveis (Nota 4)		
Equipamento básico	3.962	7.543
	418.694	77.513

As perdas por imparidade reconhecidas em 2019 e 2018, no montante de 3.962 e 7.543 milhares de Euros, respetivamente, são devidas, essencialmente, a equipamentos sobressalentes e outros relacionados com *phase-out* de aeronaves da subsidiária TAP S.A.

33 – Resultados financeiros

O detalhe dos resultados financeiros dos exercícios de 2019 e 2018 é conforme segue:

	2019	2018
Rendimentos e ganhos		
Juros obtidos	3.237	6.007
	3.237	6.007
Gastos e perdas		
Juros suportados de financiamentos	(48.229)	(41.768)
Juros relacionados com contratos de locação sem opção de compra	(103.818)	-
Outros gastos e perdas financeiros	(26.211)	(16.108)
	(178.258)	(57.876)
Diferenças de câmbio líquidas	(22.924)	(49.427)

A rubrica Diferenças de câmbio líquidas inclui diferenças de câmbio de moeda estrangeira relativas a locações sem opção de compra no montante de, aproximadamente, 13,7 milhões de Euros, relativas à variação do dólar face ao euro.

Os juros suportados e diferenças de câmbio líquidas relativas a contratos de locações derivam da adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019.

As diferenças cambiais desfavoráveis ocorridas nos exercícios de 2019 e 2018 decorreram, essencialmente, da desvalorização do real brasileiro e do kwana, assim como da valorização do dólar tendo em consideração o volume de dívida nesta moeda.

34 – Impostos sobre o rendimento do exercício

A partir de 2017, a maioria das subsidiárias do Grupo com sede em Portugal, passaram a ser tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades (“RETGS”), sendo o resultado fiscal apurado na TAP SGPS. Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento de cada empresa é registada com base nos seus resultados fiscais.

As empresas do Grupo, com sede em Portugal, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), com base nos seus resultados individuais, à taxa de 21%, acrescida de derrama à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo desta forma uma taxa agregada de 22,5%. Esta taxa é elevada em 3% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 7,5 milhões de Euros, é elevada em 5% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 7,5 milhões de Euros e inferior a 35 milhões de Euros, e é elevada em 9% sobre a parte do lucro tributável de cada empresa que seja superior a 35 milhões de Euros, resultando numa taxa máxima agregada de imposto de 31,5%.

No apuramento da matéria coletável, à qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

Nos termos do artigo nº 88 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo, com sede em Portugal, encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas naquele artigo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que, as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica “Imposto sobre o rendimento” apresenta o seguinte detalhe:

	2019	2018
Imposto corrente (Nota 13)	1.442	1.518
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos	(390)	(2.588)
Imposto diferido (Nota 10)	(35.175)	(26.974)
	(34.123)	(28.044)

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
Resultado antes de impostos	(139.305)	(145.270)
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	(29.254)	(30.507)
Diferenças permanentes	(4.601)	2.119
Insuficiência/(excesso) de estimativa para impostos do exercício anterior	(390)	(2.588)
Utilização prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores sem IDA	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis do período sem IDA	-	2.498
Tributação autónoma e outras formas de tributação	122	434
Imposto sobre o rendimento	(34.123)	(28.044)
Taxa efetiva de imposto	24%	19%

35 – Relato por segmentos

Foram identificados os seguintes segmentos de negócio: transporte aéreo, manutenção e *catering*. Os resultados de cada segmento correspondem àqueles que lhes são diretamente atribuíveis, bem como os que, numa base razoável, lhes podem ser atribuídos. As atividades agregadas em “Outros” não qualificam para relatar separadamente.

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2019, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção		Catering	Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil				
Rendimentos e ganhos operacionais	3.189.946	218.916	42.342	68.452	25.596	(200.139)	3.345.113
Resultados operacionais	23.908	44.784	(1.733)	2.116	(10.435)	-	58.640
Resultados financeiros líquidos externos	(159.985)	1.622	(19.354)	(11)	(20.217)	-	(197.945)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	1.686	-	1.686
Imposto sobre o rendimento	31.331	(10.127)	6.814	(400)	6.505	-	34.123
Interesses não controlados	-	-	6	(425)	844	-	425
Resultado do exercício das atividades em continuação	(104.746)	36.279	(14.273)	1.705	(24.147)	-	(105.182)

A informação financeira, por segmentos de negócio, do exercício de 2018, analisa-se como segue:

	Transp. Aéreo	Manutenção			Holdings e outros	Anulações Intersegmentais	Consolidado
		Portugal	Brasil	Catering			
Rendimentos e ganhos operacionais	3.040.170	234.241	63.913	56.837	83.103	(227.438)	3.250.826
Resultados operacionais	(33.262)	29.136	(31.174)	4.069	(12.743)	-	(43.974)
Resultados financeiros líquidos externos	(61.486)	353	(18.377)	(28)	(21.758)	-	(101.296)
Ganhos líquidos em associadas	-	-	-	-	3.737	-	3.737
Imposto sobre o rendimento	28.724	(8.677)	(37)	(1.005)	9.039	-	28.044
Interesses não controlados	-	-	(674)	1.487	-	-	813
Resultado do exercício das atividades em continuação	(66.024)	20.812	(49.588)	3.036	(25.462)	-	(117.226)

36 – Partes relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as partes relacionadas encontram-se discriminados nos quadros abaixo. Os termos ou condições praticadas entre o Grupo e as partes relacionadas são, substancialmente, idênticos aos termos que normalmente seriam contratados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os membros do Conselho de Administração do Grupo foram considerados, nos termos do IAS 24, como os únicos membros “chave” da gestão do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração ascenderam a 1.568 milhares de Euros (2018: 2.375 milhares de Euros), conforme Nota 27.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os saldos com entidades relacionadas decompõem-se como segue:

	2019 - Ativos				
	Direito de uso de ativos (Nota 4)	Outras contas a receber não correntes (Nota 11)	Clientes (Nota 11)	Outras contas a receber correntes (Nota 11)	Diferimentos (Nota 14)
Acionista					
Atlantic Gateway, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-
Parública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-
Azul S.A.	55.423	3.521	542	2.005	639
Empresas associadas					
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	-	1.058	3.957	1.472
Outras entidades relacionadas					
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	-	595	380	-
Grupo Barraqueiro	-	-	2	-	-
	55.423	3.521	2.197	6.342	2.111

	2019 - Passivos					
	Passivo com locações sem opção de compra não correntes	Passivos remunerados (Nota 19)	Passivo com locações sem opção de compra correntes	Fornecedores (Nota 21)	Outras contas a pagar correntes (Nota 21)	Diferimentos (Nota 23)
Acionistas						
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	-	-	(93)	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
Azul S.A.	(32.770)	(118.779)	(26.779)	(35)	(2.547)	-
Empresas associadas						
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	-	-	(9.216)	(945)	(127)
Outras entidades relacionadas						
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	-	-	(316)	-	-
Grupo Barraqueiro	-	-	-	(58)	-	-
	(32.770)	(118.779)	(26.779)	(9.718)	(3.492)	(127)

	2018 - Ativos			
	Outras contas a receber não correntes (Nota 11)	Cientes (Nota 11)	Outras contas a receber correntes (Nota 11)	Diferimentos (Nota 14)
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	1.174	3.416	-
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	3.455	3.344	357	627
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	373	64	-	4.081
Grupo Barraqueiro	-	2	-	-
	3.828	4.584	3.773	4.708

	2018 - Passivos			
	Empréstimos obrigacionistas (Nota 19)	Fornecedores (Nota 21)	Outras contas a pagar correntes (Nota 21)	Diferimentos (Nota 23)
Acionistas				
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	(93)	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-
Empresas associadas				
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	-	(11.108)	(1.572)	(103)
Outras entidades relacionadas				
Azul S.A.	(110.161)	(620)	(1.085)	-
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	(502)	-	-
Grupo Barraqueiro	-	(2)	-	-
	(110.161)	(12.325)	(2.657)	(103)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as transações ocorridas com partes relacionadas decompõem-se como segue:

	2019									
	Passagens	Manutenção	Outros rendimentos	Custos operacionais de Tráfego	Gastos com o pessoal	Gastos com manutenção de aeronaves	Custos comerciais, marketing e comunicação	Outros gastos	Depreciações de direito de uso	Juros e rendimentos similares suportados (*)
Acionistas										
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	(917)	-	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Azul S.A.	(98)	3.716	3.487	-	(9)	-	(303)	-	(24.227)	(14.084)
Empresas associadas										
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	900	369	6.825	(103.405)	(12)	(132)	(79)	(883)	-	-
Outras entidades relacionadas										
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	126	79	-	-	(494)	(63)	-	(6.555)	(125)
Grupo Barraqueiro	-	2	-	(18)	(4)	-	(3)	(129)	-	-
	802	4.213	10.391	(103.423)	(25)	(626)	(448)	(1.929)	(30.782)	(14.209)

(*) Inclui 5.465 interesses de locação sem opção de compra.

	2018									
	Passagens	Manutenção	Outros rendimentos	Custos operacionais de Tráfego	Gastos com o pessoal	Rendas de aeronaves	Gastos com manutenção de aeronaves	Custos comerciais, marketing e comunicação	Outros gastos	Juros e gastos similares suportados
Acionistas										
Atlantic Gateway, SGPS, Lda.	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.331)	-
Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.620)
Empresas associadas										
SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.	900	98	6.882	(103.745)	(5)	-	(35)	(70)	(787)	-
Outras entidades relacionadas										
Azul S.A.	(248)	22.090	1.281	-	(588)	(13.909)	(9.725)	(241)	(180)	(7.993)
Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	-	-	-	-	-	(3.194)	(3.481)	-	-	-
Grupo Barraqueiro	-	-	-	(75)	-	-	-	(2)	(7)	-
	652	22.186	8.143	(103.820)	(593)	(17.103)	(13.241)	(313)	(2.305)	(10.613)

As transações, no montante de 103.405 milhares de Euros (2018: 103.745 milhares de Euros) registadas em custos operacionais de tráfego, são referentes a serviços prestados, em terra, pela SPdH, de apoio a aeronaves, passageiros, bagagem, carga e correio.

Adicionalmente às operações acima mencionadas, o Grupo, no âmbito do normal desenvolvimento da sua atividade de transporte aéreo, mantém relações comerciais, essencialmente de *code-share*, com a Azul e Aigle Azur. Estas transações são realizadas em termos e condições semelhantes aos praticados nos acordos comerciais habitualmente celebrados com outras companhias aéreas.

Adicionalmente as partes relacionadas em 2019 são como se segue:

Aigle Azur Compagnie de Transport Aérien	Fertagus-Travessia do Tejo Transportes, S.A.	Rodo Cargo - Transp. Rodoviário de Mercadorias, S.A.
Atlantic Cargo-Soc. Transportes, S.A.	Frota Azul (Algarve), Lda.	Rodoviária de Lisboa, S.A.
Atlantic Gateway, SGPS	Laso Transportes, SA	Rodoviária do Alentejo, S.A.
Azul Linhas Aéreas Brasileiras	MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	Rodoviária do Tejo, S.A.
Barraqueiro Transportes, S.A.	RDL - Rodoviária do Lis, Lda.	SPdH - Serviços Portugueses de Handling, S.A.
Cityrama - Viagens e Turismo, S.A.	RDO - Rodoviária do Oeste, Lda	
Eva Transportes, S.A.	RNE - Rede Nac. Expressos, Lda	

37 – Contingências

Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não possuía ativos contingentes passíveis de divulgação.

Passivos contingentes

A subsidiária brasileira TAP M&E Brasil possui ações de naturezas tributária, civil e laboral, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão. A TAP M&E Brasil entende, baseada em informações provenientes dos seus advogados, que destes processos não resultarão impactos materialmente relevantes, suscetíveis de afetar as suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

→ Ações laborais

(i) Periculosidade/Insalubridade e Outras

Valor: 69.658 milhares de Euros

As principais ações laborais referem-se, a requerimentos de pagamento de adicional de insalubridade e/ou periculosidade, para funcionários que se consideravam expostos e exerciam a função de auxiliar de manutenção de aeronaves em Porto Alegre. O processo considerado “leading case” de Grupo Económico encontrava-se no Tribunal Superior do Trabalho (“TST”) de Brasília e em maio de 2017, o TST proferiu decisão favorável à TAP M&E Brasil.

As outras ações dizem respeito a processos individuais, relativos a reclamações de diversas naturezas, tais como, horas extra, danos morais, entre outros.

→ **Ações fiscais**

(ii) Execução fiscal/Mandado de Segurança (REFIS)

Valor: 10.054 milhares de Euros

A subsidiária foi notificada pela Fazenda Nacional relativamente a uma dívida cuja sentença do Mandado de Segurança a vinculou a parcelamento federal especial. Em agosto de 2017, o Tribunal Regional Federal anulou a sentença mas a Procuradoria da Fazenda Nacional, em novembro de 2017, requereu a continuidade da execução fiscal, que estava suspensa até então, determinando a penhora de 4% da faturação. O processo aguarda decisão sobre o Mandado de Segurança no Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

(iii) Execução fiscal de obrigações acessórias de imposto sobre circulação de mercadorias e serviços ("ICMS")

Valor: 8.067 milhares de Euros

Em dezembro de 2007, a subsidiária foi notificada, no âmbito de uma execução fiscal, proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo (Guarulhos), relativa a obrigações acessórias de ICMS. A subsidiária continua a depositar a penhora de 2% da faturação, bem como a suspensão da execução com as razões para a revisão da execução fiscal. Nos autos da falência da VARIG, constava a informação de que a dívida no período anterior à aquisição das ações pela TAP SGPS, não seria da responsabilidade da TAP M&E Brasil, e sim da antiga controladora VARIG. Assim, foi apresentada petição ao juízo da Fazenda Pública para a suspensão da penhora com a consequente extinção deste processo e a devolução dos valores depositados até agora. A subsidiária aguarda a decisão do juízo da Vara de Fazenda Pública.

(iv) Auto de infração de PIS e COFINS - 2006

Valor: 3.139 milhares de Euros

O fisco entendeu haver diferenças entre o livro de razão analítico e a declaração de débitos e créditos tributários federais ("DCTF"), referente ao ano de 2006. Em julgamento, o CARF não considerou as alegações da subsidiária, tendo sido apresentados novos embargos de declaração, estando a aguardar julgamento do recurso. Em junho de 2017, os embargos de declaração foram negados, tendo saído despacho para ciência do acórdão respetivo e em dezembro de 2017 o processo administrativo transitou em julgado. A Fazenda Nacional iniciou a cobrança judicial através de execução fiscal.

(v) Auto de infração de incumprimento no regime de importação temporária (aeronave Bavária)

Valor: 2.526 milhares de Euros

Em 2012, a subsidiária foi notificada pela Receita Federal, devido ao não cumprimento do regime de importação temporária. Aguardam julgamento do recurso interposto junto do CARF. Em setembro de 2016 foi julgado o Recurso Voluntário da subsidiária onde o CARF aceitou desconsiderar parte do Auto de Infração. Em 2017 o CARF decidiu, a favor da subsidiária, tendo sido reduzido o Auto. O processo administrativo transitou em julgado, encontrando-se a aguardar a fase seguinte, a cobrança judicial.

(vi) Auto de infração de PIS e COFINS - 2007

Valor: 1.464 milhares de Euros

O fisco federal apurou diferenças entre as declarações apresentadas pela subsidiária, relativas às contribuições PIS e COFINS. Foi apresentada manifestação de inconformidade em 2012. O processo aguarda julgamento em 1ª instância. Em abril de 2019 foi apresentado o Recurso Voluntário ao CARF.

(vii) Auto de Infração Previdenciária (Aposentadoria Especial)

Valor: 1.467 milhares de Euros

A TAP M&E Brasil apresentou impugnação administrativa contra auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, em virtude de suposto recolhimento a menor a título da contribuição previdenciária, destinada ao custeio do benefício da aposentadoria especial. Atualmente aguarda-se o julgamento em 2ª instância.

(viii) Auto de infração de ICMS

Valor: 1.183 milhares de Euros

A TAP M&E Brasil foi notificada, em 2014, pela Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, pelo aproveitamento de crédito de ICMS de energia elétrica na filial de Porto Alegre. Em 2016 a impugnação apresentada pela subsidiária foi julgada, mantendo o auto de lançamento em julgamento. Em 2017 a subsidiária apresentou Recurso ao Tribunal Administrativo dos Recursos Fiscais/Rio Sul ("TARF/RS"). Em dezembro de 2018, o processo administrativo foi encerrado e dado início ao processo de compensação de créditos da TAP M&E Brasil com o valor devido à Secretaria de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul ("SEFAZ RS"). O processo de compensação foi indeferido e a Fazenda do Estado iniciou o processo judicial de cobrança que se encontra em fase inicial.

→ **Ações cíveis**

(ix) Execução de honorários de advogados.

Valor: 2.782 milhares de Euros

Execução de honorários por parte de um escritório de advogados contra a subsidiária, no âmbito da desistência de ação com a finalidade de adesão ao programa de parcelamento do REFIS (Programa de Recuperação Fiscal). Os processos encontram-se em diferentes fases processuais.

→ **Outras**

(x) Ativos penhorados

Valor: 10.871 milhares de Euros

A subsidiária TAP M&E Brasil possui diversos bens ativos penhorados, no valor de 10.871 milhares de Euros que se referem a garantias requeridas em processos fiscais e laborais. Entre os bens encontram-se veículos, computadores, componentes, itens dos hangares do Rio de Janeiro e Porto Alegre, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as contingências da TAP S.A. decompõem-se como segue:

	2019	2018
Contingências fiscais	8	-
Contingências civis	7.704	-
Contingências regulatórias	9.292	405
Total	17.004	405

As contingências regulatórias incluem, essencialmente, processos com clientes relacionados com irregularidades operacionais. A TAP S.A., com base em pareceres jurídicos, considera como não provável o resultado desfavorável desses processos.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as garantias prestadas pela Empresa decompõem-se como segue:

	2019	2018
Garantias bancárias prestadas pela TAP S.A.		
Aeronaves	93.241	57.092
INEA - Projeto "Spice"	-	2.626
Combustíveis	1.540	1.523
Estado Português - Exploração das linhas dos Açores	1.654	1.654
Aeropostos	1.028	-
Clean Sky - Projeto de Investigação e Desenvolvimento	-	1.612
Tribunal do Trabalho	522	375
Outras	8.244	8.433
Garantias bancárias prestadas por outras Empresas do Grupo	597	397
	106.826	73.712

O reforço efetuado, durante o corrente exercício, nas garantias bancárias prestadas pela Sede referentes a aeronaves, prende-se, essencialmente, com os contratos de locação sem opção de compra.

As garantias reais prestadas no âmbito de contratos de financiamento encontram-se divulgadas na Nota 19.

Conforme mencionado na Nota Introdutória, foi deliberado pela Assembleia Geral da TAP SGPS, em 8 de março de 2016, reconhecer a produção plena dos efeitos da emissão de obrigações pela TAP SGPS bem como a produção de efeitos do contrato de prestação de garantias, celebrado no âmbito da referida emissão obrigacionista, entre a TAP SGPS, a TAP S.A., a Megasis – Sociedade de Serviços de Engenharia e Informática, S.A., a Azul S.A. e a Bondholders, S.L.

38 – Ativos e passivos Financeiros

A política contábilística descrita na Nota 2.11 foi aplicada de acordo com as categorias apresentadas abaixo:

	2019				Total
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	
Ativos					
Outros ativos financeiros	5.726	-	-	-	5.726
Outras contas a receber	566.463	23.967	-	51.706	642.136
Caixa e seus equivalentes	435.024	-	-	-	435.024
Total Ativos	1.007.213	23.967	-	51.706	1.082.886
Passivos					
Passivos remunerados e locações com opção de compra	(1.479.567)	-	-	-	(1.479.567)
Passivo locação sem opção de compra	(2.095.721)	-	-	-	(2.095.721)
Outras contas a pagar	(587.761)	-	-	(5.719)	(593.480)
Total Passivos	(4.163.049)	-	-	(5.719)	(4.168.768)

	2018				Total
	Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por outro rendimento integral	Ativos e passivos financeiros ao justo valor por resultados	Ativos e passivos financeiros fora de âmbito da IFRS 9	
Ativos					
Outros ativos financeiros	14.071	-	-	-	14.071,00
Outras contas a receber	406.485	-	-	20.866	427.351
Caixa e seus equivalentes	233.204	-	-	-	233.204
Total Ativos	653.760	-	-	20.866	674.626
Passivos					
Passivos remunerados e locações com opção de compra	(888.451)	-	-	-	(888.451)
Outras contas a pagar	(673.309)	(41.322)	-	(948)	(715.579)
Total Passivos	(1.561.760)	(41.322)	-	(948)	(1.604.030)

As seguintes tabelas apresentam os ativos e passivos mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2019 e 2018, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor estabelecidos no IFRS 13:

	2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	2.246	-
Ativos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	23.967	-
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-
	2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos não financeiros			
Propriedades de investimento	-	3.228	-
Passivos financeiros			
Instrumentos financeiros derivados	-	(41.322)	-

Nível 1: o justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços disponíveis em mercados ativos e líquidos à data da posição financeira;

Nível 2: o justo valor dos instrumentos financeiros não é determinado com base em preços em mercados ativos, mas através de modelos de avaliação. Os principais inputs destes modelos são informação observável no Mercado; e

Nível 3: o justo valor dos instrumentos financeiros não é determinado com base em preços em mercados ativos, mas através de modelos de avaliação, cujos inputs principais não são observáveis no mercado.

Instrumentos financeiros derivados

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é registado na rubrica de Outras contas a pagar quando negativo, e na rubrica de Outras contas a receber quando positivo.

Durante 2019 e 2018, a variação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados foi reconhecida no capital próprio.

O detalhe do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apresentado na Nota 16.

39 – Compromissos

→ Compromissos de compra

Está contratada com a Airbus S.A.S. (“Airbus”) a aquisição de 53 aeronaves (39 A320 NEO Family e 14 A330 NEO) a receber entre 2018 e 2025. Esta encomenda decorre da novação à TAP S.A. do contrato de aquisição previamente negociado e assinado entre a Airbus e a DGN Corporation. Destas, foram celebrados até ao presente, contratos de cedência de posição contratual com subsequente *leaseback* e contratos de *sale and leaseback* para 17 aeronaves (oito A320 NEO Family e nove A330 NEO), dos quais foram recebidos em 2019 dois A321 NEO, dois A321 NEO-LR e doze A330 NEO.

Está igualmente em vigor um contrato com a CFM International Inc., S.A. relativo à aquisição de 83 reatores LEAP-A1, incluindo 5 reatores de reserva, que equiparão e servirão a nova frota de aeronaves A320 NEO Family. De referir, que estes reatores serão adquiridos diretamente pela Airbus, com exceção dos reatores de reserva.

Foram ainda firmados contratos com a Rolls-Royce, que englobam o suporte de manutenção à totalidade dos reatores TRENT 7000, que equipam as aeronaves A330 NEO, bem como a aquisição de três reatores de reserva. Com relação aos mecanismos de reserva, em 31 de dezembro de 2019, dois motores já foram adquiridos e financiados sob arrendamento financeiro, e o terceiro mecanismo de reserva foi contratado para financiamento, com entrega prevista para maio de 2020.

→ Outros compromissos

Os contratos de locação sem opção de compra são assinados para aeronaves cuja entrada prevista deve ocorrer nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2021, cujos pagamentos futuros mínimos não canceláveis ascendem a aproximadamente 370.899 mil Euros em 31 de dezembro de 2019.

40 – Eventos subsequentes

Em 6 de fevereiro de 2020 a TAP formalizou um acordo de cooperação comercial (“Acordo de Cooperação”) com a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A. (“Azul”). O Acordo de Cooperação tem por objetivo estabelecer um modelo de cooperação comercial entre a TAP e a Azul, comumente usado na indústria da aviação, para prestar serviços de transporte aéreo conjuntos, aumentando a eficiência e a diversidade de produtos e serviços que são disponibilizados aos passageiros, nomeadamente em termos de frequências, horários disponíveis e número de origens e destinos servidos em combinação. Este Acordo de Cooperação não implica qualquer alteração acionista ao nível da TAP ou da Azul. A implementação do Acordo de Cooperação fica condicionada à obtenção das autorizações e/ou não oposição e realização das comunicações necessárias junto das autoridades de regulação e da concorrência competentes.

Em 12 de fevereiro de 2020, a TAP efetuou uma amortização referente a um financiamento com um sindicato de Bancos Portugueses no montante de 158,6 milhões de Euros. Com este montante, a TAP amortizou desde o início de 2019 um total de 322,2 milhões de Euros referente a este financiamento, sendo o montante remanescente atualmente em dívida de 142 milhões de Euros.

Nas últimas semanas tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção das populações com o vírus Covid-19, tendo diversos governos, autoridades e agentes económicos implementado um conjunto de iniciativas com impacto na mobilidade das populações e na economia global. Os efeitos da disseminação do vírus estão ainda a ser analisados pelas autoridades competentes, sendo expectável que venham a ser implementadas novas iniciativas com impacto na situação atual.

Face à natureza das medidas já implementadas e eventuais futuras iniciativas, prevê-se que o setor do Turismo seja um dos mais afetados a nível mundial. Neste contexto, é já possível observar uma queda na procura de serviços de transporte aéreo a nível mundial, estando a Administração da TAP a acompanhar a situação com base na informação disponível e nas expectativas atuais quanto à evolução da disseminação do vírus.

Considerando o contexto de incerteza acima descrito, a Administração da TAP, em articulação com as autoridades de saúde e da aviação civil, e demais entidades relevantes, nacionais e internacionais, implementou um conjunto de medidas com vista à proteção da saúde dos seus trabalhadores e passageiros, bem como à adequação da sua oferta às constantes alterações da procura, incluindo a redução do número de voos para os meses de março (-7%), abril (-11%) e maio (-19%) de 2020 e diversas iniciativas para controlar e reduzir custos, incluindo a suspensão ou adiamento de investimentos não críticos, renegociação de contratos e prazos de pagamento, corte de despesas acessórias, suspensão de contratações de novos trabalhadores, de progressões e de formações, bem como a implementação de programas de licenças sem vencimento temporárias.

As medidas implementadas para proteção da posição financeira da TAP foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível a esta data, salientando-se no entanto a existência de um contexto de incerteza associado à evolução futura da disseminação do Covid-19.

CONTABILISTA CERTIFICADO

João Carlos da Silva Bernardes

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Presidente

Antonoaldo Grangeon Trancoso Neves
Presidente da Comissão Executiva

David Humberto Canas Pedrosa
Vogal da Comissão Executiva

Raffael Guarita Quintas Alves
Vogal da Comissão Executiva

Ana Maria Almeida Leite de Pinho Macedo Silva
Vogal

António José Vasconcelos Franco Gomes de Menezes
Vogal

Bernardo Luís Amador Trindade
Vogal

David Gary Neeleman
Vogal

Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
Vogal

Esmeralda da Silva Santos Dourado
Vogal

Humberto Manuel dos Santos Pedrosa
Vogal

Maximilian Otto Urbahn
Vogal



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 4.449.779 milhares de euros e um total de capital próprio negativo de 580.795 milhares de euros, incluindo um resultado líquido do Grupo negativo de 105.607 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o divulgado na nota 40 do anexo contendo as notas explicativas, nomeadamente no que diz respeito aos impactos do vírus COVID-19 no setor do transporte aéreo e sua incerteza atual na atividade operacional futura do Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- g) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

16 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
(CONTAS CONSOLIDADAS)

Aos Acionistas da
TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa e suas subsidiárias, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e suas subsidiárias, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos as demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira consolidada em 31 de dezembro de 2019, as Demonstrações dos Resultados consolidados, do Rendimento Integral consolidado, dos Fluxos de Caixa consolidados e das Alterações nos Capitais Próprios consolidados, para o exercício findo naquela data e o respetivo Anexo, que inclui uma nota explicativa sobre os impactos do vírus COVID-19. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão consolidado de 2019 preparado pelo Conselho de Administração, bem como a Certificação Legal das Contas Consolidadas, emitida pelos revisores oficiais de contas da Empresa sobre as demonstrações financeiras consolidadas, a qual não contém reservas e que inclui uma ênfase sobre os impactos do vírus COVID-19.

A posição financeira da Empresa evidencia que as disposições previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais lhe são aplicáveis, sendo desejável que a Administração continue a desenvolver e a implementar as medidas que se manifestem adequadas para a inversão desta situação.

Face ao exposto é nosso parecer que as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório de Gestão consolidado, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa e suas subsidiárias, o nosso apreço pela colaboração prestada, nomeadamente pela disponibilidade dos seus colaboradores no esclarecimento das questões colocadas pelo Conselho Fiscal.

Lisboa, 16 de março de 2020

Sérgio Sambade Nunes Rodrigues
Presidente

Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André
Membro Vogal Efetivo

Susana Nereu de Oliveira Ribeiro
Membro Vogal Efetivo